

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA LAURA ERHART

ATORES NÃO-ESTATAIS EM GUERRAS NÃO-CONVENCIONAIS:
a atuação das mulheres curdas no conflito da Síria.

São Leopoldo
2021

ANA LAURA ERHART

ATORES NÃO-ESTATAIS EM GUERRAS NÃO-CONVENCIONAIS:
a atuação das mulheres curdas no conflito da Síria.

Projeto de Pesquisa apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em 2021, pelo Curso de Relações
Internacionais da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos – UNISINOS

Professor(a) Coordenador(a): Profa. Dra. Eduarda Scheibe

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do curso de Relações Internacionais da UNISINOS pelos ensinamentos ao longo da minha trajetória como aluna, que foram essenciais para a minha formação como internacionalista e pessoa.

Em especial, agradeço a Professora Nádia e ao Professor Álvaro, coordenadores do curso, por todo apoio ao longo dos meus estudos.

Agradeço, também, minha Orientadora Eduarda Scheibe por todas as palavras de apoio e incentivo que foram essenciais para a realização do meu trabalho, assim como, pelo carinho e paciência ao longo desse momento que compartilhamos.

Agradeço a minha mãe, Simone, ao meu pai, Luciano, e ao meu irmão, Felipe, por todo apoio e incentivo nas minhas decisões e por todo amor que vocês me dão. Vocês são tudo para mim!

Agradeço também aos meus avós pelo suporte e carinho ao longo de toda minha vida.

Agradeço aos meus colegas de curso e de profissão, por tudo que nós vivemos e compartilhamos juntos. Espero encontrar vocês pelas nossas caminhadas da vida!

Em especial, agradeço as minhas amigas, Eduarda, Camila, Júlia, Lara, Laura, Izabella e Vitória, que fiz nesses quatro anos de curso por todo o companheirismo e amizade que tivemos. Vocês são mulheres forte e incríveis, obrigada por compartilharem esse caminho comigo!

Agradeço, também, minhas amigas da vida, Sarah, Lela, Bia e Duda. Estivemos juntas em diversas fases da vida e espero que nossa amizade continue por muitos anos. Obrigada por tudo!

Por fim, agradeço as minhas amigas que me acompanham desde a escola, Ingrid, Beatriz e Bárbara, que sempre me apoiaram quando necessário. Obrigada por todos esses anos de amizade, em que crescemos juntas!

Lo que es diverso no está desunido, lo que está unificado no es uniforme, lo que es igual no tiene que ser idéntico, lo que es diferente no tiene que ser injusto. Tenemos el derecho de ser iguales cuando la diferencia nos inferioriza, tenemos el derecho de ser diferentes cuando la igualdad nos descaracteriza

- Boaventura de Sousa Santos

Ao lutar contra a mentalidade patriarcal por nossa emancipação e liberdade, nos confrontamos com uma autoridade, uma hegemonia e uma hierarquia de relações. O sistema patriarcal está realmente institucionalizado, e sua mais importante instituição é, evidentemente, o capitalismo e o sistema estatal no qual vivemos (...) Nós mulheres nos demos conta de que se cortássemos uma única forma específica de relação de dominação, não teríamos conseguido alcançar nosso objetivo. Se não lutarmos contra estas diferentes formas, não poderemos superar o patriarcado. Apenas ao colocar em questão todas as formas hegemônicas – o Estado, o capitalismo, o colonialismo, e também os regimes islamistas autoritários – que poderemos conseguir.

- Gültan Kisanak, jornalista curda

Jin, Jiyan, Azadî!

RESUMO

Nas últimas décadas, houve uma maior tendência de participação de atores não-Estatais nas dinâmicas das relações internacionais, como um resultado do fim da Guerra Fria. Nesse contexto inserem-se as mulheres curdas, que atuam no conflito Sírio através de suas forças militares organizadas para combater as diferentes ameaças que enfrentam. Por isso, o objeto de análise principal da presente monografia é a inserção das mulheres curdas como atores do conflito não-convencional na Síria. Para tanto, a pesquisa está pautada no tema de Política Internacional e Comparada, que dialoga com o tema de Segurança Internacional e faz uso de conceitos multidisciplinares para melhor entender o debate de gênero dentro das Relações Internacionais. Para um bom desenvolvimento e compreensão desta pesquisa foi utilizada uma metodologia qualitativa, que se desenvolveu através de procedimentos de revisão bibliográfica. Com este estudo, procura-se melhor entender a participação e o impacto de atores não-estatais em questões que tradicionalmente fazem parte da função do Estado, assim como, busca melhor compreender as relações desiguais relacionadas a gênero e outros preconceitos dentro de situações de conflito.

Palavras-chave: Atores Não-Estatais. Conflito. Jineologî. Feminismo. Movimento Curdo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Curdistão.....	26
Figura 2 - Vitória da Operação Ira de Eufrates contra o EI em Raqqa.....	85

LISTA DE SIGLAS

ANEV – Atores Não-Estatais Violentos

ARGK – Exército de Libertação Popular do Curdistão, antiga Forças para a Libertação do Curdistão (HRK)

ASALA – Exército Armeniano Secreto para a Libertação da Armênia

AQAP – al-Qaeda in Arabian Peninsula

CIA – Agência Central de Inteligência Americana

EI – Estado Islâmico

ERNK – Frente de Libertação Nacional do Curdistão

EUA – Estados Unidos da América

FDS – Forças Democráticas Sírias

JN – Jabhat al-Nusra

IRGC – Exército dos Guardiões da Revolução Iraniana ou Guarda Revolucionária Iraniana

KCK – União das Comunidades do Curdistão

KGK – Comunidade das Pessoas do Curdistão

KJK – Comunidade das Mulheres do Curdistão, antigo Alto Conselho das Mulheres (KJB)

MENA – Middle East / North Africa ou Oriente médio / Norte africano

MGRK – Conselho Popular do Curdistão Ocidental

MIT – Agência Nacional de Inteligência Turca

NDF – Forças de Defesa Nacional

FSA – Free Syrian Army ou Exército Livre da Síria

OI – Organizações internacionais

OIR – Operation Inherent Resolve

OLP – Organização para a Libertação da Palestina

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Produtores de Petróleo

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAJK – Partido das Mulheres Livres do Curdistão, antigo Partido dos Trabalhadores das Mulheres do Curdistão (PJKK)

PKK – Partido dos Trabalhadores do Curdistão

PYD – Partido de União Democrática

RI – Relações Internacionais

SAA – Forças Armadas Turcas

SI – Sistema Internacional

UE – União Europeia

UK – Reino Unido

WIDF – Federação Democrática Internacional de Mulheres

YJA – Associação de Mulheres Livres

YJA-Star – Unidades de Mulheres Livres

YJS – Unidades de Proteção Feminina de Sinjar

YPG – Unidade de Proteção Popular

YPJ – Unidades de Proteção femininas

YJWK – União de Mulheres Patrióticas do Curdistão

YXG – Unidades de Proteção Mistas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA.....	13
2.1 Relações Internacionais Contemporâneas.....	13
2.1.1 Participação de Atores Não Estatais nas Relações Internacionais	13
2.1.2 Teorias Feministas de Relações Internacionais	15
2.2 Feminismo e Movimento Curdo Feminino.....	19
2.2.1 Paradigmas feministas contemporâneos	19
2.2.2 Jineologi e Autodefesa.....	22
3 HISTÓRICO E CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO CURDO	25
3.1 Movimento Curdo na Turquia (Bakur): desenvolvimento do PKK e do Confederalismo Democrático	28
3.2 Movimento Curdo na Síria (Rojava) nos anos pré-guerra	33
3.3 Protagonismo e organização feminina na construção do movimento curdo.....	36
4 O CONFLITO NA SÍRIA E SEUS PRINCIPAIS ATORES	43
4.1 Contexto interno e início do conflito	46
4.2 Atores Estatais	53
4.2.1 O regime Sírio	53
4.2.2 Turquia.....	55
4.2.3 Estados Unidos (EUA)	57
4.2.4 Rússia.....	61
4.2.5 Atores Regionais.....	64
4.2.6 Atores Globais	66
4.3 Atores não-Estatais violentos (ANEVs)	68
4.3.1 Exército Livre da Síria (FSA), Jabhat al-Nusra (JN) e outras Milícias.....	69
4.3.2 Estado Islâmico (EI)	71
4.3.3 Curdos, Unidades de Proteção (YPG/YPJ) e Forças Democráticas Sírias (FDS).....	75
5 INSERÇÃO E AGÊNCIA DAS MULHERES CURDAS NA GUERRA DA SÍRIA....	79
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	91

1 INTRODUÇÃO

A seguinte pesquisa abordará o tema da Política Internacional, ao analisar as relações de poder de diferentes atores e a sua influência na formação das políticas de um grupo social vulnerável, devido a diferentes fatores, sob perspectivas políticas e sociais. O trabalho, também, dialogará com o tema de Segurança Internacional, compreendendo tanto a sua abordagem tradicional, quanto a sua abordagem mais ampla, com o foco em um conflito não convencional, envolvendo atores estatais e não estatais. Assim como, utilizar-se-á de conceitos interdisciplinares, como das Ciências Políticas e Sociais, para uma análise das Relações Internacionais relacionadas a questões de gênero e a participação da mulher em um contexto de conflito.

O objeto principal de análise será a inserção das mulheres curdas como atores do conflito não-convencional na Síria. As mulheres curdas encontram-se em um contexto em que são vulneráveis devido a sua etnia e sua posição social feminina, o que é agravado pelo conflito na Síria, onde diversos atores estatais e não-estatais ameaçam a existência desse grupo. Essas mulheres estão inseridas em um conflito não convencional, onde as suas forças militares organizadas, a exemplo das Unidades de Proteção das Mulheres ou YPJ, têm um papel de destaque no combate às ameaças internacionais e nacionais presentes na região.

A região do Curdistão abrange territórios de quatro Estados no Oriente Médio: Iraque, Irã, Turquia e Síria, os quais, em diferentes momentos da história reagiram com variadas intensidades de violência contra a população curda. Na Síria especificamente, vale ressaltar a situação enfrentadas pelas mulheres curdas desde o início da Guerra Civil em 2011 e da Revolução de Rojava, no mesmo ano, em que sofrem de violência sistemática por grupos jihadistas apoiados e treinados por Estados da região, especialmente aqueles contrários a população curda, como a Turquia, assim como pelos exércitos nacionais desses mesmos Estados.

Nesse contexto, existe um movimento de organização feminina para se opor a violência contra mulheres e para a emancipação feminina frente a organização patriarcal e imperialista do Estado-nação e da Guerra existente na região. Acreditamos que esse movimento e seu papel para as mulheres da região, assim, podem ser analisados através da ótica da Jineolojî – que tem no seu centro a perspectiva feminina da realidade social -, da Ideologia da Libertação da Mulher do Curdistão e de outras perspectivas feministas de Relações Internacionais.

A Política e a Segurança internacionais são temas tradicionalmente explorados pelo campo de Relações Internacionais (RI). No entanto, alguns tópicos são apenas raramente tratados pela literatura especializada sobre esses temas. Em contrapartida, observamos, nas últimas décadas, uma tendência de maior participação de atores não-estatais nas RI como um todo e uma ampliação da agenda global para temas como gênero. Além disso, há também uma diminuição nos acontecimentos tradicionais de segurança e política no Sistema Internacional, sendo estes, atualmente, mais voltados a conflitos internos, questões econômicas e ambientais e outros problemas de segurança a partir de um conceito mais alargado (KRAHMANN, 2005). Por isso, pesquisar a atuação de um grupo pertencente à sociedade civil inserido em um contexto vulnerável em uma guerra não convencional mostra-se importante, porque une questões tradicionais das RI com temas contemporâneos cada vez mais discutidos.

A questão curda, de sua parte, é um tema abordado com uma certa frequência dentro da Academia e da mídia, portanto há diversos trabalhos que exploram a história e as lutas desse povo desde o princípio. Enquanto DOWALL (2015) faz um panorama geral da questão por todo o território do Curdistão, abordando tópicos geopolíticos e culturais, TEJEL (2011) traz um enfoque para o contexto sírio pré-guerra. Ainda, o líder do movimento curdo e fundador do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), Abdullah Öcalan, apresenta ideias, através de argumentos históricos, para uma resolução do conflito em “Guerra e Paz no Curdistão” (ÖCALAN, 2008).

Nesse sentido, Öcalan apresenta-se como o principal escritor e teórico sobre o movimento e para o movimento. Em “Confederalismo Democrático”, ÖCALAN (2017) teoriza sobre o Confederalismo Democrático como uma alternativa ao Estado-nação e descreve alguns objetivos e ideais do movimento curdo como um todo. Já em “Liberando a vida: a revolução das mulheres”, ÖCALAN (2013), por sua vez, faz um panorama das três rupturas históricas de gênero, em que descreve como gradualmente o patriarcado é formado e superado, e expõe teoria da Jineologî, uma ciência pela autonomia feminina que será também objeto de nosso capítulo teórico.

O tema das mulheres curdas, no entanto, tem uma menor prevalência nos estudos acadêmicos. Apesar disso, é possível evidenciar o trabalho de DIRIK (2017); que conta a história do movimento feminino, da revolução de Rojava e da organização das mulheres nesse contexto, incluindo a autodefesa e a Jineologî, através de uma ótica acadêmica curda; e de FERREIRA e SANTIAGO (2018); que abordam a questão feminina curda em Rojava sob uma perspectiva política. Ao tratar especificamente da autodefesa, destacam-se os trabalhos de DIRIK (2017), INTERNATIONALIST COMMUNE (2015) e ÜSTÜNDAG (2016), que

explicitam a função da autodefesa como prática revolucionária e de emancipação, ressaltando a sua importância para as mulheres curdas.

Além disso, muito da literatura sobre o movimento, em especial a questão feminina, é produzida pelo próprio movimento curdo e, apesar de haver esforços para a divulgação e a tradução de materiais, principalmente através da iniciativa internacional “Freedom for Abdullah Öcalan” e dos veículos de informação da confederação Kongra Star, ainda há uma barreira linguística para um maior acesso às informações de fontes primárias do grupo. Portanto, por mais que seja possível encontrar diversos trabalhos sobre a história do movimento curdo, da participação feminina, da revolução de Rojava e da organização feminina nessa revolução, ainda há uma lacuna na academia de estudos que abordam este tema pelo viés das Relações Internacionais.

Para um bom desenvolvimento e compreensão desta pesquisa foi utilizada a seguinte metodologia na sua estrutura. No que se refere ao método, a pesquisa pode ser definida como qualitativa, já que busca uma compreensão do fenômeno através de um paradigma interpretativista, que tem como objetivo, segundo LAMONT (2015), “(...) entender identidades, ideias, normas e cultura na política internacional”. Ainda, a pesquisa tem natureza exploratória, visto que “(...)tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. (GIL, 2002). Por fim, os procedimentos utilizados foram os de revisão bibliográfica, já que a pesquisa “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002).

Para, então, melhor analisar o objeto, esta pesquisa terá como objetivo geral explorar como é a inserção das mulheres curdas como atores do conflito não-convencional na Síria. E para melhor explorar esse tópico, esta monografia também buscará, como objetivos específicos, identificar os principais atores e relações de poder que ameaçam a sobrevivência desse grupo; verificar seus meios de Defesa e Organização no contexto da guerra; e aferir o porquê da necessidade de uma organização especializada na defesa feminina. Para tanto, o trabalho será dividido em quatro capítulos.

O segundo capítulo, com o título de fundamentação teórica e metodológica, buscará contextualizar o tema da monografia na disciplina de Relações Internacionais. Assim como fazer conexões entre o pensamento do Movimento Feminino Curdo - a Jineolojî - com outras teorias feministas. No terceiro capítulo, intitulado “Histórico e construção do movimento curdo”, será feito um panorama histórico da luta curda e como ela resultou na construção de um movimento de resistência. No mesmo capítulo, também será feito um recorte sobre como

as mulheres curdas participaram e atuaram na construção do movimento curdo e desenvolveram um movimento feminino ao mesmo tempo.

O quarto capítulo, por sua vez, denominado “O conflito na Síria e seus principais atores” fará uma análise da guerra não-convencional da Síria para identificar seus principais atores, suas consequentes motivações e as principais ocorrências do conflito.

Por fim, o quinto capítulo, chamado “Inserção e agência das mulheres curdas na guerra da Síria”, irá identificar as ameaças especificamente sofridas pelas mulheres curdas no conflito e quais maneiras são utilizadas pelo grupo para se organizar e defender nesse contexto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

2.1 Relações Internacionais Contemporâneas

2.1.1 Participação de Atores Não Estatais nas Relações Internacionais

Atores não estatais são definidos, segundo JOSSELIN e WALLACE (2001), como organizações em grande parte ou totalmente autônomas do financiamento e controle do Estado e provenientes da sociedade civil, da economia de mercado ou de impulsos políticos além do controle do Estado. Essas organizações, para que sejam considerados atores internacionais, devem agir de maneira a afetar direta ou indiretamente os resultados políticos de um ou mais Estados ou de Organizações Internacionais através de operações transnacionais (JOSSELIN; WALLACE, 2001).

O fim da Guerra Fria trouxe consigo o deslocamento de atividades e atribuições dos Estados para atores não estatais nas Relações Internacionais. A existência desses atores, contudo, não ocorre somente a partir deste período. Empresas Transnacionais já atuavam no século XXI nas atividades comerciais entre os Impérios e suas Colônias, assim como, movimentos sociais já colaboravam para os avanços dos Direitos Humanos, como foi o caso do movimento para o sufrágio feminino no fim do século XIX (RISSE, 2007). Além disso, durante a Guerra Fria, no final dos anos 70, a ação da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), levantou questionamentos em relação a participação desses atores e sua influência, assim como, mostrou a necessidade de dar um foco maior para questões associadas a interdependência econômica e a atores não estatais (TICKNER, 1992). No entanto, foi somente a partir dos anos 90, que esses atores adquiriram maior influência em diferentes questões internacionais significativas (MINGST, 2014).

Esta transferência de poder do Estado, então, vai ocorrer devido a diversos fatores, sendo eles, primeiramente, o aumento de consciência que os atores não estatais vão obter ainda durante a Guerra Fria, principalmente na África, na Ásia e na América Latina por causa das guerras por procuração que ocorreram nessas regiões. Em seguida, a melhora dos mecanismos de comunicação entre indivíduos e grupos, assim como, uma maior globalização da economia, auxiliaram na formação de uma sociedade civil transnacional e na difusão de ideias (WAGNER, 2009). Este movimento criou, em certa medida, um senso de solidariedade global, capaz de unir grupos de regiões diferentes com propósitos similares, ao mesmo tempo que traz luz a conflitos que transcendem as fronteiras estatais (MCGREW, 2017). Por fim, a crescente consciência sobre as questões globais levou a uma maior influência das organizações internacionais, das instituições privadas e da sociedade civil na governança interna do Estados (WAGNER, 2009).

Nesse sentido, um papel mais proeminente de governança tem sido dado para ONGs, movimentos sociais, empresas, grupos e indivíduos, fazendo com que as Relações Internacionais tornassem-se, como aponta HURRELL (2017), um processo social, econômico e político mais amplo e complexo. Além de novos atores, a política global vai tornar-se mais diversa no tocante de sua agenda, em que as preocupações geopolíticas tradicionais vão perder espaço para questões econômicas, sociais, culturais e ecológicas (HURRELL, 2017).

O fim da rivalidade Leste - Oeste nos anos 90, além de relativizar importância das questões de segurança nas políticas estatais e internacionais, vai também fazer com que a noção do Estado como ator primário da segurança seja questionada. Isto dá-se ao fato de que, naquela época, pessoas morriam mais devido a conflitos étnicos, guerras civis, doenças como HIV/AIDS e violência generalizada do que por guerras interestaduais, uma tendência que continua atualmente (KRAHMANN, 2005). Além disso, Estados podem agir também como uma ameaça à segurança da sua própria população, não somente em um conflito armado, mas também através da desigualdade econômica e da restrição de recursos. Assim, o Estado não só passa a ser visto como um ator incapaz de atuar com efetividade nas diferentes facetas da agenda global, mas também como a última ameaça à segurança da sua população civil (TICKNER, 1992).

Como consequência do questionamento da capacidade do Estado em resolver a multiplicidade da agenda global, a disciplina de Relações Internacionais (RI) também vai sofrer mudanças. As teorias tradicionais, principalmente o Realismo, vão fracassar ao não perceber tendências para além do Estado na formulação de políticas internacionais, resultando no

renascimento da teorização sobre atores não estatais e na maior adesão de paradigmas do Terceiro Grande Debate (RISSE, 2007).

2.1.2 Teorias Feministas de Relações Internacionais

O terceiro Grande Debate das Relações Internacionais vai ocorrer no final dos anos 80, quando a hegemonia do pensamento positivista e tradicional vai ser questionada dentro da disciplina (MONTE, 2013). Dentro dos paradigmas tradicionais destacam-se o Realismo e o Liberalismo, que partem do pressuposto que o Sistema Internacional é anárquico e que os Estados são os principais atores das RI. Estes vão se diferenciar, no entanto, na maneira em que teorizam sobre a ação do Estado. Para o Realismo, os Estados são atores unitários e racionais que lutam permanentemente pela sua sobrevivência, utilizando todos os mecanismos de poder disponíveis a ele. O Liberalismo, por sua vez, acredita que os Estados se beneficiam da tendência em cooperar, alavancada pela democracia em comum, pelas instituições existentes, pelo comércio internacional ou pela sua política interna. Além disso, mesmo que esse tenha o Estado como o principal ator, o Liberalismo ainda considera a ação de outros atores e seus impactos no SI (MESSARI; NOGUEIRA, 2005). Mesmo assim, ambos paradigmas, assim como outros positivistas, defendem uma certa despersonalização da disciplina, que é ainda mais extrema nas questões de segurança internacional (TICKNER, 1992).

A partir do Terceiro Debate, dessa forma, vão surgir abordagens pós-positivistas que questionarão a possibilidade de uma análise objetiva e neutra nas RI, a ideia da existência um modelo de Sistema Internacional que possa ser replicado em diferentes momentos da história e a racionalidade dos atores estatais (MONTE, 2013). Estes estudiosos vão dar um maior foco a questões de igualdade e justiça, como uma tentativa de mudar a agenda global para além de temas ocidentais, considerando regiões e temas marginalizados, principalmente, pela colonização (TICKNER, 1992). É, então, neste momento da disciplina que o gênero vai passar a ser considerado um nível de análise relevante para alguns dos pensadores de Relações Internacionais.

Em relação às demais disciplinas de ciências sociais e humanas, o feminismo surgiu de maneira tardia como abordagem nas RI, já que esta tinha como seu principal foco a alta política (MESSARI; NOGUEIRA, 2005). Como consequência, devido a política externa e militar ter sido em grande parte formulada e conduzida por homens, as experiências femininas e os recortes de gênero são muitas vezes ignorados como nível de análise para a disciplina que estuda esses fenômenos (TICKNER, 1992).

Devido a esse contexto, SYLVESTER (1996) conclui que é mais apropriado falar em termos de dissidência em relação ao feminismo como abordagem das RI do que em pós-positivismo, porque este também se mantém pautado por temas e autores masculinos. Como alternativa para essa hegemonia, a solução que o feminismo nas RI apresenta, segundo SYLVESTER (1996) pode ser dividida em: o Ponto de Vista Feminista e o Feminismo Pós-Moderno (MESSARI; NOGUEIRA, 2005).

O Ponto de Vista Feminista é descrito por MESSARI; NOGUEIRA (2005) como tradicional, tendo como objetivo a inclusão da abordagem de gênero em questões de poder nas relações internacionais e focando em questões de segurança. Este tem no seu centro a ideia de que o gênero permeia o pensamento da sociedade como um todo, incluindo as questões militares. Para que possa haver mudança nessa hegemonia, então, deve-se incluir mulheres, principalmente nas Forças Armadas, e a abordagem de gênero para a análise na construção de políticas, resultando na participação das mulheres na formulação de políticas, na consequente criação de várias alternativas para as questões de segurança e possivelmente na mudança da dominação masculina vigente (MESSARI; NOGUEIRA, 2005).

O Feminismo Pós-Moderno, por outro lado, critica o Ponto de Vista Feminista da mesma maneira que as teoria tradicionais de RI. Para este, a definição de gênero é mais complexa, permeada por outras questões sociais, políticas e culturais. Nesse sentido, o Feminismo Pós-Moderno critica o objetivo de apenas trocar a hegemonia de um gênero por outra, continuando a exclusão e, portanto, busca aumentar o alcance da crítica feminista e questionar as definições de gênero, sem, no entanto, oferecer uma maneira alternativa de pensar (MESSARI; NOGUEIRA, 2005).

Há, ainda, uma terceira forma de feminismo nas RI, que une as vantagens analíticas das duas abordagens mencionadas - Ponto de Vista Feminista e Feminismo Pós-Moderno - e que possui grande influência da teoria crítica. No entanto, apesar das diferenças, há uma crítica generalizada das feministas às teorias tradicionais de RI, questionando a suposta neutralidade destas em relação ao gênero (MESSARI; NOGUEIRA, 2005).

Inserido a isto, mas no contexto específico de segurança internacional, TICKNER (1992) argumenta que a política militar e a externa são percebidas como arenas menos apropriadas para mulheres, já que força, poder, autonomia, independência e racionalidade são características buscadas em um formulador de políticas e estas são tradicionalmente atribuídas ao masculino. As mulheres são frequentemente rotuladas, principalmente em relação a assuntos internacionais, como ingênuas, fracas e antipatrióticas, levando-as à participação de questões públicas consideradas femininas (TICKNER, 1992). De forma geral, a sociedade é inclinada a

associar a objetividade com o masculino e a subjetividade com o feminino (KELLER, 1996). Essa é uma tendência que não ocorre somente nas relações internacionais, ela é reproduzida a partir de uma construção de gênero social que reforça a superioridade do homem e suas características e que, conseqüentemente, são estereotipadas na política internacional e maximizadas a ponto de serem projetadas na ação e comportamento dos Estados (TICKNER, 1992).

Ao abordar a política, características atribuídas a masculinidade - dureza, coragem, poder, força física e, até, uso da força - são, ao longo da história, as mais valorizadas, especialmente no âmbito da política internacional (TICKNER, 1992). Nesse sentido, pode-se falar em “masculinidade hegemônica”, um conceito sugerido por Connell, que pode ser definido como:

(...) um tipo de masculinidade culturalmente dominante que ele (Connell) distingue de outras masculinidades subordinadas, é um ideal cultural socialmente construído que, embora não corresponda à personalidade real da maioria dos homens, sustenta o patriarcal autoridade e legitima uma ordem política e social patriarcal. (TICKNER, p.10, 1992)

A ideia de gênero Ocidental consiste na construção social e cultural de diferenças binárias entre o masculino e o feminino, definidas por TICKNER (1992, p.10) como “público versus privado, objetivo versus subjetivo, eu versus outro, razão versus emoção, autonomia versus relacionamento e cultura versus natureza”, em que a primeira é normalmente atribuída à masculinidade. Dessa forma, a dualidade entre a feminilidade e a masculinidade é usada no Ocidente como um meio de legitimação para o conjunto de relações sociais desiguais. Essa mesma distinção também é aplicada às relações internacionais, já que é reproduzida nos discursos e no pensamento político em geral (TICKNER, 1992).

Para TICKNER (1992), então, os realistas e outros teóricos positivistas acreditam que a sua teoria é objetiva, de validade universal e atemporal, mas não percebem que os valores associados à objetividade na realidade são masculinos e ocidentais. Isso faz com que a descrição destes em relação ao Estado e ao Sistema Internacional sejam baseados em papéis de gênero e, conseqüentemente, apresentam uma visão construída a partir de experiências de uma elite masculina ocidental. O Estado, nesse contexto, toma as características masculinas como seus valores ideais e, como consequência, ainda tem como uma das suas principais fontes de legitimidade a segurança nacional. Essa esfera é pouco questionada e é ocupada, em grande escala, por homens, onde mulheres, mesmo que progressivamente tenham ocupado mais espaços militares, continuam marginalizadas e em posições não combatentes (TICKNER, 1992).

O Sistema Internacional (SI), por sua vez, é descrito pelos paradigmas tradicionais como anárquico, dando ênfase nas disputas de poder e na inerente guerra que esse Sistema ocasiona. Como consequência, no contexto de guerra, as discussões de masculinidade e militarização intensificam-se e polarizam ainda mais as discussões de gênero, de forma a excluir as narrativas femininas, por mais vulnerabilizadas que essas se transformem. Esse discurso também se transfere para as grandes potências e suas ambições imperialistas, descrevendo as populações a serem colonizadas com características femininas e hierarquizando essas relações a partir de noções masculinas (TICKNER, 1992).

Assim, percebe-se que para os positivistas, nas diferentes esferas de ação das Relações Internacionais, há uma necessidade de Estados bélicos com cidadão guerreiros capazes de defender a segurança nacional, passando uma noção de objetividade na descrição da realidade, desconsiderando a construção da masculinidade social que ocorre no Ocidente. A figura masculina, nesse contexto, é valorizada como o principal tomador de decisão e de ação, enquanto a mulher é ao mesmo tempo marginalizada e o principal objeto da defesa masculina (TICKNER, 1992).

Além disso, devido a conexão por vezes existente entre o militarismo, o sexismo, o racismo e outras forma de discriminação, não se pode ignorar como a ação individual e a interna dos Estados contribui para vulnerabilidade das mulheres dentro do seu próprio Estado e no SI em geral. Essa vulnerabilidade é aumentada em sociedades militarizadas, onde a possibilidade das mulheres sofrerem abusos e violência doméstica é maior (TICKNER, 1992).

Desde o processo de descolonização, as ameaças às fronteiras nacionais têm sido quase nulas, fazendo com que as preocupações com segurança passem a ser mais internas do que externas e ampliando o conceito de segurança para algo mais individualista e menos beligerante. Nesse sentido, não é somente no escopo das questões de segurança tradicionais que as mulheres tornam-se mais vulneráveis, mas também na sua versão mais ampla de análise. Um exemplo disso são as questões econômicas e ambientais, onde as mulheres são frequentemente o grupo mais afetado em caso de crises. Como consequência, percebe-se que para a Segurança, a ausência de guerra não é suficiente para garantir o bem-estar da população, principalmente os grupos marginalizados. (TICKNER, 1992).

Portanto, como forma de superar a ação limitada da segurança estatal e eliminar todos os tipos de violência é necessário a erradicação de estruturas de dominação que atingem os diferentes grupos marginalizados no âmbito interno e que são projetados no nível estatal e internacional. Para isso, deve ser feito a reformulação da imagem de protetor do Estado, que não teria mais as qualidades agressivas associadas à masculinidade e que não seria

inerentemente beligerante, mas sim com uma visão de segurança multidimensional, em diferentes esferas - familiar, nacional e internacional - e defensora. Além disso, deve-se repensar e reformular conceitos da política internacional para que se construa meios alternativos de solução para as inseguranças atuais (TICKNER, 1992).

2.2 Feminismo e Movimento Curdo Feminino

2.2.1 Paradigmas feministas contemporâneos

De forma geral, os feminismos contemporâneos surgem como um contraponto ao feminismo liberal, que afirma que é necessário eliminar as restrições legais que impedem as mulheres de participar plenamente da vida pública para atingir a igualdade. Nesse sentido, as perspectivas contemporâneas criticam essa posição e defendem a ideia de que as fontes de discriminação estão aprofundadas nas diferentes estruturas sociais, econômicas e culturais. Por isso, acreditam que se deve fazer uso de uma análise interseccional entre raça, gênero, cultura e classe, entre outros, para melhor compreender a dimensão em que as mulheres são afetadas em seus diferentes contextos no mundo (TICKNER, 1992).

O conceito de interseccionalidade, dessa forma, vai ser criado pelo Movimento Feminista Negro dos Estados Unidos, em especial pela acadêmica Kimberlé Crenshaw no seu trabalho *“Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics.”*¹ (SMITH, 2021). A autora argumenta que mulheres negras sofrem discriminações que não podem ser somente categorizadas como racismo ou machismo, sendo necessário fazer uma análise em que ambos sejam considerados fatores para a opressão (CRENSHAW, 1989). Além disso, mulheres negras buscavam a construção de um espaço de resistência próprio, em que pudessem ser ouvidas e discutir os problemas que as atingiam, já que o movimento negro focava nas experiências masculinas e o movimento feminista, nas experiências de mulheres brancas (TAYLOR, 1998).

Nesse sentido, o Feminismo Negro, defende a ideia de que movimentos pela igualdade de gênero não podem se posicionar como universal sem incluir as experiências de mulheres negras, que além de sofrerem racismo, também estão nas classes mais baixas. Por isso, surge a necessidade de analisar a situação das mulheres não somente através do gênero, mas também da raça e, conseqüentemente, da classe, já que mulheres não brancas são as mais marginalizadas

¹ tradução livre: "Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, da teoria feminista e da política anti-racista."

nesse contexto. Como consequência dessa análise, o feminismo negro, como movimento, tem como objetivo a construção de um feminismo que encopasse diferentes tipos de opressão e que realmente consiga representar o interesse de todos os tipos de mulheres (SMITH, 2021).

Nesse contexto contemporâneo de abordagens feministas também está inserido o Feminismo Transnacional, que busca oferecer um paradigma alternativo ao tradicional da academia, considerado androcêntrico, ocidental e dominado por pessoas brancas, para melhorar dar foco a práticas de pesquisa que institucionalizam o estudo da marginalização e que potencializam o conhecimento coletivo e a construção de comunidade (AL-ALI; KÄSER, 2020). Por isso,

Reconhecendo as dinâmicas de poder multifacetadas e complexas em qualquer contexto histórico e empírico, ao mesmo tempo que estão cientes da permeabilidade e rigidez das fronteiras e do binário entre secularismo e espiritualidade, acadêmicas feministas transnacionais têm a tarefa de identificar as relações, conexões e interseções entre diferentes lutas políticas ligadas, principalmente, ao patriarcado, racismo, capitalismo, colonialismo e a heteronormatividade. (AL-ALI; KÄSER, 2020)

Além disso, feministas transnacionais esforçam-se para desconstruir a identidade de gênero definida por feministas liberais e do Norte global, já que esta baseia-se em generalidades descontextualizadas em relação a história, a nacionalidade, a etnia, a sexualidade e outras questões que interferem na maneira como as mulheres são percebidas socialmente. Assim, entendem, que apesar de compartilhar o gênero, não é possível generalizar o conjunto de entendimentos, interesses ou formas de opressão das mulheres ao redor do mundo. Por isso, defendem análises interseccionais ou decoloniais e rejeitam a universalidade do feminismo, com o objetivo de contextualizar a filosofia feminista para melhor compreender as diferentes lutas que as mulheres enfrentam e encontrar soluções e projetos de libertação que melhor se encaixam nessas lutas (ALCOFF, 2017).

Também acreditam que devido a globalização, não é possível isolar os problemas enfrentados por um país do restante do mundo, já que esse provavelmente está interligado com algum processo sistêmico e histórico da sociedade internacional. Por isso, defendem a construção de uma solidariedade transnacional, para estimular o diálogo para além das fronteiras, ao mesmo tempo que preserva e respeita os diferentes contextos e necessidades e dá voz às comunidades marginalizadas (FULTNER, 2017).

O Feminismo Decolonial também surge como uma teoria contemporânea feminista. Essa teoria critica metodologias positivistas que afirmam ser objetivas, ao mesmo tempo que analisa os processos coloniais e imperiais e como estes impactam na produção do conhecimento atualmente (AL-ALI; KÄSER, 2020). O feminismo Decolonial, dessa forma, defende uma

análise multidimensional das opressões, incluindo as categorias de raça, sexualidade e classe de maneira igualitária para fazer conexões entre elas e impedir a hierarquização de lutas.

Estas feministas afirmam que os países colonizadores subjugaram e apropriaram-se de conhecimentos, saberes e estéticas das civilizações que colonizaram. Por isso, lutam contra a apropriação desses conhecimentos e das estruturas que apoiam esse processo, ao mesmo tempo que reivindicam igualdade entre os saberes do Sul global e da ordem imposta pelo Norte (VERGÈS, 2020). Nesse sentido,

Os feminismos de política Decolonial se inscrevem no amplo movimento de reapropriação científica e filosófica que revisa a narrativa europeia do mundo. Eles contestam a economia-ideologia da falta, essa ideologia ocidental-patriarcal que transformou mulheres, negros/as, povos indígenas, povos da Ásia e da África em seres inferiores marcados pela ausência de razão, de beleza ou de um espírito naturalmente apto à descoberta científica e técnica. (VERGÈS, 2020)

O feminismo Decolonial, dessa forma, tem como objetivo combater todas as formas de opressão, ao analisar como o racismo, o machismo e o etnicismo, resultados de regimes que não existem mais, ainda impactam as relações sociais. Além disso, defende que a marginalização das mulheres não ocorre somente como consequência de uma dominação masculina, mas também é impactada pelo capitalismo e pela violência do Estado. Por isso, criticam fortemente o feminismo liberal ou civilizatório, criado pelo Norte, já que esse é muitas vezes adotado pelo discurso capitalista das mesmas corporações e estruturas que apagam os movimentos de operárias, de *queers* e de feministas anti-imperialistas. Também criticam esse feminismo por remover o viés revolucionário do movimento, reivindicando somente a igualdade dos privilégios dados aos homens brancos e não hesitando em apoiar políticas imperialistas, islamofóbicas e racistas (VERGÈS, 2020).

Outro ponto que o feminismo Decolonial critica é a violência estatal, baseada na ação da polícia e do exército, já que essa está conectada ao poder masculino, patriarcal e capitalista. Isso também ocorre pelo fato de que essa violência sancionada pelo Estado, em muitos casos, é utilizada para silenciar ativistas e revolucionários que lutam pelos direitos dos grupos marginalizados (VERGÈS, 2020).

Os paradigmas feministas contemporâneos, portanto, apontam para a interligação dos diferentes meios de opressão que atingem os grupos marginalizados na sociedade, em especial as mulheres em contextos culturais e sociais de conflito e que não fazem parte do norte global. Além disso, essas feministas dão destaque para os processos internacionais e as estruturas que impactam, com diferentes intensidades, as mulheres, buscando trazer um maior protagonismo do pensamento e da ação destas nas lutas que enfrentam.

2.2.2 Jineologi e Autodefesa

Abdullah Öcalan é um teórica de libertação e líder do movimento curdo, possuindo diversas obras advogando pelo movimento e pelos direitos das mulheres baseados na ideia de que a liberdade feminina determina o nível de liberdade de uma sociedade. Em 1999, foi sequestrado e preso pelo governo turco, sendo sentenciado à prisão perpétua na prisão na Ilha İmralı, onde reside atualmente com quase nenhum contato externo (ÖCALAN, 2013).

ÖCALAN (2013) faz um panorama histórico, em que argumenta que a história da civilização se resume na história da escravidão feminina e que todo outro tipo de escravidão, desigualdade, militarismo, despotismo e fascismo se originam nela. Nesse sentido, a escravidão que ocorre ao longo dos anos é dividida em três níveis: a escravidão ideológica, o uso da força e a apreensão da economia. A consequência dessa escravidão seria, então, o surgimento de uma sociedade com uma hierarquia capitalista, machista e Estatal. Mais atualmente, o feminismo foi capaz de trazer à luz alguns dos problemas enfrentados pelas mulheres, mas, para Öcalan e o movimento feminino curdo em geral, isto não foi o suficiente. Estes alegam que a escravidão feminina não é uma lei da natureza, portanto, é possível revertê-la através de uma teoria, um programa, ou uma organização dos mecanismos para implantar a revolução necessária para desconstruir a posição que as mulheres ocupam atualmente (ÖCALAN, 2013).

Para isso, ÖCALAN (2013) vai dividir a história em três grandes rupturas de gênero. A primeira ocorre com o domínio do clã pela figura masculina, que vai dominar a sociedade a partir da sua força, sendo exaltado e considerado um herói, enquanto o que é visto como feminino vai ser diminuído e vilanizado. Assim, a sociedade que era dominada pela cultura da mulher-mãe, vai se tornar uma sociedade patriarcal, hierárquica e militarizada, sendo, dessa forma, a principal ruptura.

A segunda ruptura, por sua vez, foi a intensificação do patriarcado através das religiões monoteístas, em que a mulher passa a ser vista somente com o seu papel de dona de casa e cuidadora da família. Nesse sentido, a família e o casamento tornam-se instituições de extensão da hierarquia masculina e uma ferramenta de perpetuação dessa hierarquia. Como resultado de ambas essas rupturas, têm-se o Estado-Nação e o capitalismo, que representam o “homem dominante” em sua forma mais institucionalizada, onde os poderes políticos e militares têm um papel importante na sua manutenção (ÖCALAN, 2013).

A terceira ruptura, por fim, ainda não ocorreu e dar-se-á contra o homem, através de uma revolução de gênero para matar o “homem dominante”. A revolução deverá ter como

objetivo uma mudança radical, já que o sistema impacta não somente as mulheres, mas permeia todas as mulheres, todos os homens e suas relações. Sendo assim, a revolução resultaria também na libertação dos homens. Para isso, é necessário colocar a posição da mulher como foco para a solução dos problemas sociais, principalmente no Oriente Médio, fazendo uma crítica ao pensamento, à religião e à arte produzidas sobre mulheres por homens que dominam os meios sociais. Portanto, deve ser feito o uso da *Jineologî*, tendo como necessidade mais urgente a conquista dos pensamentos que subjugam a mulher dentro da arena ideológica. Em seguida, deve-se entrar na arena política, não com o objetivo da criação de um Estado, mas buscando alcançar uma sociedade que seja democrática, igualitária, ecológica e que não tenha o Estado como um elemento principal (ÖCALAN, 2013).

O termo *Jineologî* aparece pela primeira vez no livro “Sociologia da Liberdade” de Abdullah Öcalan, publicado em 2003. No entanto, a sua história parte das disputas entre o Estado turco e o Partido Trabalhador Curdo (PKK) durante as décadas de 70, 80 e 90 e, posteriormente, se consolida pela ideologia do Movimento de Libertação Feminina. Esse movimento já possuía contínuas discussões sobre formas alternativas de produzir conhecimento e de se organizar politicamente, mas que não eram mais desenvolvidas por falta de incentivo do restante do partido, principalmente pela parte masculina que temia uma divisão ideológica (AL-ALI; KÄSER, 2020). A *Jineologî*, então, pode ser traduzida como Ciência das mulheres e tem como objetivo produzir uma ciência alternativa que se oponha ao paradigma dominante da ciência, entendido, dentro do escopo da própria *Jineologî*, como colonialista, positivista, determinista e androcêntrico; e que historicamente ignora e marginaliza o conhecimento feminino (DIYAR, 2018; AL-ALI; KÄSER, 2020).

Para tanto, a *Jineologî*, além de buscar entender os processos de opressão e marginalização femininos, centraliza as mulheres, suas experiências e suas agências nas análises históricas, políticas e sociais, incentivando-as à produção de conhecimento através da interpretação feminina, para, assim, ter um paradigma alternativo da ciência e suas produções acadêmicas. (RIBEIRO, 2019). Segundo a *Jineologî*, o ponto central dessa forma de fazer ciência e da luta das mulheres é, então, a desconstrução dos pensamentos que subjugam a posição das mulheres em todos os âmbitos da sociedade podendo, assim, resultar em uma mudança mais radical das organizações políticas e sociais (AL-ALI; KÄSER, 2020; RIBEIRO, 2019).

Por isso, a *Jineologî* alinha-se a epistemologias feministas contemporâneas, como a Teoria de Ponto de Vista Feminina, e com metodologias transnacionais e decoloniais das últimas décadas (AL-ALI; KÄSER, 2020). Em relação a Teoria de Ponto de Vista Feminina, a

Jineologî aproxima-se, ao centralizar as experiências femininas e, conseqüentemente, buscar uma maior participação destas. A aproximação do movimento curdo feminino e da Jineologî com o feminismo negro ocorre através da necessidade de criar um espaço de análise que encopasse as diferentes opressões sofridas pelo grupo representado, assim como, pelo projeto de uma teoria e um movimento que não seja excludente das diferentes experiências femininas.

Já em relação às metodologias transnacionais e decoloniais, a Jineologî aproxima-se por criticar a produção de conhecimento positivista, Ocidental e androcêntrica, assim como, por buscar fazer uma análise mais profunda de como as mulheres são discriminadas pela sociedade como o uso da interseccionalidade. Além disso, a Jineologî e o Movimento Curdo em geral se aproximam do Feminismo Decolonial, de forma mais específica, ao denunciar práticas de violência, principalmente por parte do Estado, e ser contrário à militarização, atrelando essas práticas a masculinidade e ao capitalismo.

Da mesma maneira que essas epistemologias contemporâneas, a Jineologî critica a abordagem liberal do feminismo, já que essa foca em questões legais e institucionais. Ignorando, como consequência, os processos sistêmicos de opressão, através de uma análise mais superficial e da busca de alternativas dentro das mesmas instituições que oprimem as mulheres e outros grupos marginalizados (AL-ALI; KÄSER, 2020).

O pensamento do Movimento Curdo Feminino é, em grande parte, baseado na Jineologî, tendo ela como ferramenta e objetivo na sua luta antipatriarcal, antiestatal e anticapitalista. Portanto, para que seja possível o desenvolvimento de um paradigma feminino crítico é necessário que sejam criados espaços que empoderem esse tipo de conhecimento. (RIBEIRO, 2019) Por isso, o governo autônomo de Rojava inclui Jineologî no seu currículo educacional oficial e estabeleceu uma academia, assim como um corpo docente, de Jineologî na Universidade de Rojava, concentrando grande parte da pesquisa sobre o assunto nessa região, permitindo discussões e incentivando a produção de conhecimento em ambientes seguros e de empoderamento (AL-ALI; KÄSER, 2020).

Em conjunto com a produção do conhecimento, o movimento feminino curdo busca a sua autodefesa. A autodefesa tem como papel a libertação da mulher frente às opressões patriarcais do Estado, nesse sentido uma atuação feminina, pautada na autonomia e organizada militarmente tem como objetivo a luta pela segurança das mulheres em condição de vulnerabilidade. A INTERNATIONALIST COMMUNE (2015) afirma que “a autodefesa é a tentativa radical de dissociar o poder do sistema militar patriarcal”.

Nesse sentido, Abdullah Öcalan, defende o paradigma da autoridade democrática, que ele denominou de “teoria das rosas” porque “(...) sugere que todos os organismos vivos da natureza - abelhas, flores, ecossistemas - têm seus mecanismos de autodefesa para proteger e afirmar sua identidade e existência(...)” (DIRIK, 2017, p. 6). Para DIRIK (2017), dessa forma,

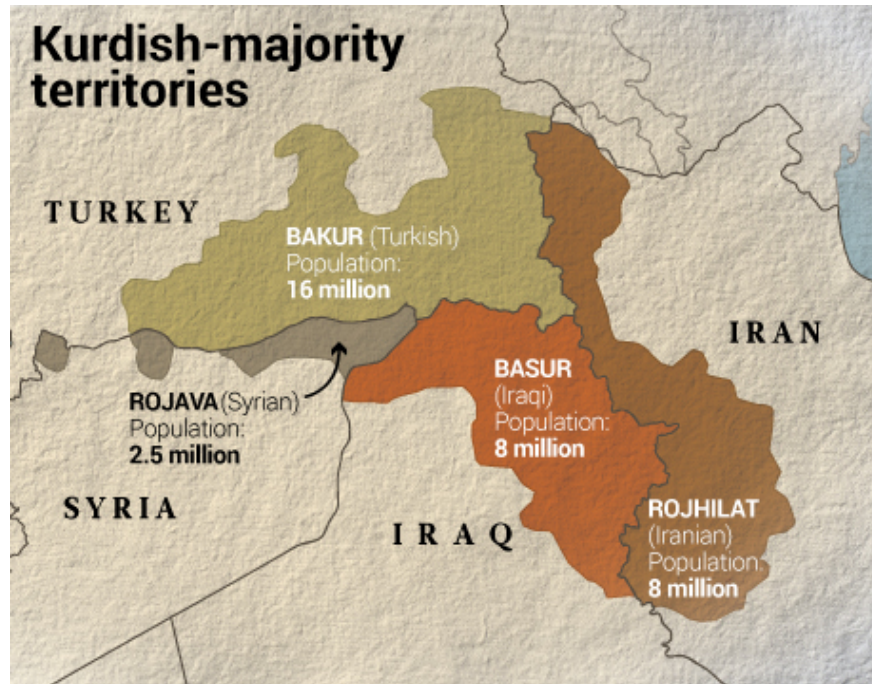
Este sistema social e político é analisado como a autodefesa do povo - especialmente da mulher - contra o sistema Estatal. (...) o movimento das mulheres no Curdistão não analisa autodefesa apenas como um meio de proteger-se fisicamente. Para viver livremente, ética e autonomamente, as pessoas precisam se organizar e se autodeterminar para realmente serem elas mesmas. (DIRIK, 2017, p. 6)

A autodefesa, então, é vista pelo movimento feminino curdo como “(...) essencial e fundamental para o caminho de libertação, e para a consciência de liberdade”. (KONGRA STAR, 2020, p.18). Assim como, este expressa a necessidade de autonomia nesse processo já que as questões securitárias são tradicionalmente uma função do mesmo sistema estatal que oprimem as mulheres (KONGRA STAR, 2020).

3 HISTÓRICO E CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO CURDO

Os curdos consistem em um grupo etnolinguístico que está dividido entre os Estados modernos do Irã, do Iraque, da Turquia e da Síria, nas regiões da Alta Mesopotâmia, das montanhas Zagros e do sudeste da Anatólia (MIRANDA, 2015). Na linguagem Kurmanji, dialeto mais comumente falado entre os curdos, o Curdistão está dividido, como pode ser observado na Figura 1 abaixo, em: Rojhilat (que significa “Leste”), localizado no Irã; Rojava (que significa “Oeste”), localizado na Síria; Başûr (que significa “Sul”), localizado no Iraque; e, por fim, Bakur (que significa “Norte”), localizado na Turquia (EGRET; ANDERSON, 2016).

Figura 1 - Mapa do Curdistão



Fonte: MOUBAYED, 2017

Atualmente, existem em torno de 40 milhões de Curdos, em que, em sua maioria, se concentram no território turco com uma população de aproximadamente 15 milhões. Seguido a isso, está o Irã, com uma população de mais ou menos oito milhões, o Iraque, com uma população estimada de cinco milhões e, por fim, a Síria, com uma população de um milhão. Há, também, a diáspora curda no continente europeu, principalmente no Reino Unido, na Alemanha, na França, na Suécia, na Bélgica e na Holanda, que ocorreu devido às políticas genocidas e de limpeza étnicas dos Estados nacionais da região do Curdistão (YILDIZ; BREAU, 2010; EGRET; ANDERSON, 2016; MIRANDA, 2015).

Historicamente, a região foi ocupada por uma sucessão de governantes durante os séculos XI ao XV - entre eles os turcos seljúcidas, os mongóis e o império safávida -, fazendo com que a população curda fosse vulnerável a mudanças políticas desde o seu princípio. Durante os séculos XVI ao XVIII, sob o governo do Império Otomano, houve um breve período em que os curdos tiveram autonomia sobre seus territórios e políticas, mas que foi revertido no início do século XIX, quando o Império Otomano, através da sua centralização, buscava reverter o seu declínio (YILDIZ; BREAU, 2010). Durante esses séculos, os curdos foram utilizados como ferramentas para ocupação territorial e defesa dos impérios, levando ao

deslocamento da população curda e de revoltas, principalmente contra o Império Otomano (YILDIZ; BREAU, 2010; MIRANDA, 2015).

Como consequência da Primeira Guerra Mundial, os governos francês e Britânico, através do Acordo de Sykes-Picot em 1918, foram permitidos a dividir o Oriente Médio conforme seus interesses, devido a isso as regiões do Iraque, da Jordânia e da Palestina ficaram sob mandato da Grã-bretanha, enquanto a Síria, a Palestina e a Armênia ficaram sob mandato da França (MIRANDA, 2015; EGRET; ANDERSON, 2016). Além disso, em 1923, o antigo Tratado de Sèvres assinado pelas potências aliadas e o governo de Constantinopla, que concedia autonomia ao povo curdo na região do Império Otomano, foi substituído pelo Tratado de Lausanne, que estabelecia e reconhecia o novo Estado Turco. Esse tratado não levava em consideração as reivindicações políticas e sociais de grupos nacionais não-turcos, como os Armênios, os Curdos e os Gregos, que também ocupavam a região (MIRANDA, 2015; YILDIZ; BREAU, 2010).

Assim, as regiões restantes dominadas pelos curdos foram divididas pelas potências aliadas, que redesenharam as fronteiras, entre o Irã, o Iraque e a Síria. Essas novas fronteiras novamente ignoraram reivindicações políticas e sociais dos povos curdos e permitiram aos governantes desses Estados autonomia sobre a distribuição étnica da população curda ao mesmo tempo que recompensaram os aliados das potências ocidentais com recursos naturais em seus territórios. (YILDIZ; BREAU, 2010)

A partir de então, os Curdos foram divididos entre os quatro Estados vizinhos que permanecem até hoje. Em todos esses países, a população curda sofreu com diversas políticas opressivas e violentas, que passaram a ser sistematizadas dentro de Estados nações, criados ou apoiados pelas potências aliadas (STRANGERS, 2016). Essas políticas foram formadas com base em hostilidade e suspeita devido a existência de uma população étnica não árabe que habitava uma área de grande importância estratégica, em especial para o Ocidente, em conjunto com a necessidade de Estados recém-formados e possivelmente vulneráveis de cultivar uma forte integridade nacional e manter a sua independência (YILDIZ; BREAU, 2010).

Nos quatro Estados - Turquia, Síria, Irã e Iraque -, as políticas de repressão foram semelhantes, incluindo a criminalização de práticas e expressões culturais, deportações, proibição da língua curda e ações militares contra organizações políticas e civis, assim como, contra indivíduos e vilarejos curdos (STRANGERS, 2016). Foi essa violência sistemática e a

violação de direitos que impulsionou a criação de um movimento curdo organizado e transnacional (MIRANDA, 2015).

O papel internacional do movimento também ocorre devido à intervenção que as potências coloniais fizeram ao longo da história nas regiões curdas, que ocasionaram em muitas das dificuldades enfrentadas pela população, sejam elas através da ação direta desses Estados ou da indiferença frente às ações dos seus aliados (MIRANDA, 2015). Ao longo da história, a população curda foi utilizada para que as potências regionais e internacionais atingissem seus objetivos e assegurassem seu poder estratégico, podendo ser apoiada por um país em uma das suas regiões, ao mesmo tempo que o seu genocídio era ignorado pelo mesmo país em outra de suas regiões, como foi o caso dos Estados Unidos na guerra do Iraque e o da Síria ao longo de sua história (STRANGERS, 2016; SZEKELY, 2019). Assim, a questão curda tomou proporções internacionais, para além dos quatro países em que a maior parte dessa população fisicamente ocupa, devido aos interesses das potências internacionais e de seus aliados na região (MIRANDA, 2015).

Nesse sentido, o movimento curdo enfrenta ameaças em diferentes frentes, resultando na necessidade do movimento em desenvolver estratégias que abrangem diferentes regimes e blocos geopolíticos. Isso fez com que o movimento obtivesse experiência em diferentes contextos de opressão e regulamentação, além de aprender a se adaptar e compartilhar o seu conhecimento entre diferentes fronteiras, sejam elas entre o Irã, o Iraque, a Síria e a Turquia ou com a Europa, fazendo com que as ideias e as motivações do movimento realmente se tornassem globais (ÜSTUNDAĞ, 2019).

3.1 Movimento Curdo na Turquia (Bakur): desenvolvimento do PKK e do Confederalismo Democrático

Após o fim da Primeira Guerra, ocorreu, por parte do partido “Jovens Turcos”, uma sistemática limpeza étnica contra Curdos e Armênios, em que cerca de 700 mil curdos foram desalojados, dos quais quase metade foram mortos. Houve uma breve pausa nessas políticas após 1920, quando o tratado que dividiu o Império Otomano foi assinado, mas que retornaram após a Guerra de Independência Turca ser vencida em 1923, liderada por Mustafa Kemal Atatürk (EGRET; ANDERSON, 2016; STRANGERS, 2016).

Logo em seguida, diversas políticas para a “Turquificação” do novo Estado foram implementadas e, como consequência, as movimentações e a cultura curda passaram a ser vistas como uma ameaça à unidade da Turquia (MIRANDA, 2015). Assim, sucessivas políticas ao longo dos anos foram desenvolvidas a partir do Kemalismo, focados no nacionalismo turco e no secularismo, para assimilar os curdos e outras minorias étnicas. Dentre elas estão a proibição de escolas, associações e publicações que utilizam a língua curda; a criminalização do uso da palavra “Curdos” e outras referências a estes em publicações nacionais e no uso diário; a renomeação dos curdos para “turcos da montanha”; a criminalização de comemorações e outras manifestações da cultura curda; a proibição da atuação de partidos políticos e organizações curdas ou simpáticas à causa; entre outros (STRANGERS, 2016; MIRANDA, 2015; EGRET; ANDERSON, 2016).

Essa opressão por parte do Estado turco resultou em revoltas da população curda. As maiores ocorreram em 1925 e 1930 e foram reprimidas de forma violenta, resultando na implementação da Lei Marcial na região curda para impedir revoltas futuras. Essa situação foi agravada a partir dos anos 60 quando houve sucessivos golpes de Estados nas décadas seguintes que renovaram o Kemalismo como forma de reprimir minorias étnicas, principalmente por meios militares (YILDIZ; BREAU, 2010).

Após o golpe de 1971, quando militantes da esquerda revolucionária foram exilados e suas organizações políticas proibidas, um grupo sem uma estrutura e um programa formal foi atrás de novas perspectivas (JONGERDEN, 2017). Esse grupo vai originar, após alguns anos de mobilização e preparação, o Partido de Trabalhadores do Curdistão (PKK) em 1978 (MIRANDA, 2015).

O partido inicialmente foi formado por 22 ativistas, entre eles Abdullah Öcalan, líder ideológico do movimento; Sakine Cansiz, personalidade central no movimento feminino e no partido em geral; e algumas pessoas da esquerda turca. Nesse sentido, o PKK tinha como objetivo um Curdistão independente, através do resgate da identidade curda e da organização indenitária política para combater as tentativas de assimilação do Estado Turco. Para isso, o partido vai se basear em uma ideologia Marxista-Leninista (MIRANDA, 2015; RIBEIRO, 2019).

O golpe de 1980, fez com que o país fosse governado pelas forças armadas e resultou na extensão da Lei Marcial para todo o país, na abolição do Parlamento, na suspensão da

Constituição e na criminalização de quaisquer formas de organizações sociais e políticas (YILDIZ; BREAU, 2010). Nesse sentido, toda forma de expressão cultural, social e política curda passou a ser considerada atividade terrorista. Isso em união com a Lei Marcial estendida fez com que a repressão à população curda passasse a se manifestar também através do aumento de prisões políticas e na consequente tortura sistemática desses prisioneiros (MIRANDA, 2015).

Apesar disso, o PKK tornou-se o partido político curdo hegemônico do período e estendeu a sua luta para além de questões territoriais Estatais (ŞİMŞEK, 2018). Assim, devido a exaustão dos meios políticos de combater o autoritarismo Turco e a degradação das condições de vida da população curda, o PKK vai começar a organizar a sua luta armada, fortemente apoiada e com uma alta adesão pela população curda por ser vista como um meio legítimo de autodefesa (MIRANDA, 2015; RIBEIRO, 2019).

Dessa forma, são começados treinamentos militares, principalmente no santuário Sírio, políticos e ideológicos para que, em 1984, o partido lançasse sua ofensiva de guerrilha contra o Estado turco por meio da criação das Forças para a Libertação do Curdistão (HRK), que depois vai se transformar em Exército de Libertação Popular do Curdistão (ARGK) (MIRANDA, 2015). O movimento de guerrilha, então, vai ser multifacetado, tanto nacionalmente, quanto internacionalmente. Já que, segundo MIRANDA (2015),

Uma guerra de guerrilha não pode ser travada com eficácia sem o apoio de uma vasta organização política que supera em muito o tamanho do exército. É por meio dessa rede política que a organização guerrilheira arrecada dinheiro, compra armas, consegue aliados e presta serviços básicos aos insurgentes, como saúde e educação. As táticas de guerrilha, portanto, compreendem várias facetas que operam em diferentes níveis, desde operações militares até a guerra econômica e diplomática. (MIRANDA, p. 15, 2015).

Nesse sentido, vai surgir uma relação de interdependência entre o partido (PKK) e a sua guerrilha (ARGK), em que ambos vão ser importantes para a existência um do outro (RIBEIRO, 2019). A nível local, os insurgentes vão buscar participar da luta armada, educar a população sobre a sua ideologia, recrutar novos participantes e criar redes de apoio. Ao mesmo tempo que, em nível internacional, militantes vão ser enviados para diferentes países para criar parcerias com outros grupos marxistas - a exemplo da Organização de Libertação da Palestina (OLP), a Liga Comunista do Irã e o grupo armênio ASALA -, organizar a diáspora no continente europeu, incluindo a criação da Frente de Libertação Nacional do Curdistão (ERNK) apoiado

por centros culturais e comunitários da Europa e reforçar bases de treinamento militar, como as do Líbano e da Síria (STRANGERS, 2016; MIRANDA, 2015; RIBEIRO, 2019).

O Estado turco vai, a partir desse momento, passar a considerar o problema turco como uma questão de segurança tradicional (MIRANDA, 2015). Isso vai resultar no aumento da repressão enfrentada pelo PKK. O regime vai fazer um maior deslocamento do exército para territórios curdos, onde estes vão fazer frequentes inspeções nos vilarejos e vão arbitrariamente prender e torturar suspeitos de envolvimento com o partido (YILDIZ; BREAU, 2010). Esses vão ser os anos de combate mais violentos entre o PKK e o Estado Turco, resultando no aprisionamento de dezenas de milhares de curdos e no despejo de milhares de vilarejos, deixando mais de três milhões de pessoas sem moradia (TANK, 2017).

Um dos principais motivos da legitimidade concedida ao PKK e a sua luta armada pela população é que, diferente de movimentos anteriores, ele vai ter como alvo tanto a opressão do Estado, quanto a opressão de estruturas sociais e culturais curdas representadas pelos chefes tribais. Nesse sentido, o PKK vai se organizar a partir de movimentos de esquerda e ser liderado por pessoas de classes baixas que tem como objetivo uma tentativa revolucionária de educar e liberar a população. Como resultado disso, o PKK vai partir de um pequeno grupo de indivíduos sem estrutura para um movimento político-social transnacional de diferentes frentes e organizações em poucos anos (MIRANDA, 2015).

No final dos anos 90 e no início dos 2000 o PKK vai passar por uma mudança de paradigma ideológico como resultado da superação das estruturas sociais tradicionais curdas, do fim da Guerra Fria e do conseqüente fracasso do socialismo e da prisão de Abdullah Öcalan (MIRANDA, 2015; JONGERDEN, 2017; AKKAYA; JONGERDEN, 2012). Outro ponto importante para a mudança do movimento, é a implementação por parte do Estado turco de modificações nas políticas de assimilação curda, que permitem o uso da linguagem curda e a formação de associações culturais e sociais. Isso vai ocasionar em um melhor diálogo entre as forças armadas turcas e a guerrilha curda e vai permitir um questionamento da ideologia e dos objetivos do movimento (RIBEIRO, 2019). Essa mudança, então, vai ser marcada pela transformação do partido em um sistema congressional, pelo abandono do objetivo de um Curdistão independente, pela centralização das lutas antipatriarcal e ecológica e, principalmente, por um projeto de democracia radical que rejeita a ideia de Estado Nacional (MIRANDA, 2015; JONGERDEN, 2017; AKKAYA; JONGERDEN, 2012).

O PKK foi oficialmente considerado um grupo terrorista pela Turquia em 1979, ação seguida pelos Estados Unidos em 1997 (STRANGERS, 2016; RIBEIRO, 2019). Isso vai dificultar a atuação internacional do movimento e vai ocasionar na captura de Abdullah Öcalan de forma colaborativa entre a Agência Central de Inteligência americana (CIA) e a Agência Nacional de Inteligência Turca (MIT) em 1999. Öcalan vai ser, então, condenado à prisão perpétua na ilha de *İmralı*, onde reside até hoje (EGRET; ANDERSON, 2016)

Enquanto na prisão, Öcalan vai ter o direito de organizar a sua própria defesa, o que lhe concederá acesso a diferentes literaturas sobre história, política e teoria social. (JONGERDEN, 2017). Isso vai resultar na aproximação do líder do movimento com autores marxistas e anarquistas e suas teorias, como Murray Bookchin, Wallerstein, Emma Goldman e Foucault (STRANGERS, 2016). Assim, Öcalan vai passar a defender a ideia do Confederalismo Democrático no lugar do objetivo de um Estado independente curdo (EGRET; ANDERSON, 2016; JONGERDEN, 2017). O Confederalismo Democrático, então, vai ser guiado por cinco objetivos: direito à autodeterminação, antinacionalismo, participação de base, democracia comunitária e o “governo” como uma mera forma de implementação de decisões populares (TANK, 2017).

As transformações não vão ser somente ideológicas, mas também estruturais. A partir de 2003, o PKK vai deixar de ser um partido e transformar-se no Congresso do Povo do Curdistão (Kongra-Gel ou KGK). (RIBEIRO, 2019). Além disso, vão ser formados a União das Comunidades do Curdistão (KCK) e a Comunidade das Mulheres do Curdistão (KJK), duas organizações guarda-chuva que vão coordenar o KGK e todas outras organizações afiliadas (RIBEIRO, 2019; (JONGERDEN, 2017; AKKAYA; JONGERDEN, 2012). O objetivo do KCK e do KJK, segundo JONGERDEN (2017, p.15), é o de ser “uma rede de conselhos regionais, de vilas e de cidades, funcionando como uma organização para fornecer orientação ideológica para estruturas e instituições que estavam voltadas para a ideia de democracia, ecologia e igualdade de gênero”. Assim, essas organizações buscam promover a democracia radical desenvolvida por Öcalan, através de uma organização não estatal, horizontal, local e popular (RIBEIRO, 2019; AKKAYA; JONGERDEN, 2012).

Nesse sentido, o KCK vai se diferenciar do PKK, por ser um projeto político e social e não somente uma resposta à opressão estatal, buscando uma nação transnacional pautada em uma democracia radical. Ao mesmo tempo que, o KCK vai se utilizar dos debates ideológicos

e dos mecanismos de mobilização desenvolvidos ao longo dos anos de ação do partido (RIBEIRO, 2019).

No entanto, essas mudanças não vão ocorrer sem obstáculos e a nova forma de organização do movimento vai enfrentar algumas dificuldades, que vão ser melhor desenvolvidas através de um debate intenso que quase levou ao colapso do partido e depois que as ideias do Confederalismo Democráticos puderam ser postas em prática de forma mais plena no contexto de Rojava em 2013 (JONGERDEN, 2017). Por isso, pode-se dizer que o início do século XXI marca um período de reconstrução e introspecção do movimento curdo (AKKAYA; JONGERDEN, 2012).

3.2 Movimento Curdo na Síria (Rojava) nos anos pré-guerra

Os curdos na Síria consistem em aproximadamente 10% da população do país, mas representam somente em torno de 5% da população curda da região. Por isso, o movimento curdo na Síria tem sido historicamente mais fraco e menos organizado que o das outras regiões, sendo influenciado por e dando apoio, quando possível, aos outros partidos e movimentos, principalmente em relação aos da Turquia e do Iraque (SZEKELY, 2019).

Como colônia francesa, declarada após o acordo de 1918, não houve muitos esforços por parte da Síria para assimilar ou criminalizar a população curda. No entanto, a partir de 1946, quando a Síria se tornou um Estado independente, isso rapidamente mudou (STRANGERS, 2016). Como parte das políticas de assimilação, nomes de cidades curdas foram mudados, costumes culturais, assim como organizações políticas curdas foram banidas, políticos e ativistas curdos foram presos e torturados pela polícia secreta síria e o ensino da língua curda desencorajado (SZEKELY, 2019; (EGRET; ANDERSON, 2016). Além disso, cerca de 120 mil curdos foram expatriados e negados cidadania síria, sendo definidos como estrangeiros (*ajānib*) e, portanto, não tendo direito ao voto, à propriedade ou a cargos governamentais. Assim como, outros 75 mil curdos foram considerados ocultados (*maktūmīn*), e tinham ainda menos direitos que os estrangeiros (TANK, 2017).

Essas políticas ocorreram, a partir dos anos 50, devido a mobilização política e a chegada do poder do partido Ba'ath na Síria e no Iraque, que, através de uma organização partidária leninista e práticas patrimoniais, combinava práticas burocráticas centralizadas com

estatismo e populismo (HINNEBUSCH, 2019). Isso, em conjunto com influências de partidos curdos no Iraque, fizeram com que o movimento curdo na Síria se tornasse explicitamente nacionalista durante os anos 50 (SZEKELY, 2019).

A partir dos anos 70, com a construção de uma monarquia presidencial, Hafez al-Asad assumiu o governo até a sua morte em 2000, quando o seu filho o sucedeu. Hafez privilegiou para os postos de comando do Estado, membros da sua família, tribo e seita Alauíta que eram extremamente fiéis ao governo, buscando implementar uma repressão dura contra qualquer tipo de oposição (HINNEBUSCH, 2019). Devido a isso, o Estado Sírio continuou suas políticas de contenção do movimento curdo e, nesse sentido, criou um “cinturão árabe” em que cerca de 150 mil curdos foram deslocados sem compensação de Rojava para acomodar a população árabe na região. Os protestos e reivindicações por independência que ocorrem como resposta a essa e outras políticas foram fortemente reprimidas pelo exército e pela polícia síria (EGRET; ANDERSON, 2016).

Como consequência dos conflitos entre o Estado turco e os militantes do PKK, a partir do final dos anos 70 a Síria tornou-se um base de treinamento e refúgio para os curdos da Turquia (STRANGERS, 2016; TANK, 2017). Devido às políticas da Guerra Fria, o PKK pode atuar com segurança dentro da Síria, já que a União Soviética servia de aliado para o país, enquanto os Estados Unidos apoiavam a Turquia (TANK, 2017).

Além disso, a presença do PKK era utilizada pelo governo Sírio tanto como um contraponto estratégico contra a Turquia, quanto uma forma de redirecionar a luta curda interna para o país vizinho (EGRET; ANDERSON, 2016; SZEKELY, 2019). Com relação à Turquia, a presença do PKK era utilizada para pressionar o Estado turco, já que esse era visto como ameaça por ser um membro da OTAN e por ter controle sobre o fluxo de água do Rio Eufrates direcionado à Síria (SZEKELY, 2019; TANK, 2017). Já com relação ao movimento curdo no país, o santuário dado ao partido servia para desincentivar as manifestações e reivindicações destes, assim como, movimentar os esforços de independência e nacionalismo curdo para fora de seu território (TANK, 2017; SZEKELY, 2019). Nesse período, inclusive, milhares de Curdos sírios foram permitidos substituir o serviço no exército sírio pela filiação ao PKK e pela luta contra o governo Turco (SZEKELY, 2019).

Em 1998, com o fim da Guerra Fria e com ameaças de uma guerra mais direta entre a Síria e a Turquia, o PKK e o seu líder, Öcalan, foram expulsos do território sírio, resultando na

captura e prisão de Öcalan pelo serviço secreto Turco (TANK, 2017; SZEKELY, 2019). No entanto, células clandestinas do partido continuaram na Síria e, como consequência da aproximação ocorrida nos anos anteriores e da inexistência de motivos para desincentivar um movimento político curdo na Síria, foi formado o Partido da União Democrática (*Partiya Yekîtiya Demokrat* ou PYD) em 2003. O partido mantinha conexões com o PKK e, apesar de possuir uma liderança própria, tinha Öcalan como seu líder ideológico (SZEKELY, 2019). Outros eventos, como a queda de Saddam Hussein e a crescente influência do Governo Regional Curdo no Iraque, serviram de motivação para o movimento na Síria e o recém-formado partido (TANK, 2017).

No ano seguinte, em 2004, como consequência do descontentamento curdo crescente após Bashar al - Assad assumir o poder em 2000, houve diversos confrontos violentos entre curdos e árabes. Os conflitos mais diretos surgiram como repercussão de rivalidades entre torcedores de futebol árabes e curdos na cidade de *al-Qāmishlī* e resultaram em protestos antigovernamentais violentos, que mataram mais de cem pessoas, em sua maioria curdos. A resposta do governo contra os protestos aumentou ainda mais a insatisfação curda com a sua situação no país, isso levou a continuação das reivindicações curdas e da repressão do governo em um ciclo de violência, resultando em mais mortes nos anos de 2005 e 2008 em protestos na mesma cidade (SZEKELY, 2019; TANK, 2017; EGRET; ANDERSON, 2016). Essa violência gerou ainda mais insegurança entre os curdos em relação do regime, fazendo com que fossem criadas as Unidades de Proteção Mistas (YXG), que eram não oficiais e ilegais, para se proteger de ataques futuros do governo Sírio (PUSANE, 2018; KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016).

Devido a sua condição no país ao longo dos anos, muitos curdos participaram desde o princípio nas revoltas contra o governo em março de 2011, já que perceberam nelas oportunidades sem precedentes para o movimento, tanto no âmbito regional, quanto no internacional. No entanto, nem todos os curdos agiram da mesma forma, havendo, principalmente tensões entre os diferentes atores políticos curdos (SCHMIDINGER, 2018). O regime, por não acreditar na capacidade e na organização das forças curdas contra as diferentes milícias e forças armadas do conflito, assim como, por uma tentativa de diminuir as frentes que enfrentava, decidiu conceder a cidadania para a população curda no país e saiu da região de Rojava (TANK, 2017). Mesmo com a retirada do governo e com o início das articulações por parte dos partidos curdos, muitos jovens curdos continuaram ativos nos protestos e organizações locais contra o regime (SCHMIDINGER, 2018).

Com o consequente vácuo de poder pela saída do governo da região, o PYD, como único partido curdo na Síria que possuía um braço armado, foi capaz de se organizar e, no final de 2013, anunciou um governo interino na região de Rojava, dividido em 3 cantões: Cizîrê, Kobanî e Afrin (TANK, 2017). Este governo, então, passou a se organizar conforme as ideias de Öcalan e do Confederalismo Democrático, tendo como foco o pluralismo cultural, autonomia regional, proteção ambiental e igualdade de gênero. Além disso, nesse momento inicial, o partido decidiu tomar uma posição de neutralidade em relação ao conflito, tentando agir de forma a somente se defender caso fosse necessário. Os desenvolvimentos do conflito sírio também fizeram com que o PYD tivesse uma maior autonomia e que seus interesses se diferenciasssem dos partidos curdos irmãos. Apesar disso, as relações entre os diferentes partidos continuaram extremamente próximas, principalmente com o PKK, que inclusive participou de operações militares conjuntas contra o Estado Islâmico e outras milícias islâmicas (SZEKELY, 2019).

3.3 Protagonismo e organização feminina na construção do movimento curdo

As mulheres curdas enfrentam duas frentes em sua luta: a opressão por ser parte de um grupo étnico que é perseguido e violentado dentro de Estados nações e a opressão por ser mulher dentro de uma sociedade patriarcal, tanto de maneira geral quanto dentro do movimento do seu próprio povo (MIRANDA, 2015). De forma histórica, o desenvolvimento do movimento de libertação feminina curdo ocorre aliado a outros movimentos feministas, como o próprio movimento turco e os outros paradigmas terceiros mundistas, e dentro do movimento curdo em si. Dessa forma, inicialmente a causa feminina surge associada, e muitas vezes secundária, à libertação nacional (HAMELINK; WEISS; BEGIKHANI, 2018)

Isso ocorre, principalmente, pela necessidade mais urgente de se buscar Direitos Humanos para a sua população em um momento em que a violência Estatal aparenta ser mais eminente do que a violência contra mulher. Além disso, o movimento curdo geral, em especial o PKK, inicialmente não tem a igualdade e a libertação feminina como um dos seus objetivos, sempre priorizando a luta contra o Estado e buscando a emancipação nacional (HAMELINK; WEISS; BEGIKHANI, 2018). Mesmo assim, as mulheres curdas foram importantes agentes de transformação dentro do movimento, das guerrilhas e da organização política na diáspora.

É no contexto de violência, tanto patriarcal quanto Estatal, que o movimento vai ganhar força. De forma geral, não se utiliza o termo “feminismo” para movimentos emancipatórios no

O Oriente Médio porque não há uma identificação com as demandas e as ideias dos feminismos Ocidentais e colonizadores (RIBEIRO, 2019). Por isso, há diversos rótulos que são usados para representar o que se é buscado pelas ativistas femininas curdas. Foi no final do século XIX que houve um princípio de defesa de direitos femininos no movimento curdo, essas reivindicações foram realizadas por uma pequena elite urbana como parte de demandas de emancipação mais amplas feitas para o Império Otomano. Essa elite, no entanto, não teve sucesso e, após as políticas de centralização do Império, teve que fugir, resultando em um aumento do poder das tribos curdas, organizadas de forma patriarcal e desigual (HAMELINK; WEISS; BEGIKHANI, 2018).

O ativismo feminino, então, vai ser retomado a partir de movimentos de esquerda nas décadas de 60 e 70, em que estas vão se aproximar de movimentos de esquerda femininos da Turquia e vão ter o socialismo e a proteção contra as violências relacionadas com a honra como seus principais objetivos (ÇAHA, 2012; HAMELINK; WEISS; BEGIKHANI, 2018). No entanto, a partir da década de 90, as ativistas curdas vão se distanciar das feministas turcas, criando associações próprias e, também, alinhando-se com o feminismo negro europeu e estadunidense e outros feminismos terceiro-mundistas. Isso ocorre, principalmente, devido a falta de interseccionalidade do movimento feminino turco, que não considera as outras violências sofridas por mulheres menos privilegiadas, algo central para o feminismo negro. Assim como, pela falta de um pensamento anticolonial contra o Estado e as outras estruturas globais, o que é muito presente nos feminismos Decolonial e transnacional (HAMELINK; WEISS; BEGIKHANI, 2018; RIBEIRO, 2019).

Além disso, nessa mesma época, o movimento feminino curdo começou a se organizar independentemente dos partidos políticos curdos, que na década de 80 tinham criado um espaço para o ativismo feminino desenvolver suas demandas junto ao movimento de libertação nacional. Isso ocorre porque as mulheres curdas sentiam-se subordinadas ao machismo curdo dentro dessa estrutura e percebiam que muitas vezes os problemas de gênero tinham pouco reconhecimento ou eram totalmente ignorados. Além disso, tinha-se um esforço por parte dos homens dos partidos em transformar as mulheres em ativistas masculinizadas, em que o gênero deveria ser inexistente. Por fim, o movimento feminino começou a problematizar a libertação nacional e o nacionalismo, já que percebiam que este poderia ser facilmente racista e antifeminista (HAMELINK; WEISS; BEGIKHANI, 2018).

Nesse momento, então, vai começar por parte das mulheres do movimento um maior questionamento sobre a sua posição na libertação nacional, resultando na criação de espaços unicamente femininos para a discussão dos seus problemas (RIBEIRO, 2019). Ainda, vai haver uma maior reivindicação de que a problemática de gênero e a luta contra o patriarcado sejam elevados ao mesmo nível de importância que a libertação nacional, tanto como um objetivo do movimento tanto como uma reorganização e reeducação dos ativistas curdos (HAMELINK; WEISS; BEGIKHANI, 2018). Dessa forma, as mulheres curdas vão desenvolver uma crítica maior as estruturas do Estado e as suas políticas de assimilação, ao feminismo turco e ocidental, as estruturas tribais e desiguais da sociedade curda e aos homens do movimento curdo (ÇAHA, 2012).

Ao se falar especificamente do PKK, mulheres curdas estiveram presentes desde a sua fundação, desenvolvendo um forte trabalho de base (RIBEIRO, 2019). Para além do seu papel de membro fundador do partido, Sakine Cansiz ganhou reconhecimento por resistir a tortura sofrida durante 11 anos na prisão de Diyarbakir ao mesmo tempo que continuava a liderar o movimento. Durante esses anos, mais de 34 de suas companheiras morreram torturadas na mesma prisão. (MIRANDA, 2015). As práticas de torturas utilizadas nas ativistas femininas eram fortemente permeadas por misoginia, incluindo mutilações genitais e violência sexual. (RIBEIRO, 2019)

Nesse contexto, uma resistência dentro das prisões vai ser organizada com o intuito de se colocar contra a violência física e mental do Estado Turco contra elas e o resto do povo curdo (RIBEIRO, 2019). Aliado a isso, vai estar o início da ofensiva de guerrilha criada pelo PKK, em que vai ter uma forte participação feminina. Nesse sentido, o final dos anos 80 vai ser um importante momento de articulação do movimento feminino, que vai começar a buscar maior autonomia dentro das instituições curdas e aprofundar a sua visão em relação aos processos históricos e sociais que enfrentam (MIRANDA, 2015; RIBEIRO, 2019).

Durante os primeiros anos da luta armada na Turquia, as mulheres curdas não somente participavam da guerrilha, como também iam para os vilarejos recrutar outras mulheres e ensinar elas sobre a sua posição social no patriarcado. Essas práticas de ensino eram muito importantes para a luta contra o Estado e para as mulheres dos vilarejos, principalmente porque na Turquia as mulheres tinham menos acesso à educação formal (MIRANDA, 2015)

Para além da educação, a adesão das mulheres à guerrilha ocorria como forma de, em curto prazo, fugir do controle familiar e dos papéis tradicionais de gênero a que eram submetidas e, em longo prazo, libertar o povo curdo e mudar a realidade das estruturas e práticas da sociedade curda, em que crimes de honra eram comuns em que as mulheres são tratadas como inferiores (HAMELINK; WEISS; BEGIKHANI, 2018; MIRANDA, 2015; RIBEIRO, 2019). Nesse momento, então, elas vão conscientemente se juntar ao movimento para serem agentes de transformação em diversos aspectos por meio da libertação feminina (MIRANDA, 2015; RIBEIRO, 2019).

No entanto, mesmo dentro do movimento ainda há a presença de dinâmicas machistas que, apesar de serem reconhecidas pela sua participação na luta armada, ainda possuem suas reivindicações silenciadas (RIBEIRO, 2019). Além disso, a participação feminina na guerrilha nem sempre foi valorizada e voluntária. Mesmo que com o apoio de Öcalan, as mulheres tinham dificuldades de serem aceitas por seus camaradas em uma posição de igualdade (MIRANDA, 2015). Inicialmente, a decisão de incluir mulheres no partido e na guerrilha vinha de uma necessidade de crescer numericamente o movimento, como resultado muitas vezes, meninas eram doadas para o partido para poder fazer parte do movimento. Ao mesmo tempo, tinha se a ideia de que as mulheres eram mais dispensáveis que os militantes masculinos, que é salientado pelo número de mulheres que participaram de atentados suicidas em comparação aos homens (TANK, 2017).

As mulheres não eram só ativas na frente militar, mas também engajavam em atividades políticas dentro e fora do Curdistão. A Europa, após as políticas turcas expulsarem muitos militantes do país, se tornou um importante palco de articulação para o movimento feminino. Foi no continente que as primeiras organizações femininas foram formadas. A principal delas vai ser a União de Mulheres Patrióticas do Curdistão (YJWK), fundada na Alemanha com o intuito de formar uma organização feminina e lutar pela libertação da mulher (MIRANDA, 2015).

A partir da década de 90 a contestação feminina dentro do partido vai começar a gerar transformações e o movimento vai conquistar cada vez mais mulheres. Nesse sentido, nessa década vai haver um aumento ainda maior da participação feminina no partido, em que elas constituíam quase um terço dos militantes do PKK, e vai haver uma maior articulação autônoma delas dentro do movimento curdo (TANK, 2017; RIBEIRO, 2019). Devido a isso, em 1993, vai ser formada a primeira guerrilha exclusivamente feminina, as Unidades das Mulheres Livres

(YAJK e depois YJA-Star), que vai ter como prioridade evitar que os comportamentos patriarcais sejam reproduzidos dentro das unidades (MIRANDA, 2015; RIBEIRO, 2019). A YJA-Star vai ter um importante papel duplo, tanto estando na frente armada, quanto desenvolvendo uma rede internacional com o intuito de desenvolver uma perspectiva unicamente feminina (MIRANDA, 2015).

Dessa forma, em 1995, vai haver uma certa internacionalização dos debates das mulheres curdas e uma maior relação destas com mulheres de diferentes partes do mundo. Vai ser realizado, no mesmo ano, o Primeiro Congresso Oficial das Mulheres do PKK, que tem como objetivo aprofundar os debates relacionados ao gênero (RIBEIRO, 2019). Essa maior conversa com outros grupos femininos, vai permitir a inclusão de uma linguagem internacionalizada, principalmente a adição de termos de Direitos Humanos no discurso, deixando o movimento feminino curdo mais bem estruturado aos olhos da comunidade internacional. Como consequência, e por meio da parceria com a Federação Democrática Internacional de Mulheres (WIDF), as mulheres curdas vão ser representadas na Quarta Conferência Mundial da ONU sobre Mulheres em Pequim, China (MIRANDA, 2015).

Vai ser então, na virada ideológica do PKK que ocorre após a prisão de Öcalan que o movimento feminino vai se tornar central na luta curda. Durante as décadas de 80 e 90, Öcalan vai dar mais voz para as mulheres dentro do partido e vai centralizar as temáticas de gênero dentro dos seus trabalhos, principalmente pela sua análise histórica da escravidão feminina, pela criação da Jineologî e do Confederalismo democrático (JONGERDEN, 2017). Essas novas ideias propostas vão colocar como principal objetivo a luta contra o Capitalismo e o Patriarcado (RIBEIRO, 2019). Paralela a essa centralização, vai ocorrer a institucionalização da luta das mulheres por meio da criação das organizações citadas anteriormente (YJWK, YJA-Star) e de um partido feminino em 1999, Partido dos Trabalhadores das Mulheres do Curdistão (PJKK), que depois vai ser chamado de Partido das Mulheres Livres do Curdistão (PAJK) (RIBEIRO, 2019; JONGERDEN, 2017).

No entanto, isso não vai ser facilmente aceito por todo o partido. As críticas feitas pelas mulheres e sua busca por autonomia, tanto nas organizações exclusivas quanto nas mistas, vão criar um desconforto entre os militantes do partido ao evidenciar as contradições internas do movimento (RIBEIRO, 2019). Como uma forma de combater a ideia de que as organizações femininas pudessem ser autônomas, algo defendido por pelas mulheres curdas e por Öcalan, havia uma tentativa em subordinar o movimento feminino ao PKK, necessitando de permissão

para agir conforme seus interesses. Aliado a isso, parte do PKK apoiava transformar Öcalan, que já estava preso, em um líder simbólico sem poder real sobre as decisões do partido, para que as mudanças propostas não fossem completamente implementadas (JONGERDEN, 2017).

A partir desse momento, as mulheres tornaram-se grandes apoiadoras de Öcalan e conseguiram ter suas demandas atendidas, ao mesmo tempo que Öcalan manteve a sua liderança efetiva (JONGERDEN, 2017). Algumas iniciativas vão ser adotadas para igualar a participação feminina dentro das organizações, dentre elas: a paridade de gênero dentro de cargos em todos os níveis de organização política e social nas regiões de Rojava, do Bakur e da diáspora; cotas para mulheres nos partidos políticos; grupos para o planejamento de uma agenda de gênero; e organizações femininas autônomas (MIRANDA, 2015; RIBEIRO, 2019). Assim, gradativamente, as mulheres vão ser incluídas em posições centrais e vão tomar liderança do Movimento de Libertação Nacional por meio das questões de gênero (RIBEIRO, 2019).

A partir de então, as mulheres curdas na Turquia vão também se organizar, sob o KJK (antigamente KJB - Alto Conselho de Mulheres - que vai mudar de nome para Comunidade das Mulheres do Curdistão), uma instituição guarda-chuva das diferentes formas de organização política e social das mulheres curdas. Essa instituição tem participação de mulheres de todo o Curdistão e da diáspora. Vão ser coordenadas por essa instituição e atuar conjuntamente: o PAJK, a parte ideológica do movimento; a Associação das Mulheres Livres (YJA), a parte política e social do movimento; o seu braço armado YJA-Star, responsável pela autodefesa; e a Organização das Mulheres Jovens, também parte política e social do movimento (MIRANDA, 2015; RIBEIRO, 2019).

O PAJK tem a responsabilidade de desenvolver pesquisas sobre as questões de gênero e de difundir a ideologia de libertação feminina por meio da educação de mulheres em comunidades e pela criação de meios acadêmicos alternativos. Também desenvolvem a Jineologî e promovem a organização de esferas associativas entre as mulheres (MIRANDA, 2015; RIBEIRO, 2019). O YJA e a Organização de Mulheres Jovens são responsáveis por reunir as organizações sociais e políticas que buscam promover Direitos Humanos e mudanças na sociedade. Elas também buscam garantir a cooperação entre todas as organizações políticas, desde as locais até as transnacionais. A organização jovem, mais especificamente, tem como objetivo organizar as gerações mais novas para uma mobilização ativa segundo o Confederalismo Democrático e Libertação Feminina desde cedo (MIRANDA, 2015). A YJA, por sua vez, promove a cultura curda para melhorar a imagem da comunidade e trabalha

diretamente com a violação dos direitos femininos, com a violência doméstica, crimes de honra, estupro, casamento forçados, entre outros (MIRANDA, 2015; RIBEIRO, 2019). Por fim, o YJA-Star, como braço armado, tem como objetivo a autodefesa e a luta pela liberdade.(MIRANDA, 2015).

Já as mulheres curdas na Síria, tornaram-se vanguardas nos movimentos de organização preliminares a partir de 2004, uma vez que os homens eram proibidos de se mobilizar politicamente pelo regime e eram presos caso tentassem. Nesse sentido, as mulheres passaram a organizar os movimentos locais, formar congressos e educar a população sobre essas questões. Como resultado, no ano de 2005, foi fundado o *Yekîtya Star* (União Estrela, tradução livre), como um movimento feminino para a mobilização política, que a partir da Revolução em Rojava, vai se tornar uma importante instituição para a atuação feminina. Apesar disso, a organização política das mulheres curdas na Síria se manteve limitada durante os anos anteriores à guerra, quando vão surgir diversas organizações e movimentos femininos que vão alavancar a liderança delas na transformação social da região e nas forças armadas (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016).

Durante os anos 2000 até 2010 houve uma reorganização do movimento curdo em geral e uma maior estabilidade nos conflitos em que estes enfrentavam. Por isso, houve igualmente um aumento do ativismo no âmbito legal das mulheres curdas. No entanto, a partir da Primavera Árabe, e da virada do século teve-se um retorno da violência do Estado Turco contra os Curdos, assim como iniciou-se a guerra na Síria, fazendo com que o Curdistão voltasse para o seu estado de conflito. Nesse contexto, a participação das mulheres curdas por meio das suas instituições existentes e pela criação de novas, trouxe um novo protagonismo para a luta feminina, agora em um movimento ainda mais militarizado, politicamente organizado em um espaço físico e combatendo simultaneamente diferentes atores, ao mesmo tempo que precisa lutar pela garantia dos seus direitos como mulheres e curdas (HAMELINK; WEISS; BEGIKHANI, 2018). Por isso, o movimento de mulheres vai estar fortemente conectado a questões militares, já que esse surge de forma a combater as experiências de violência sofridas pelas mulheres curdas, o que marca o seu entendimento de luta por libertação feminina (RIBEIRO, 2019). Essas dinâmicas serão objeto dos capítulos que se seguem.

4 O CONFLITO NA SÍRIA E SEUS PRINCIPAIS ATORES

O pós-Guerra Fria trouxe diversas mudanças para as relações internacionais, uma delas foi em relação aos diferentes tipos de conflito que ganharam destaque no Sistema Internacional. Esses conflitos passaram a se caracterizar, principalmente, por questões étnicas e ocorriam em “Estados Falidos” (JACKSON; ROSEBERG, 1982). Ou seja, os conflitos ocorriam em Estados que “não existe mais um governo efetivo que governa o país de forma centralizada e há meros grupos armados, não as forças armadas do Estado”. (NAGAO; *[s. d.]*, p.176). Nesse sentido, percebe-se uma tendência de as Grandes Potências evitarem entrar em guerra direta entre si, tendo, então, uma propensão a se envolver nesses conflitos (LELE, 2014).

Esses conflitos, que se iniciam como internos, mas tornam-se internacionais, estão cada vez mais ameaçando a estabilidade e a existência do Estado, tendo, na maioria dos casos, dimensões étnica, religiosa, política e criminal. Esse contexto facilitou o surgimento de Atores Não-Estatais capazes de desafiar a autoridade do Estado. Isso ocorre, especialmente, após o 11 de setembro, em que há inúmeros grupos não-Estatais bem estabelecidos, capazes de quebrar o monopólio da força do Estado, por meio de armamentos fortes e aliados importantes que tornam os conflitos mais violentos e complexos ao utilizarem táticas não convencionais (LELE, 2014; TAWADROS; SOLIMAN, 2019).

A Guerra não-convencional foi definida por BUNKER (2007, p.136), como “uma forma de conflito armado diferente da guerra tradicional ou convencional travada pelo exército do Estado-Nação”. Nesse sentido, Guerra não-convencional vai ser um termo amplo para definir quaisquer tipos de conflitos militares e quasi-militares, podendo incluir guerras revolucionárias, guerrilhas, operações especiais, terrorismo, exércitos privados, forças armadas nacionais, entre outros (NAGAO; *[s. d.]*). Esse tipo de conflito, em sua maioria, conta com a participação de atores que buscam ir contra o Estado e todos aqueles que atrapalham os seus objetivos, para isso, normalmente são usados meios assimétricos de fazer guerra (BUNKER, 2007).

A busca de assimetrias acontece em todos os tipos de guerras, já que se procura ter vantagens sobre o adversário em busca da vitória ou, pelo menos, de ganhos. No entanto, mais recentemente tem se usado esse termo quando há “uma forma de guerra em que um ator não-estatal usa ferramentas e táticas não convencionais contra as vulnerabilidades de um estado para obter um efeito desproporcional, minando a vontade do estado de atingir seus objetivos estratégicos” (LELE, 2014, p.103). Assim, a Guerra Assimétrica pode ser constituída por

qualquer estratégia, tática, armas, tecnologia e forças humanas que alteram o campo de batalha de forma a atingir as capacidades ou vantagens qualitativas do adversário. Ainda, é muito comum que nesses casos, atores não-estatais dependem menos de forças militares, já que desenvolvem iniciativas políticas, econômicas e diplomáticas para apoiarem o seu movimento (LELE, 2014).

Pode-se dizer que há três tipos principais de assimetrias em conflitos: a assimetria estratégica, a assimetria tática e, por fim, a Guerra Proxy (LELE, 2014). As assimetrias estratégica e tática, dizem respeito às formas de se organizar e pensar o conflito, assim como, a maneira em que vão ser tomadas ações dentro do conflito, de modo a atingir as desvantagens do adversário e minar as suas vantagens. A Guerra Proxy, por sua vez, ocorre por meio da ligação e assistência, explícita ou velada, entre um ator não-estatal e um ator estatal estrangeiro por um período sustentado (HUGHES, 2014; LELE, 2014). Nesse sentido, um Estado vai buscar influenciar o resultado de um conflito no território de outro Estado para atingir seus objetivos estratégicos regionais ou globais, por meio do fornecimento de informação, tecnologia, recursos financeiros e treinamento a atores não-estatais presentes no território, de forma a aumentar as capacidades desse ator de enfrentar o adversário em comum (PHILLIPS; VALBJØRN, 2018).

A Guerra Proxy, dessa maneira, mostra-se bastante vantajosa para Estados que buscam um resultado em um certo conflito, mas que não querem utilizar suas capacidades militares de forma direta nele e sofrer as perdas humanas e materiais que um conflito gera. No entanto, os atores não-estatais que são apoiados podem fazer com que os interesses do Estado patrocinador sejam negativamente afetados devido a disputas internas ou a procura de objetivos próprios. Geralmente, esses Estados patrocinadores são motivados por três objetivos estratégicos principais: a coerção, para ajudar na obtenção de certos objetivos que o Estado patrocinador possua; a ruptura, em que o Estado patrocinador está em conflito direto com o outro Estado e busca enfraquecê-lo militarmente; por fim, a transformação, em que o objetiva-se uma mudança política favorável para o Estado patrocinador dentro do Estado em conflito (HUGHES, 2014).

Esses tipos de conflito resultam em uma não linearidade, que dificulta a diferenciação entre atores civis e militares, as frentes do conflito e, conseqüentemente, se o conflito é civil ou internacional (LELE, 2014). Por isso,

Ainda que algumas guerras civis permaneçam contidas dentro dos limites do Estado, os conflitos desse gênero são cada vez mais internacionais. (...). Estados, grupos e

indivíduos de fora do país se envolvem na guerra, financiando grupos específicos, vendendo armas para várias facções e dando apoio diplomático para um grupo em detrimento do outro. Assim, embora as questões sobre as quais os beligerantes sejam em geral locais, uma vez iniciadas mais rápidas as guerras civis se internacionalizam. (Mingst, p. 217, 2014).

Inserido a isso está o atual conflito da Síria, iniciado em 2011. Uma característica da região que tem sido aproveitada pelos diversos atores globais para a procura de seus interesses é o pouco respeito pelas fronteiras nacionais, em Estados que já são historicamente fragilizados, que os grupos étnicos e as ideias ou opiniões possuem. Por isso, é possível perceber tanto uma dinâmica de fora para dentro, em que as potências se aproveitam das diferentes identidades internas para interferir em conflitos, quanto uma dinâmica de dentro para fora, em que os atores não-Estatais procuram apoio de atores internacionais, nesse contexto (PHILLIPS; VALBJØRN, 2018).

Devido a essas características, o conflito da Síria desde o seu início teve um grande número de atores locais, regionais e globais, de cunho Estatal e não-Estatal, sendo um teatro de múltiplas Guerras Proxy internacionais em união com lutas domésticas. Ao longo do seu desenvolvimento pode ser percebido diferentes batalhas entre os seus atores, que foram evoluindo e se modificando conforme os acontecimentos do conflito (PHILLIPS; VALBJØRN, 2018).

Essa interferência externa unida as mudanças de alianças ao longo do conflito resultaram em uma dinâmica de espiral de conflito, em que há a “acentuada escalada da belicosidade que ocorre quando os atores antagônicos tomam medidas recíprocas para se protegerem uns dos outros, implementando medidas cada vez mais assertivas e coercitivas” (LAWSON, 2018, p. 91). Essa dinâmica tem como consequência a continuidade do conflito, que talvez não seria tão extenso e violento caso não houvesse o patrocínio de atores externos, e torna o gerenciamento e a solução do conflito cada vez mais complicado (LAWSON, 2018). Portanto, a atuação dos diferentes grupos nacionais e internacionais em diversas frentes do conflito faz com que a situação na Síria seja difusa e extensa, deslocando-se da centralidade do Estado para uma rede de atores que disputam o poder em vários níveis, como pode ser visto a seguir.

4.1 Contexto interno e início do conflito

A crise na Síria vai surgir devido a diversos fatores, incluindo a formação do Estado Sírio e de todos aqueles do Levante, como Iraque, Líbano e Jordânia, após a Primeira Guerra Mundial. Todos esses Estados vão sofrer com diferentes combinações de revolução doméstica, guerra civil e intervenção externa ao longo de sua história. Isso vai ser resultado das diferentes identidades existentes na região que competem com o Estado-nação e a sua identidade por domínio do espaço territorial e ideológico (HINNEBUSCH, 2019).

Alguns desses fatores indenitários vão ganhar maior significância na região após a Guerra do Iraque, principalmente questões ligadas ao sectarismo, ao Jihadismo e ao nacionalismo curdo. O sectarismo, que é a politização das diferentes seitas de uma religião, não era muito pronunciado dentro da Síria, mesmo com a atuação do partido Ba'ath, as diferentes seitas compartilhavam boas relações entre si. No entanto, após a Guerra do Iraque, as distinções entre as seitas vão ser exacerbadas na Síria e vão ser instrumentalizadas por grupos locais para conseguir apoio (PHILLIPS, 2016).

O jihadismo, por sua vez, vai ganhar ainda mais força no pós-guerra, em que um dos principais grupos resultantes desse conflito - a al-Qaeda - vai dar origem a outros dois grupos jihadistas proeminentes da Síria - EI e Jabhat al-Nusra. Por fim, o Curdistão Iraquiano, por meio de sua conquista de maior estabilidade política e econômica durante o conflito no Iraque, acentuou o sentimento de luta do movimento curdo nos países vizinhos. Portanto, pode se dizer, que a partir de 2011 há uma certa transição na região. Esses fatores, em união com os problemas políticos, econômicos e sociais fizeram com que a população Síria se inspirasse nos protestos da Primavera Árabe começados na Tunísia e no Egito no final de 2010 (PHILLIPS, 2016).

O governo de Bashar al-Assad vai herdar características do governo do seu antecessor e pai, Hafez al-Assad. Como visto anteriormente, Hafez fez um governo autoritário, que favoreceu grupos alauitas e oprimiu outros grupos religiosos e minorias étnicas, como os curdos, os cristãos e os sunitas. Além disso, sua administração foi marcada pela implementação do estado de emergência e pelas prisões arbitrárias de opositores do governo, assim como, pelo nepotismo, dando uma posição vantajosa à família Assad no país. Por mais que Bashar vai tentar ter uma política de renovação, ele vai também dar continuidade ao governo do seu pai e só vai fazer mudanças significativas quando os protestos já tenham começado (DAL, 2018).

Inicialmente, ao chegar ao poder em 2000, Bashar al-Assad vai ter dois desafios imediatos. Primeiro, ele vai tentar adaptar a sua economia, principalmente por meio de melhores relações com expatriados e outros países do golfo, devido a um declínio de renda que estava acontecendo no país (HINNEBUSCH, 2019). Nesse sentido, o governo sírio posicionou-se ao lado do Iraque; melhorou as relações diplomáticas com a Turquia; aproximou laços comerciais com a China, Irã e Turquia; cooperou com a Jordânia em relação aos recursos hídricos; e, de forma geral, buscou atrair investimentos em países árabes (SOTTIMANO, 2019). Segundo, houve uma tentativa por parte de Bashar em concentrar mais poder no seu posto político e diminuir suas responsabilidades com relação a manutenção da posição de velhos aliados do seu pai, algo que se mostrou difícil após as manifestações e a consequente Guerra Civil (HINNEBUSCH, 2019).

A partir desse contexto, pode-se dividir os fatores para o início dos protestos e, consequentemente, a sua continuação em três: fatores políticos, fatores étnicos históricos e fatores econômico-sociais. Os fatores políticos se apresentam por meio da repressão dos direitos humanos e políticos ocorridos por parte do governo desde seu princípio, mas que foi exacerbado na última década. Além disso, houve a continuação das políticas repressivas do governo anterior, especialmente a manutenção da Lei de Emergência, que facilitou prisões políticas, desaparecimentos, torturas e a repressão generalizada de manifestações políticas, assim como as políticas elitistas que favoreciam apenas um grupo (TAWADROS; SOLIMAN, 2019). Apesar da tentativa de uma imagem de modernização que Bashar tentou apresentar, através de novas políticas econômicas e uma política externa populista, a continuação das antigas políticas unidas com novas crises econômicas e antigas questões indenitárias aproximou a Síria dos países vizinhos em crise (PHILLIPS, 2016).

Os fatores étnicos históricos, por sua vez, estão baseados na diversidade de identidades existentes dentro do país, onde diferentes religiões, seitas e grupos étnicos coexistem (AOYAMA, 2019). Essas diferenças adicionam mais uma camada aos problemas que normalmente dividem uma população nos países árabes, sendo eles a classe, a geografia e a proximidade cultural (PHILLIPS, 2016). Em relação a religiões ou seitas religiosas, a Síria está dividida entre muçulmanos Sunitas – que constituem cerca de 60% da população-, Xiitas, Alauítas, Ismaelitas e Drusos; Cristãos Ortodoxos e Católicos; e uma pequena comunidade Judaica. Além disso, etnicamente, o país está dividido entre Árabes, Curdos e Armênios, em que os dois últimos constituem minorias (AOYAMA, 2019; CARPENTER, 2015).

A família Assad, nesse contexto, é Alauíta – uma seita do islamismo Xiita – e tem, ao longo da sua história, baseado o seu poder na lealdade desse bloco religioso e em uma certa

aliança com Cristãos, Drusos e outras minorias étnicas, dando posições privilegiadas aos mesmos. Isso pode ser exemplificado na formação do exército nacional, em que dentre 200 mil soldados de carreira, 140 mil são Alauítas (CARPENTER, 2015). Há um certo ressentimento entre alguns da maioria Sunita no país em relação à concentração de poder na minoria Alauíta, que é reciprocada por alguns Alauítas. Esse, dessa forma, não era um sentimento generalizado e não pode ser apontado como um dos principais motivos para o início dos protestos (PHILLIPS, 2016). No entanto, essas relações, que até certo grau eram pacíficas, foram deterioradas ao longo do conflito, quando ameaças eram percebidas na maneira de organização dos outros grupos, gerando uma ação reacionária entre eles (DAL, 2018).

Os fatores econômico-sociais, por fim, são vários e foram os principais disseminadores de descontentamento que impulsionaram as manifestações (DAL, 2018). Houve, nas últimas décadas, uma disseminação da pobreza entre a população, ao mesmo tempo em que certos grupos, especialmente aqueles privilegiados pelo regime, enriqueceram (TAWADROS; SOLIMAN, 2019). A economia síria depende, em grande parte, do setor agrícola do país. Esse setor sofreu fortemente na época anterior ao início do conflito, sendo atingido por secas devastadoras e fortes tempestades de areias a partir de 2006 que não puderam ser mitigadas devido a falta de infraestrutura de irrigação, a falta de apoio do governo e a remoção de subsídios rurais, principalmente em combustíveis (HINNEBUSCH, 2019; DAL, 2018). Isso causou um alto desemprego na zona rural e levou a um movimento de migração para os centros urbanos, que também lutavam contra o desemprego. Além disso, o problema na agricultura afetou a segurança alimentar, o que piorou após o início do conflito (DAL, 2018).

Outro setor importante da economia síria também foi afetado nas últimas décadas, que é o de petróleo. A invasão do Iraque interrompeu os fluxos de petróleo barato entre os países a partir de 2003, além disso, a produção de petróleo na Síria estava em declínio, tendo a capacidade de produzir poucos barris, que em sua maioria eram utilizados pela indústria interna. Nesse sentido, os dois setores econômicos mais importantes do país não eram mais capazes de gerar estabilidade para a população (DAL, 2018). Como resultado, em 2010, 30% da população síria vivia abaixo da linha da pobreza e 11% abaixo do nível de subsistência, enquanto as famílias da elite e do governo concentravam cada vez mais riqueza e poder político (PHILLIPS, 2016). Assim, devido aos problemas estruturais herdados por Bashar al-Assad, em união com as suas políticas neoliberais, o país ficou vulnerável à influência das manifestações dos países vizinhos (HINNEBUSCH, 2019).

A partir desses problemas de longo e curto prazo, a Primavera Árabe e os consequentes protestos nos países vizinhos serviram como gatilho, inspiração e guia para os protestos sírios,

que passaram a questionar a estabilidade do país (PHILLIPS, 2016; AOYAMA, 2019). Os primeiros protestos ocorreram em fevereiro de 2011, esses eram localizados principalmente na capital - Aleppo - e nos cantões Curdos (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016). Os protestos tinham, nesse sentido, razões paradoxais para acontecer, ao mesmo tempo que a população protestava por problemas locais, eles compartilhavam um sentimento nacional de inquietação. Em março, no entanto, os protestos começaram a ganhar maior força. No início do mês, um grupo de adolescentes foi preso por terem escrito frases contras Bashar al-Assad no muro de sua escola. Os pedidos da família pela soltura deles foi negado, o que causou um protesto. Esse protesto foi respondido com violência pelo Estado, matando quatro pessoas. A partir desse momento, os protestos aumentaram como resposta ao uso excessivo de força pelo regime, levando a uma escalada de acontecimentos que resultaram na Guerra Civil (PHILLIPS, 2016).

A organização política da oposição ao governo, inicialmente, ocorria em dois níveis. Localmente, comitês coordenavam e planejavam os protestos locais, enquanto certos grupos se organizavam por meio da internet, para divulgar as informações e os protestos com intuito de mobilizar mais pessoas a nível nacional e internacional (HINNEBUSCH, 2019). A tecnologia, dessa maneira, facilitou a mobilização anti-regime, especialmente devido à recente proliferação da internet e da televisão de satélite, e permitiu a observação e a comunicação com os movimentos dos países vizinhos (PHILLIPS, 2016). Como resultado, as manifestações ficaram maiores e mais bem organizadas entre 2011 e 2012, sendo aderida por estudantes de classe média e pessoas de outras classes sociais que viajam para os subúrbios para se unir aos manifestantes (HINNEBUSCH, 2019; PHILLIPS, 2016). Foi nesse momento, também, como uma consequência da contínua repressão do governo e da maior adesão dos protestos, que os primeiros refugiados começaram a atravessar a fronteira para a Turquia e outros países próximos (PHILLIPS, 2016).

O regime, para além das respostas repressivas, também buscou fazer reformas, em sua maioria superficiais, como uma tentativa de ganhar apoio de certos grupos dentro do país (PHILLIPS, 2016). Para isso, o “Programa de Reforma Abrangente” (*barnāmaj al-isłāh al-shāmil*) foi criado. O programa consistia no fim do estado de emergência implantado em 1963; na liberação de alguns presos políticos e na investigação das mortes que aconteceram após os protestos contra o aprisionamento dos adolescentes em março; na concessão de cidadania aos Curdos considerados estrangeiros (*ajanib*); na promulgação de uma nova constituição; entre outros decretos (PHILLIPS, 2016; AOYAMA, 2019; KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016). No entanto, isso foi enxergado por seus oponentes como uma forma de manipulação, já que era insincero e tarde demais, levando a maiores inquietações em relação ao regime. Apesar da

tentativa de reformas, a violência contra a oposição continuava e Assad, para legitimar as suas ações e manipular os seus apoiadores, cooptou um discurso de que os protestos eram liderados por jihadistas sunitas, ao mesmo tempo em que se colocava como um líder moderado reformista (PHILLIPS, 2016).

Os protestos, nesse sentido, consistiram na fase inicial do conflito. A partir de novembro de 2011 pode-se dizer que tem início a segunda fase do conflito: a guerra civil entre o regime e sua oposição. Nesse momento é desenvolvido o conflito armado, em que a oposição vai ser constituída pelo Exército Sírio Livre (FSA ou *Jaish al-Suri al-Hurr*) - um conglomerado de grupos armados da oposição, com o intuito de coordenar ataques e compartilhar táticas e tecnologia, mas que possuíam autonomia - e outros grupos armados não filiados a FSA (LAWSON, 2018). Alguns dos grupos armados, inicialmente, não objetivam lutar diretamente contra o regime, mas proteger os manifestantes contra a violência. (PHILLIPS, 2016). Por isso, o conflito vai ser marcado por duas principais dinâmicas: escalada de violência e contestação territorial (HINNEBUSCH, 2019).

Apesar de alguns esforços para cooperação, os grupos armados eram difusos e cada um seguia uma agenda própria com apoiadores e objetivos territoriais diferentes. Havia conflitos ideológicos e políticos entre os grupos, mas principalmente havia uma disputa por poder e hegemonia entre eles que impedia uma unificação e organização como oposição (KIENLE, 2019). Tanto o regime, quanto os grupos armados, adotaram um discurso indenitário para conseguir maior apoio. Enquanto o regime buscava defender o status-quo pré-conflito em que era apoiado por diferentes grupos, os grupos armados tinham mais facilidade em enfatizar a identidade árabe sunita, já que essa era maioria entre a oposição. Além disso, os grupos armados tinham outras possibilidades de identidades que poderiam adicionar ao seu discurso conforme os seus interesses evoluíam, como identidades étnicas, religiosas e nacionais ou transnacionais (PHILLIPS; VALBJØRN, 2018). No entanto, esses grupos não representavam, em sua maioria, a vontade e os interesses populares e eram estabelecidos à força em territórios do país, portanto, agiam de maneira a cooptar os habitantes locais em alianças assimétricas ou em forma de uma ocupação territorial violenta (KIENLE, 2019).

A militarização foi ao mesmo tempo consequência da e motivo para a participação de atores regionais e globais que passaram a apoiar os diferentes lados do conflito. Tanto o regime quanto os grupos armados foram apoiados por diversos atores externos, sejam eles estatais ou privados, ao mesmo tempo ou sucessivamente (KIENLE, 2019). Nessa segunda fase do conflito, importantes atores regionais - Qatar, Arábia Saudita, Turquia e outros países do Golfo Árabe - ativamente se posicionaram ou continuaram sua posição histórico-estratégica contra o

governo de Assad, pedindo sua renúncia, e financiaram, supriram armas e assistência médica aos grupos opositores (PHILLIPS, 2016). Enquanto os países do Golfo financiavam e patrocinavam grandes fluxos de armamentos para as milícias, a Turquia garantia um santuário para os combatentes, apoiava na organização das forças e compartilhava armamentos capazes de neutralizar os avanços militares do regime (HINNEBUSCH, 2019).

Esse apoio ocorreu, principalmente, porque esses países acreditavam que o governo estava desestabilizado e não demoraria para cair caso a oposição tivesse apoio externo e que, assim como na Líbia, os Estados Unidos interviriam caso já houvesse um grupo armado viável no território para dar suporte. No entanto, o exército conseguiu manter o seu poder, principalmente porque tinha vantagens bélicas, ao mesmo tempo que recebeu apoio de aliados. Os Estados Unidos, devido às novas políticas do governo Obama, não quiseram se envolver no momento inicial do conflito. Como resultado, essas potências regionais se colocaram em uma posição em que viam a escalada do conflito como a única solução viável para a situação, mantendo o apoio aos rebeldes e gerando uma oposição que, apesar de ganhos, não era capaz de derrotar o regime (PHILLIPS, 2016).

Nessa mesma lógica, o regime também foi apoiado por seus aliados, principalmente no âmbito militar por parte do Irã, da Rússia e do grupo Hezbollah, quando a sobrevivência desse parecia ser ameaçada pela oposição (SCHMIDINGER, 2019; KIENLE, 2019). Dessa forma, o contexto interno refletiu as dinâmicas e disputas regionais de poder entre Arábia Saudita, Irã e Turquia, levando a alianças entre atores internos e apoiadores externos, em que os primeiros ganhavam suporte material e os segundos exerciam influência em uma região de importância estratégica para as suas políticas (CARPENTER, 2015; KIENLE, 2019). Essa maneira de intervenção, em que os esforços de um grupo impulsionam uma reação da mesma intensidade do outro grupo, foi decisiva para a prolongação do conflito e impedia discussões em órgãos de governança global, já que cada lado acreditava que poderia ganhar caso conseguisse um pouco mais de apoio ou investisse no grupo certo, levando a uma escalada de violência e, consequentemente, na falência do Estado (HINNEBUSCH, 2019).

As forças internas, no entanto, não eram somente procuradas por atores externos para que esses pudessem atingir os seus objetivos, eles ativamente buscavam apoio externo para prevalecer sobre outros rivais domésticos e conseguir vantagens bélicas e financeiras dentro do tabuleiro do conflito (KIENLE, 2019). A perda do monopólio da força por parte do governo Sírio resultou no aumento generalizado da contestação territorial, o que fez com que grande parte das terras agricultáveis e das reservas de petróleo ficassem sob domínio de grupos opositores; e no enfraquecimento de fronteiras entre o leste do país e o oeste do Iraque, o que

permitiu a atuação e o crescimento de grupos radicais e jihadistas transnacionais (HINNEBUSCH, 2019).

Assim, no final de 2012, começou a terceira fase do conflito, que passou a ser marcado pela reconfiguração da oposição e na participação de milícias radicais islâmicas como principais atores do conflito contra o regime (LAWSON, 2018). Nesse contexto é possível destacar: Jabhat al-Nusra, um grupo jihadista com ligações a al-Qaeda; o Estado Islâmico (EI), inicialmente com ligações com a Jabhat al-Nusra, mas que em 2013 passou a atuar de forma autônoma; a FSA, formada por milícias salafistas, desertores do exército sírio e com conexões a Irmandade Muçulmana; e a Frente Islâmica Síria (*al-Jabha al-Islāmiyya as-Sūriyya*), derivada de milícias locais e da antiga *Ahrar ash-Sham* que foi criada em 2011 (SCHMIDINGER, 2019).

Enquanto o conflito escalava, os Curdos, após a retirada do governo do seu território, se posicionaram como um terceiro braço do conflito e inicialmente se mantiveram neutros, buscando apenas ganhos em relação à construção de uma comunidade no território em que estavam e agindo a partir da autodefesa (SCHMIDINGER, 2019). No entanto, nesta terceira fase, os curdos tomaram um papel mais ativo no conflito, principalmente na frente contra as milícias que passaram a se desenvolver e atuar nessa época. Eles vão se organizar a partir do PYD e das suas organizações militares YPG e YPJ e vão receber apoio externo principalmente dos Estados Unidos e da Rússia, como uma força local contra o Estado Islâmico (PHILLIPS; VALBJØRN, 2018).

Além disso, vai ser nesse momento que os Estados Unidos vão passar a intervir no conflito, devido a atuação das milícias islâmicas percebidas como ameaças em potencial para o país, principalmente o EI. A participação dos EUA vai deixar o conflito ainda mais complexo, adicionando mais uma camada, que vai impulsionar uma atuação de fato do Ocidente no território Sírio. Os atores regionais, nesse momento, também vão ser mais assertivos e autônomos em relação às suas campanhas, tanto o Irã e a Rússia fazendo operações próprias contra o EI e dando maior apoio ao regime, quanto aliados como a Arábia Saudita. A partir desse momento, apesar de pequenos avanços e da mudança de domínio sobre diferentes territórios em momentos diferentes, o conflito entrou em estagnação e era sustentado por forças externas, que depois de tanto investimento e sem ser diretamente afetadas pelas consequências do conflito, não estavam dispostas a mudar as suas políticas. Ambos os lados do conflito mantinham relações de apoio com atores externos para a sua sobrevivência, mas nenhuma o suficiente para decidir ou por fim no conflito (PHILLIPS, 2016).

Por isso, a Guerra na Síria vai se constituir em uma Guerra Civil transpassada por diversas guerras proxy e vai ser, nesse sentido, a interferência externa que fará com que o país

entre em um estado de falência (HINNEBUSCH, 2019). O conflito resultou em um país dividido em que diferentes atores internos que concorrem entre si buscam relações privilegiadas com atores externos e formam coalizões, muitas vezes voláteis, com outros atores internos e que, de certa forma, possuem políticas externas próprias, assim como domínio territorial. Por isso, por mais que a Síria ainda seja um Estado perante o Direito Internacional, ele falha em agir como um ator unificado tanto no âmbito internacional quanto em relação aos seus assuntos internos (KIENLE, 2019; AOYAMA, 2019). Além disso, essa vulnerabilidade resultante permitiu o crescimento e a atuação de diversos Atores Não Estatais Violentos, minando a soberania e o monopólio da força do Estado Sírio e o deixando ainda mais dividido (DAL, 2018).

4.2 Atores Estatais

O conflito da Síria tornou-se um palco para a atuação de diversas potências regionais e globais atingirem seus objetivos estratégicos. Cada uma dessas potências tem seus aliados globais, regionais e locais, assim como, motivações próprias que foram mudando conforme o desenvolvimento do conflito. Para melhor entender esse contexto, serão destacados os papéis de alguns atores Estatais. Serão eles: Síria, Estados Unidos, Turquia e Rússia. Eles não possuem uma força igualitária de influência na Síria, mas todos tem capacidade o suficiente de impactar o conflito, muitas vezes de forma independente dos demais (PHILLIPS, 2016). Também será feita uma breve explicação de outros atores regionais e internacionais - Irã, Israel, Arábia Saudita e Qatar; e União Europeia, França, Alemanha, Inglaterra e China; respectivamente - com menos impacto no conflito.

4.2.1 O regime Sírio

Um dos atores fundamentais para a Guerra Síria é o próprio regime liderado por Bashar al-Assad. Apesar das diferentes frentes do conflito e das diversas especulações de que o regime não conseguiria se manter por muito tempo, assim como outros governos da região foram depostos como consequência da Primavera Árabe, o governo sírio mantém poder sobre importantes regiões do país e continua a combater a oposição. O que ajuda a manter o regime na luta contra a oposição são os seus aliados regionais - Irã e Rússia -, mas também o exército sírio, que é bastante fiel a Bashar al Assad (ULUDAG, 2015).

Inicialmente, o regime utilizava o Mukhabarat, um conjunto de agências de inteligência que possui cerca de 60 mil agentes que utilizam de táticas de tortura e intimidação como forma de agir. Durante os protestos, o Mukhabarat era um dos principais alvos, em que a população pedia dignidade e o fim da violência (PHILLIPS, 2016). No entanto, ao longo do conflito as Forças Armadas (SAA) e, sua reserva paramilitar, as Forças de Defesa Nacional (NDF) tornaram-se instrumentos militares mais proeminentes do regime Sírio. A SAA são as forças militares da Síria criadas em 1946, compreendendo uma marinha, um exército, uma força aérea e outras forças táticas. A NDF, por sua vez, foi criada no final de 2012 como uma forma de unificar as diferentes milícias paramilitares que apoiavam o governo. Assim, a SAA em 2015 era estimada ter em cerca de 125 mil tropas e a NDF cerca de 90 mil combatentes (PHILLIPS; VALBJØRN, 2018).

Em relação ao EI, a oposição acusou o regime de ser cúmplice do crescimento do grupo jihadista, de maneira a fazer com que os Sírios e as potências externas reconhecessem que Assad era a única alternativa em relação as milícias religiosas. De certa forma, o regime criou condições que facilitaram o sucesso do EI: Assad patrocinou a al-Qaeda no Iraque pré guerra civil, que também facilitou a criação de redes de grupos jihadistas na Síria; as táticas do regime utilizadas desde os protestos incentivaram a radicalização da oposição, possibilitando o surgimento de grupos como o EI; por fim, mesmo após o grupo ter declarado a sua presença em 2013, o regime não o atacou da mesma maneira que fez com outros grupos, permitindo a sua expansão. De forma geral, pode-se dizer que a ascensão do EI servia para legitimar o discurso adotado pelo regime de que este estava enfrentando forças islamistas-jihadistas e, também, como uma maneira de dividir as outras milícias, que eram mais diretamente anti-Assad (PHILLIPS, 2016).

No entanto, as consequências dos avanços do EI na Síria durante os anos de 2014 e 2015 mostraram que a tática do regime em relação ao grupo foi falha. Em junho de 2014, o EI atacou pela primeira vez diretamente as bases e as infraestruturas do regime em grande escala. Nesse sentido, o avanço do EI se mostrou extremamente violento, resultando em perdas para o regime em relação ao seu território e recursos militares, tanto humanos quanto materiais. Por isso, o EI passou a ser percebido como uma maior ameaça à integridade do regime, fazendo com que o governo sírio e os seus aliados tomassem medidas mais diretas contra o grupo. Isso também resultou na mudança de posição dos países ocidentais, que passaram a não ter a saída de Bashar al-Assad do poder como prioridade, mas sim a derrota do EI (PHILLIPS, 2016).

Em relação aos curdos, o regime buscou amenizar as tensões desde o início dos protestos, cedendo alguns direitos que não eram garantidos aos curdos e em 2012, retirando as

suas tropas e outros tipos de autoridades nas regiões curdas no nordeste da Síria (CARPENTER, 2015; GUNTER, 2014). Essas ações fizeram com que nenhum dos atores enxergasse o outro como um inimigo direto, resultando em uma certa conciliação entre o regime e os curdos, em que esses eram considerados uma terceira via do conflito. A partir de 2012, com a saída do regime da região nordeste, os curdos, através do PYD, conseguiram domínio e autonomia sobre os seus territórios, se organizando militar, político e economicamente na região (GUNTER, 2014). Assim, as relações do regime com o PYD mostravam-se ambíguas, apesar das tensões ao longo da história, durante o conflito ambos os atores concordaram em um pacto de não agressão, permitindo aos curdos o foco na luta contra o EI e ao regime uma imagem de protetor de minorias, um discurso que Assad gostava de cooptar (AZIZ, 2015)

4.2.2 Turquia

De forma histórica, a Turquia se voltou mais para o Ocidente do que para a região do Oriente Médio. No entanto, nos anos 2000, esse posicionamento mudou devido a três fatores: o fim da guerra do Iraque, que gerou oportunidades de maior influência regional e causou maiores ameaças com o crescimento do nacionalismo curdo, do sectarismo e do jihadismo; a economia da Turquia, voltada para a exportação, estava crescendo; por fim, a eleição do Erdoğan, que possuía ambições para mudar a imagem do país na região. Nesse sentido, devido a esses fatores, as relações, em especial com o mundo árabe, foram estreitadas, incluindo a Síria, o Irã, o Líbano, o Egito e os países do Golfo (PHILLIPS, 2016).

Por isso, quando o conflito na Síria iniciou, a Turquia também teve destaque como importante ator. Inicialmente, Erdoğan procurou usar meios diplomáticos para mediar as conversas entre o regime e as milícias de oposição, buscando encorajar negociações e reformas no regime. No entanto, a crescente violência usada por Bashar al-Asad, assim como o influxo de refugiados na Turquia, fez com que o governo turco se posicionasse contra o regime e tivesse a queda de Assad como um de seus objetivos principais no conflito (HUGHES, 2014). Como resultado, em 2012, a inteligência turca (MIT) estava ativamente envolvida no apoio das milícias opositoras ao regime e na organização de ataques a cidades importantes da Síria (PHILLIPS, 2016).

A Turquia, dessa forma, permitiu o uso do seu território para a organização das milícias opositoras, transformando-o em um santuário principalmente para a FSA e oponentes políticos do regime, assim como forneceu armamentos, apoio tático e socorros médicos (CARPENTER, 2015; HUGHES, 2014). Da mesma maneira que outros patrocinadores, a exemplo do Qatar, ao

mesmo tempo que a Turquia apoiava oficialmente a FSA, ela também favorecia grupos alinhados com a Irmandade Muçulmana, mesmo que esses tinham objetivos contrários à FSA. Isso só foi exacerbado conforme o decorrer do conflito, quando o país estava aberto a apoiar qualquer milícia que se mostrasse capaz de enfrentar o regime (PHILLIPS, 2016).

Em relação ao EI, a Turquia era acusada pelo governo iraquiano e pelo PYD de colaborar com o grupo jihadista. Não há provas concretas de isso acontecer, mas similar ao regime sírio, houve uma certa colaboração passiva ou uma falta de tentativas de impedir o crescimento do EI por parte do governo turco, já que esse via vantagens na contraposição que o grupo representava em relação aos curdos. Nesse sentido, a abertura das fronteiras pelo país, permitia a passagem de apoiadores do EI para a Síria, assim como, a entrada de guerrilheiros jihadistas para a Turquia com o intuito de utilizar a infraestrutura médica para se recuperar, encontrar esconderijos e reagrupar recursos. Além disso, o governo Turco apoiava outros grupos jihadistas, como a al-Nusra, em que fornecia armas e permitia que o grupo utilizasse suas fronteiras para a organização de ataques contra territórios curdos (PHILLIPS, 2016; KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016).

De forma contrária, as fronteiras turcas são impermeáveis à população curda que está em Rojava (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016). O governo da Turquia tem uma posição negativa em relação aos curdos, devido a sua situação doméstica com o grupo. Para eles, o PYD e o YPG/YPJ são braços do PKK e constituem a sua maior ameaça na região, mais que o governo sírio e o EI. Esse posicionamento complicou as relações do país com outros aliados na região, principalmente depois que os EUA passaram a apoiar o PYD como um aliado no combate ao EI após 2014 (PHILLIPS, 2016).

Em setembro de 2014, o EI lançou um ataque contra os curdos em Kobanî, por mais que esses resistiram, o grupo jihadista conseguiu deslocar mais de 200 mil curdos em direção a fronteira curda. Para combater isso, o PYD pediu para que o governo turco permitisse a passagem de guerrilheiros do PKK pelas fronteiras ou que o governo interviesse contra os jihadistas. Inicialmente, a Turquia recusou, o que teve uma repercussão negativa entre a mídia internacional, seus aliados e a população curda doméstica, o que resultou na permissão por parte do governo que um pequeno grupo de guerrilheiros da FSA fosse a Kobanî apoiar o PYD. Esses grupos conseguiram resistir contra o EI por meados de 2015, mas a situação doméstica entre o governo turco e o PKK, que estava em um cessar-fogo, retornou a grandes quantidades de violência e o nacionalismo curdo, como resultado da vitória contra o EI, reacendeu, resultados opostos do que queria Erdoğan (PHILLIPS, 2016).

A partir de 2015, devido a três acontecimentos simultâneos, o governo Turco retomou as suas preocupações históricas em relação a um curdistão independente. O primeiro foi o apoio militar que o YPG/YPJ passou a receber dos EUA e da Rússia como resultado do sucesso desses grupos na luta contra o EI, permitindo aos curdos sucesso em ganhos territoriais em Afrin e Kobanî. O segundo foi a tentativa falha por parte do governo turco de implementar uma zona de exclusão aérea na Síria, que criou divergências com a União Europeia (UE) e os EUA. A criação dessa zona tinha o objetivo de dificultar a união dos territórios curdos na fronteira do país. O terceiro, por fim, foi o crescimento de operações terroristas do EI em solo turco, o que desencadeou na reformulação da política do país em relação ao grupo jihadista, em que medidas mais diretas de contraterrorismo foram tomadas (PIERINI, 2016). Nesse sentido, o governo turco agia de forma a impedir a participação de grupos curdos nas negociações políticas sobre a Síria, já que não era capaz de impedir o apoio militar das potências, como os EUA e a Rússia (PUSANE, 2018).

Devido a essas circunstâncias, a Turquia entrou no território sírio e lançou a Operação Escudo Eufrates em 2016. Essa operação tinha o intuito de liberar a fronteira compartilhada com a Síria da presença do EI e de impedir a união por parte do PYD e YPG/YPJ dos cantões de Kobanî e Jazeera com o de Afrin, localizado no oeste do rio Eufrates. Finalizada em março de 2017, a operação permitiu à Turquia um maior poder de barganha dentro do conflito e resultou no controle por parte do país sobre cidades estrategicamente importantes para os curdos sírios e na maior proteção das fronteiras contra o terrorismo. A operação, no entanto, não pôs fim na cooperação dos EUA com o PYD e YPG/YPJ, mas aumentou o descontentamento entre a Turquia e os EUA. Mesmo assim, a Turquia ofereceu apoio nas operações que ocorreram em Raqqa lideradas pelos EUA, em conjunto com o YPJ/YPG, contra o EI, ao mesmo tempo que o país continua combatendo militarmente os territórios e grupos curdos (ERTEM, 2018).

4.2.3 Estados Unidos (EUA)

Desde o princípio do conflito as potências ocidentais estavam debatendo sobre uma possível intervenção militar direta contra o regime de Assad. No entanto, estes perceberam que a intervenção seria mais problemática e traria menos resultados positivos do que operações passadas, como a Líbia, que já não tiveram muito sucesso (PHILLIPS, 2016). Uma das preocupações dos Estados Unidos em relação à intervenção, era em relação ao seu histórico em

conflitos na região, que em muitos casos resultaram direta ou indiretamente na criação ou fortalecimento de atores não-Estatais violentos (ANEVs), como a al-Qaeda (ERTEM, 2018).

O então presidente, Barack Obama, teve uma abordagem mais pragmática na maneira de como agir em relação à crise inicial na Síria. Ele buscou identificar e priorizar quais seriam os interesses e os benefícios da atuação do país no conflito ao mesmo tempo que continuava apoiando os seus aliados e, apesar das questões humanitárias, preferiu não se engajar diretamente no conflito (PHILLIPS, 2016; ERTEM, 2018). Assim, percebe-se que Obama tinha como prioridade: a redução da presença física estadunidense na região do Oriente Médio; a reconstrução da imagem do país para o mundo islâmico; e, por fim, o diálogo com os países com quem tinha tensões, principalmente a Rússia e o Irã (PHILLIPS, 2016).

Nesse sentido, o Obama tentou agir por meios diplomáticos inicialmente, atuando por meio do Conselho de Segurança, emitindo sanções e pedindo a desescalada de violência, o fim do uso de armas químicas pelo regime Sírio e a saída de Assad do poder (ERTEM, 2018; TAWADROS; SOLIMAN, 2019). No entanto, devido a continuidade do conflito, em 2012 a administração estadunidense, em conjunto com seus aliados ocidentais, decidiu apoiar logisticamente as milícias de oposição e, no ano seguinte, aumentar gradualmente essa assistência (ERTEM, 2018; PHILLIPS, 2016). O apoio se estendeu para a área militar em meados de 2013, devido à escalada do conflito e à utilização de armas químicas por parte do regime (PHILLIPS, 2016).

Inicialmente a assistência militar era centrada na FSA, assim como muitos países apoiando a oposição fizeram, no entanto, o grupo não se mostrou suficientemente confiável para receber o apoio estadunidense. A FSA ao longo do conflito não foi capaz de organizar-se de forma coordenada, fazendo com que muitas das unidades e indivíduos que faziam parte do grupo formassem grupos próprios autônomos com objetivos diferentes dos de potências Ocidentais ou se unissem a grupos jihadistas mais radicalizados. Por isso, havia uma dificuldade de identificar milícias moderadas capazes de derrotar o regime sem que os resultados fossem piores para os interesses estadunidenses do que a atual situação ou a do governo de Asad (SOLACE GLOBAL, 2017).

Durante o estabelecimento e a criação do EI, os EUA acreditavam que as milícias locais deveriam ter um papel contra o regime Sírio, por isso, não tomou ações mais assertivas contra o grupo. No entanto, com a rápida expansão que o EI teve ao longo de 2014, o grupo passou a representar uma maior ameaça ao ocidente e à perspectiva dos EUA, assim como as dos seus aliados (SHAMIEH; SZENES, 2015). Devido a esse desequilíbrio entre as milícias consideradas confiáveis e a quantidade de poder que os grupos jihadistas estavam ganhando,

principalmente o EI e o Jabhat al-Nusra, a partir de 2014, o governo estadunidense decidiu apoiar os curdos, vendo esses como um importante aliado no território para combater os jihadistas (PHILLIPS, 2016; SOLACE GLOBAL, 2017). Além disso, em setembro do mesmo ano, foram começados ataques aéreos, por meio de uma coalizão liderada pelos EUA, sem a presença de recursos humanos nacionais no território sírio. A coalizão, que também atua no Iraque, é denominada *Operation Inherent Resolve* (OIR) e tem como participantes na Síria: Austrália, Bahrein, Canadá, França, Jordânia, Arábia Saudita, Turquia, Emirados Árabes Unidos e Alemanha (SHAMIEH; SZENES, 2015). As operações da coalizão não eram autorizadas pelo regime Sírio e muitos dos seus aliados a consideraram uma violação à soberania nacional, principalmente a Rússia (PHILLIPS, 2016)

Nesse sentido, a nova reação dos EUA em relação ao conflito sírio vai ocorrer devido à expansão do EI e a partir do genocídio de Yazidis, minoria étnica, em 2014 no território curdo e do ataque a Kobanî, no mesmo ano (ERGUN, 2018). Essa reação vai ocorrer, principalmente, devido a como essa expansão de um grupo jihadista atinge a política interna e externa estadunidense. Em primeiro lugar, o EI surge a partir do movimento jihadista que realizou o 11 de setembro e desencadeou a Guerra ao Terror, a al Qaeda. Isso faz com que a opinião pública interna do país incline-se em direção à intervenção do grupo, o que foi ainda mais exacerbado após os ataques à população Yazidi por parte do EI (PHILLIPS, 2016; ERGUN, 2018). Nesse mesmo sentido, o EI foi capaz de inspirar uma grande participação em sua causa ao redor do mundo, tanto de participantes efetivos quanto de apoiadores ideológicos, logísticos e financeiros (ERGUN, 2018). Por fim, o EI, por ser um grupo jihadista e buscar destruir fronteiras e opôr o ocidente diretamente, mostrava-se uma ameaça mais eminente em relação aos interesses e aliados estadunidenses do que o regime de Assad (PHILLIPS, 2016)

Por ver Estados falidos com a causa do crescimento do terrorismo e devido a dificuldade em que o governo estadunidense teve em obter ganhos significativos em seu primeiro ano contra o EI e o califado, o programa “Equipar e Treinar”, em conjunto com a Turquia, foi lançado em 2015, com um orçamento de 500 milhões de dólares. Como parte do programa, foram escolhidas 300 milícias opositoras que receberam treinamento da Turquia no território do país, assim como, receberam treinamento estadunidense nos territórios da Arábia Saudita, Qatar e Jordânia (ERTEM, 2018; PHILLIPS, 2016). No entanto, essas não foram capazes de competir com as milícias já estabelecidas, que não confiavam no apoio estadunidense e não concordavam com o seu foco em derrotar primeiramente o EI, em vez do regime (PHILLIPS, 2016). Além disso, havia alegações de que veículos estadunidenses e armamentos estavam sendo entregues a grupos mais radicalizados (ERTEM, 2018).

Como consequência, em outubro do mesmo ano, a administração Obama abandonou o programa e começou a focar o seu apoio majoritariamente no PYD e no YPG/YPJ. Enquanto os EUA fornecem treinamento e equipamento, assim como apoio através de ataques aéreos, os curdos forneciam apoio logístico e recursos humanos no território, que diminuem os riscos para o governo estadunidense de uma possível resposta negativa em relação a perda de vidas no conflito (ERTEM, 2018). Nos meses seguintes, os EUA passaram a trabalhar com as forças do YPG/YPJ em conjunto com algumas unidades do FSA, que mais tarde passaram a formar as Forças Democráticas Sírias (FDS), uma organização militar guarda-chuva que contava majoritariamente com a participação curda, mas que era diversa e secular (PHILLIPS, 2016)

Com a aliança com os curdos mais abrangente, o PYD e o YPG/YPJ foram capazes de diminuir a expansão do EI e conquistar uma grande extensão de território na fronteira com a Turquia, no norte da Síria. O resultado em relação ao EI foi visto como positivo pelos EUA, mas o domínio de território por parte dos curdos no Norte, fez com que as relações com a Turquia entrassem em conflito (SOLACE GLOBAL, 2017). Apesar do descontentamento turco, ambos países continuaram a cooperar, tendo, inclusive, o governo turco cedendo direito à base aérea *İncirlik*, no sul do país, para as forças aéreas estadunidenses (PIERINI, 2016).

Mesmo que os curdos se mostrem um importante aliado para o contexto do conflito na Síria, os EUA valorizam a suas relações com a Turquia em um contexto não somente do conflito, já que esse é um importante aliado desde meados da década de 40. Em relação ao conflito, a relação com a Turquia é importante por dois motivos: primeiro, o país tem uma posição estratégica para o combate do EI e para impedir o seu acesso a ambientes externos; segundo, o uso da base aérea de *İncirlik* é essencial para as operações do país na Síria (PUSANE, 2018). Por isso, a criação das FDS permitiu aos EUA alegar que não estava diretamente apoiando forças curdas, mas sim forças militares abrangentes (SCHMIDINGER, 2019). Essa alegação perde um pouco de validade, algum tempo depois, quando a Turquia iniciou operações na fronteira contra a população curda e os EUA posicionou forças na região para apoiar as FDS e, consequentemente, o YPG/YPJ (ERGUN, 2018).

A posição estadunidense na Síria, que já não era muito assertiva, ficou ameaçada após a intervenção russa em 2015, legitimada pelo apoio do regime Sírio. Nesse sentido, os EUA focaram ainda mais na derrota do EI, que passou a ser seu objetivo principal nesse contexto. Ao manter o seu engajamento limitado, outros objetivos no conflito foram deixados de lado pelos EUA, como a restrição do alcance do Irã e da influência da Rússia, a limitação de *spillovers* e a prevenção do uso de armas de destruição em massa (ERGUN, 2018). Apesar disso, a Rússia e os EUA têm cooperado por meio de ações diplomáticas, em que são

copresidentes do Grupo Internacional de Apoio à Síria desde 2015 e estão envolvidos nas discussões de Genebra para soluções do conflito, inclusive elaborando um acordo para cessar hostilidades em 2016, que não se manteve (PIERINI, 2016). Ações mais diretas, no entanto, foram tomadas a partir do governo Trump que, em 2017, atingiu um campo de aviação sírio como retaliação a ataques químicos e realizou ataques a forças pró-regime como resposta a operações próximas das forças estadunidenses e da FDS (ERGUN, 2018).

4.2.4 Rússia

A Rússia desde o início, com exceção de quando se juntou a uma declaração condenando a violação de Direitos Humanos por parte do regime no Conselho de Segurança, mostrou seu apoio pelo governo de Assad, frequentemente defendendo-o em diversas organizações internacionais com o apoio da China. Nesse sentido, o país apoiava os esforços do regime em direção a reformas e liderava as discussões e debates em busca do diálogo e de soluções pacíficas para o conflito (PHILLIPS, 2016). Esse papel de liderança tomado representa um fenômeno novo na política externa do país na região, principalmente a partir de 2015 quando intervém diretamente no conflito, caracterizando uma ação militar diferente das que o país tem tomado nas últimas décadas ao não atuar fora da sua esfera imediata de influência (ERGUN, 2018).

O presidente Putin, por meio dos seus diferentes cargos no governo russo ao longo dos anos, estava tentando retomar a influência russa e seu status de potência. A economia do país a partir dos anos 2000 teve um grande crescimento devido aos preços de óleo e petróleo, o que permitiu a modernização do exército e levou a um maior prestígio e apoio para o governo. Como parte do objetivo de Putin e como consequência dos conflitos na região, a partir de 2010, a Rússia passou a enxergar o Oriente Médio por meio de três setores: o de segurança doméstica, o de economia regional e o geopolítico. Nesse sentido, ao mesmo tempo que a popularidade estadunidense decaía na região, o governo russo buscava criar laços de forma pragmática com diferentes países, como parte de um esforço para melhorar a imagem russa (PHILLIPS, 2016).

A Rússia, antes do conflito, estava estreitando os laços com a Síria, através de cooperações e vendas de armamentos (PHILLIPS, 2016). O apoio, então, dado ao regime com o início do conflito foi uma continuidade dessas relações, em que a Rússia coordena empreendimentos militares conjuntos, principalmente através de ataques aéreos, da presença das forças especiais russas em solo Sírio, do fornecimento de armamentos e de treinamentos

(SOLACE GLOBAL, 2017). Além disso, assim como a coalizão liderada pelos EUA, a Rússia começou ataques aéreos e apesar de ter como um dos alvos as milícias mais radicalizadas, como o EI e a Jabhat al-Nusra, seu foco era em oponentes do regime, inclusive as milícias moderadas que eram apoiadas pelas potências ocidentais (SHAMIEH; SZENES, 2015; SOLACE GLOBAL, 2017).

No entanto, essas ações se mostraram insuficientes e, em 2015, a Rússia interveio militarmente no território Sírio, com autorização do regime. Essa intervenção foi incentivada por alguns contratemplos que o regime teve ao longo de 2014, entre eles: a expansão dos grupos jihadistas e a diminuição de recursos humanos por parte do regime devido à saída de militares xiitas iraquianos. O objetivo da intervenção, dessa maneira, não era somente impedir a queda de Assad, mas elevar o status da Rússia no cenário internacional, assim como atingir objetivos políticos e econômicos (PHILLIPS, 2016).

Nesse sentido, pode-se dizer que a intervenção para a Rússia tinha quatro principais objetivos, que mudaram o cenário diplomático e militar da região e reiniciaram as vantagens militares na Síria, retomando o balanço estratégico de ambos os lados. O primeiro objetivo era o de impedir o colapso do regime e, conseqüentemente, ganhar um aliado político e militar duradouro e demonstrar para seus outros aliados a vantagem de ter o apoio russo. O segundo objetivo era o de estabelecer uma base militar direta no Oriente Médio que permitisse operações aéreas na região para combater as milícias opositoras e os jihadistas, já que o terrorismo e o recrutamento da população também estavam tornando-se um problema interno Russo. O terceiro era para argumentar contra operações não legítimas dentro do país, através de um discurso direcionado especialmente para os EUA e suas ações em discordância com as Nações Unidas. Por fim, o último objetivo era demonstrar o poderio militar Russo (PIERINI, 2016; PHILLIPS, 2016; ERGUN, 2018)

O último objetivo era também um dos principais, já que o país estava sofrendo com sanções internacionais devido a sua intervenção na Ucrânia, em conjunto com problemas econômicos resultado da baixa dos preços globais de petróleo. A Rússia, nesse sentido, poderia utilizar a intervenção para fazer propaganda das suas tecnologias militares e, conseqüentemente, vender elas para outros países, já que esse é um dos setores pilares da economia. (PHILLIPS, 2016). Além disso, a intervenção também servia para projetar ao ocidente a capacidade que a Rússia tinha de uso de força, assim como, a competência que o país poderia ter em resolver conflitos de maneira racional, demonstrando um lado diferente da visão que o ocidente tem do país e buscando se colocar como uma alternativa ao ocidente na região (PIERINI, 2016)

Depois disso, a Rússia também anunciou a formação de um centro de informações anti EI com a participação da Síria, do Iraque e do Irã. O país alegou que o centro de informações em conjunto com a sua intervenção era uma campanha legítima e legal contra o terrorismo do EI e de outros grupos jihadistas, diferente da coalizão liderada pelos EUA (PHILLIPS, 2016). Além disso, a ameaça sofrida pela Rússia por parte do EI pode ser considerada maior que pelo ocidente, já que o país é considerado um dos três maiores exportadores de jihadistas para o EI e outros grupos jihadistas. Havia, também, uma crescente radicalização em países vizinhos da Ásia central e no seu próprio território. Por outro lado, o combate ao EI era utilizado como forma de legitimar as suas ações na Síria em frente à comunidade internacional (ERGUN, 2018).

A intervenção impactou nas relações da Rússia com a Turquia, especialmente devido à falta de notificação por parte do governo russo, quando dias antes Erdoğan estava visitando Putin em Moscou. Ainda, como consequência da ação russa, milícias aliadas à Turquia perderam alguns de seus ganhos e houve o fim de qualquer chance de sucesso na proposta turca de uma zona de exclusão aérea. Além disso, o principal motivo para as tensões entre os países foi as relações russas com o PYD e o crescimento delas durante 2016. A partir desse ano, a Rússia permitiu a abertura de escritório do PYD em Moscou e apoiou ataques curdos contra milícias aliadas turcas, o que levou ao colapso das relações entre os países e da relação pessoal entre Putin e Erdoğan construído na última década (PHILLIPS, 2016; PIERINI, 2016).

Nesse sentido, Putin tentava equilibrar relações com os curdos, com o regime e com a Turquia, sem grandes sucessos no último caso (PHILLIPS, 2016). Apesar da Rússia ter advogado pelas participações do PYD em discussões políticas em fóruns internacionais, não obteve sucesso devido a reações negativas por parte do governo turco (PUSANE, 2018). Além disso, a Rússia já fez diversas propostas em relação a uma região autônoma curda no país para o regime Sírio, também não obteve sucesso devido à falta de cooperação do regime nesse assunto (PHILLIPS, 2016). Portanto, apesar do país reconhecer a importância desse ator tanto na luta contra os grupos jihadistas, quanto em sua participação nos debates como um possível ator autônomo, a Rússia é impedida de tomar uma posição mais assertiva em relação aos curdos devido às suas relações com a Turquia e a Síria (PUSANE, 2018).

Ao falar especificamente da relação com os curdos, a Rússia buscava afastar o grupo da influência estadunidense, já que esses possuem laços históricos, através das relações que o país teve com PKK e das origens de esquerda que ambos possuem (PHILLIPS, 2016; ERGUN, 2018). Esses tinham, dessa forma, uma aliança política e militar, em que a Rússia fornece assistência aérea ao FDS na luta contra o EI e abertamente reúne-se com representantes do PYD

e apoia suas iniciativas políticas (PUSANE, 2018). No entanto, o governo russo não está investido na causa curda, mas os enxerga como um importante aliado no contexto já que o grupo não interfere com os interesses russos, luta contra o EI, consegue estabilizar as áreas que controla e, por fim, consegue ser uma ferramenta para pressionar a Turquia (ERGUN, 2018). Nesse sentido, as relações com o PYD são ambíguas, por isso que, o governo turco conseguiu apoio russo quando iniciou a Operação Escudo Eufrates, mas quando esse se mostrou mais ambicioso em relação ao domínio de território sírio, o governo russo fez um acordo com o PYD para eles obterem o controle da região que a Turquia almejava (PUSANE, 2018).

4.2.5 Atores Regionais

Outros atores regionais que tiveram participação no conflito foram: Irã, Israel, Arábia Saudita e Qatar. Enquanto o Irã apoia as forças militares nacionais da Síria, o Qatar e a Arábia Saudita financiam grupos da oposição. Israel, por sua vez, tomou uma posição mais de neutralidade, por se opor ao regime, como também por temer grupos insurgentes em seu território. Nesse sentido, os atores regionais eram os principais financiadores dos grupos e seitas religiosas (PHILLIPS; VALBJØRN, 2018).

Como aliado do governo Sírio, o Irã forneceu armas e combustível, ao mesmo tempo que mandou importantes militares e conselheiros da Guarda Revolucionária (IRGC) para o regime (ULUDAG, 2015; OKTAV, 2018). Com apoio do grupo libanês Hezbollah, o Irã se posicionou como um importante reorganizador das forças militares sírias ao construir a NDF, um grupo unificado das milícias pró-Assad que surgiram no início do conflito e que centraliza a identidade nacional em vez da religiosa (PHILLIPS; VALBJØRN, 2018). Nesse sentido, a partir de 2014, a atuação do país no conflito sírio teve impactos positivos para a política internacional do Irã. Com a percepção dos países ocidentais de que os grupos jihadistas são uma maior ameaça que o próprio regime sírio, o Irã conseguiu fazer com que seu apoio à Síria fosse percebido de forma positiva por ser uma forma de combater esses grupos (OKTAV, 2018).

Em relação aos atores não estatais, o Irã não demonstrou abertamente apoio a eles, mas se beneficiou das suas movimentações. Em relação ao EI, o grupo jihadista permitiu uma reconstrução da imagem iraniana como combatente ao extremismo sunita e protetor de minorias religiosas da região (OKTAV, 2018). Já em relação aos Curdos e ao PYD, o Irã mantém apoio tático com esse e outros grupos curdos, de forma a impedir movimentações curdas contrárias

ao regime dentro do seu território e como um instrumento contra o governo Turco e milícias jihadistas beneficiadas por esse (PUSANE, 2018; OKTAV, 2018).

A Arábia Saudita, por sua vez, manteve seu posicionamento contrário ao regime Sírio e apoiou, de forma conservadora, as milícias da oposição, em especial a FSA (PHILLIPS, 2016). Um dos principais objetivos do país era que os militares ligados à FSA tomassem o poder de Assad em vez de forças islâmicas ligadas à al-Qaeda e à Irmandade Muçulmana (PHILLIPS; VALBJØRN, 2018). Nesse sentido, o papel do país era mais complexo em relação aos seus vizinhos, já que ao mesmo tempo que buscava a queda do regime, também queria impedir a proliferação de atos terroristas em seu território e de aliados (PHILLIPS, 2016).

O país também, teve que se posicionar de forma a apoiar grupos que seus oponentes locais, como o Qatar e a Turquia, apoiavam. Como consequência, o patrocínio às milícias não era coordenado, o que minou as tentativas desses grupos de ser uma oposição forte ao governo. No mesmo sentido, a Arábia Saudita muitas vezes dependia de intermediários locais, por não possuir capacidade de inteligência suficiente sobre os grupos, o que resultava, frequentemente, no desvio de armas e mantimentos para grupos que o país não tinha intenção de apoiar. Além disso, o conflito na Síria mostrou-se um palco para a rivalidade entre a Arábia Saudita e o Irã, fazendo com que as prioridades do país fossem direcionadas tanto por acontecimento dentro do conflito na Síria, quanto pelas suas disputas regionais. Por isso, o país tinha como objetivos: conter a Primavera Árabe de forma a garantir a sua segurança, opor e restringir a ação do Irã e, consequentemente, a do regime Sírio (PHILLIPS, 2016).

O Qatar, inicialmente posicionou-se como aliado do regime, mas em poucos meses mudou seu posicionamento e tornou-se um dos principais Estados antiasad da região. Além disso, o país enxergava na Primavera Árabe uma oportunidade para melhorar a sua influência regional, por isso passou a tomar posições mais assertivas contra o regime Sírio (PHILLIPS, 2016). Por isso, assim como a Arábia Saudita, passou a apoiar as milícias opositoras, principalmente a FSA, de forma a derrubar o governo e ao mesmo tempo impedir que grupos jihadistas-islâmicos chegassem ao poder (PHILLIPS; VALBJØRN, 2018). No entanto, diferente da Arábia Saudita, o Qatar teve uma abordagem mais liberal em relação ao seu apoio às milícias, o que teve um impacto negativo na unidade e eficácia desses grupos. Nesse mesmo sentido, o país apoiou também as milícias ligadas à Irmandade Muçulmana, um aliado, mesmo que essas não tivessem os mesmos objetivos que a FSA e as outras milícias que apoiava, minando ainda mais a eficácia da oposição (PHILLIPS, 2016).

Israel, por fim, posicionou-se de maneira mais neutra em relação ao conflito, tendo como objetivo principal se isolar do conflito e suas consequências. Além disso, o país não se

posicionou fortemente contrário ao regime por medo de que o poder fosse tomado por um governo sunita mais disposto a desafiar Israel ou por um grupo jihadista como o EI ou Jabhat al-Nusra. Nesse sentido, um conflito de longa duração era de interesse a Israel, justamente para evitar a chegada ao poder de grupos radicais, ao mesmo tempo que possibilita um maior controle do país sobre as regiões ocupadas das Colinas de Golã (PHILLIPS, 2016). O país também possui uma relação de dualidade com os curdos sírios, por mais que o PYD tenha laços com o PKK, inimigo do seu aliado Turquia, e com o regime sírio, Israel tem o EI como um inimigo em comum com os curdos, permitindo algumas relações de apoio (PUSANE, 2018).

4.2.6 Atores Globais

Alguns atores globais tiveram papéis menores no conflito, agindo principalmente através de medidas políticas e econômicas ou de apoio às decisões de seus aliados. Os principais foram: a China; a União Europeia (UE), tendo a França e a Alemanha agindo tanto como líderes do bloco como atores independentes; e o Reino Unido.

A China, em grande parte, atuava por meio dos mecanismos de governança global e das discussões políticas. Devido aos seus interesses estratégicos na Síria e suas relações com a Rússia, o país tomou um papel ativo nas resoluções e nos comunicados em relação ao conflito, buscando ter um certo controle sobre a narrativa e as preferências dos debates, assim como, utilizou o seu poder de veto no Conselho de Segurança em diversas discussões de maneira coerente com a Rússia (TAWADROS; SOLIMAN, 2019).

As potências europeias, assim como a UE, agiram muitas vezes de forma coordenada, mas também discordaram em relação às medidas a serem tomadas. Inicialmente, estas demandaram reformas do governo de Assad, quando isso não ocorreu, os países tomaram medidas diplomáticas para urgir o país a mudança. Com a escalada de violência, sanções econômicas foram aplicadas, principalmente em relação ao petróleo, que foram fortemente sentidas no país. No entanto, essas medidas foram insuficientes para gerar mudanças no regime ou impedir a escala de violência. Devido a isso, os países tomaram uma posição mais diretamente contrária a Assad, pedindo a sua saída do governo (PHILLIPS, 2016).

A partir do início do conflito armado que as posições desses países começaram a divergir. O Reino Unido (UK) e a França tomaram posições ambivalentes em relação às milícias anti-regime, ao mesmo tempo que esses buscavam a queda do governo, tinham certas dúvidas sobre os grupos opositores, por não terem conhecimento o suficiente e pela falta de confiança

que esses passavam. Mesmo assim, ambos países endossaram o apoio das potências locais aos grupos de oposição e fizeram lobby, enquanto o Reino Unido ainda era parte da UE, para que o bloco levantasse os embargos sobre armamentos, para que esses pudessem alcançar as milícias. Esse apoio continuou a crescer conforme a escalada de violência do conflito (HUGHES, 2014; PHILLIPS, 2016). Além disso, ambos os países têm como objetivo impedir o crescimento de grupos islâmicos radicais e mitigar a crise humanitária que causou grandes fluxos de refugiados no continente europeu (HUGHES, 2014).

A União Europeia, por sua vez, tem um posicionamento mais diluído devido às divergências políticas dos seus membros. Assim como a França e o Reino Unido, uma das principais preocupações do bloco são as questões securitárias dentro do seu território devido aos grupos não estatais que surgiram e se desenvolveram devido ao conflito, assim como, as implicações dos fluxos de refugiados para a política e a economia interna (ÖZER; KAÇAR, 2018). Apesar dos impactos que os países do bloco têm como consequência do conflito, a atuação da UE é limitada, sendo principalmente localizada nas áreas de ajuda humanitária. Além disso, ao longo dos anos, o bloco tem perdido seu papel nas discussões sobre o conflito, fazendo com que seus Estados membros ajam de maneira independente (PIERINI, 2016).

Devido às ameaças apresentadas por grupos jihadistas, principalmente o EI, e o crescimento de ataques terroristas no continente, a maioria dos países europeus mudaram o seu posicionamento em relação à necessidade da saída de Assad. Assim, os governos da França, da Alemanha e do Reino Unido, assim como de outros países como a Áustria e a Espanha, passaram a apoiar o envolvimento de Assad em um período político transitório, já que esse se mostra um importante ator contra o EI, que passou a ser visto como a principal ameaça a esses países (PIERINI, 2016; ÖZER; KAÇAR, 2018). As operações militares contra o EI e outros grupos radicalizados, como o Jabhat al-Nusra, partem principalmente da França, que complementa operações estadunidenses, e são apoiadas direta ou indiretamente pelo Reino Unido, pela Alemanha e por outros países europeus (PIERINI, 2016).

Outro ponto de divergência entre os países europeus é em relação ao PYD e ao YPG/YPJ. O grupo não é considerado terrorista pela UE e, por isso, é visto pelo bloco, da mesma maneira que a Turquia, como um importante ator que luta contra os grupos jihadistas e que ajuda a manter a estabilidade na Síria. Nesse sentido, há uma certa relutação em se envolver ou apoiar abertamente o grupo curdo, principalmente por parte da Alemanha. Em contrapartida, François Hollande, presidente francês entre os anos de 2011 e 2017, se encontrou em 2015 pessoalmente com a líder e comandante das unidades femininas curdas (YPJ) para discutir estratégias e como melhor apoiar o grupo (ÖZER; KAÇAR, 2018).

4.3 Atores não-Estatais violentos (ANEVs)

Assim como comentado em capítulos anteriores, o fim da Guerra Fria demarcou o início dos debates, tanto acadêmicos, quanto políticos sobre as novas formas de ameaças que surgiram contra o Estado. Nesse contexto, tem a emergência dos Atores não-Estatais violentos (ANEVs), que ganham destaque devido às suas estratégias militares híbridas, ao seu caráter transitório e à sua capacidade de transitar geopoliticamente entre Estados (OKTAV; DAL; KURŞUN, 2018; PUSANE, 2018). Esse tipo de ator teve uma maior influência nas RI a partir dos anos 90 devido a dois principais motivos: primeiro, com o fim da Guerra Fria, a centralidade que o Estado tinha se dissipa, abrindo espaço para a atuação de diferentes atores que antes eram mantidos sob controle nesse contexto; segundo, é o desenvolvimento da globalização, que facilitou o compartilhamento de informações, o crescimento do mercado ilícito e a formação de alianças entre diferentes atores Estatais e não-Estatais (PUSANE, 2018). Isso resultou na necessidade da construção de contra estratégias para combater a ameaça apresentada por ANEVs por parte das potências regionais e globais, já que esses são capazes de mudar a balança de poder em certas regiões (ERTEM, 2018).

Há várias classificações sobre o que são os ANEVs, mas há uma concordância generalizada sobre os seguintes tipos: milícias, forças paramilitares, companhias militares, insurgências, organizações terroristas, organizações criminosas e chefes militares. De forma geral, ANEVs são atores que não fazem parte do Estado e fazem o uso da força para atingir os seus objetivos, de forma a ameaçar o Estado, sua soberania e o seu monopólio da força. Em relação aos objetivos e agendas dos ANEVs elas podem ser divididas em duas: as transcendentais, que seguem caminhos políticos, religiosos ou morais; e as transnacionais, que têm objetivos econômicos em relação a maximização de lucro (OKTAV; DAL; KURŞUN, 2018).

Em muitos casos, os ANEVs se organizam de forma similar com a organização do Estado, devido a necessidade de a insurgência buscar a monopolização dos meios de coerção, a criação de instituições e o desenvolvimento de fontes renda para legitimar o controle territorial da mesma maneira que o Estado faz. Dessa forma, através de mecanismos e instituições similares as do Estado, como exército e administrações políticas e econômicas, em conjunto com o apoio da população local, muitas ANEVs adquirem uma certa soberania dentro do território estatal, ou até, de maneira transnacional, principalmente em contextos de Guerra Civil

e de Estados falidos (MEHMETCIK; KURŞUN, 2018; PUSANE, 2018). No caso específico da Síria, a existência de diversos ANEVs gera tensões adicionais aos existentes devido ao conflito, fazendo com que esses atores criem coalizões, em sua maioria instáveis, e entrem em conflito entre si, como será descrito a seguir (OKTAV; DAL; KURŞUN, 2018).

4.3.1 Exército Livre da Síria (FSA), Jabhat al-Nusra (JN) e outras Milícias

Devido ao grande número de opositores ao regime e a crescente violência que ocorreu na situação desde o seu princípio, diversos grupos armados formaram-se ao longo do conflito. No ano de 2013, foram identificadas pelo Centro Carter a existência de mais de mil milícias e cerca de três mil grupos menores (PHILLIPS, 2016). Conforme a escalada do conflito, esses grupos também se desenvolveram e tornaram-se mais efetivos e extremos, muitas vezes criando alianças entre si, coordenando ataques ou, principalmente, disputando o domínio de poder e território entre as diferentes milícias. A partir de 2014, essas disputas intramilícias ganharam grande destaque no conflito, devido à expansão dos grupos jihadistas que mudaram o cenário local. Nesse sentido, grandes grupos de oposição passaram a brigar entre si, sendo eles: o Exército Livre da Síria (FSA), a *Tahrir al-Sham* ou Jabhat al-Nusra (JN), o Estado Islâmico (EI) e outras milícias menores (SHAMIEH; SZENES, 2015).

O FSA foi um dos primeiros braços armados da oposição ao regime a surgir no conflito sírio. Em julho de 2011, antigos soldados do exército sírio formaram o FSA, com o intuito de derrubar o governo de Asad. O grupo, que na verdade exerce o papel de organização guarda-chuva para diferentes grupos armados menores, tinha a participação majoritariamente de muçulmanos sunitas, que são a maioria religiosa no país (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016; SCHMIDINGER, 2019). O grupo teve um rápido crescimento, conseguindo a adesão de diversos grupos que estavam no conflito, assim como, indivíduos que desertavam o exército sírio, que eram de outra nacionalidade ou que faziam parte das minorias étnicas e religiosas da Síria (PHILLIPS, 2016).

O nome do grupo, por um tempo, era considerado o sinônimo para oposição do regime e era visto como alinhado ao Ocidente. No entanto, essa realidade mudou quando o FSA mostrou-se incapaz de coordenar e organizar as milícias que eram membros do grupo, já que esse não tinha uma cadeia de comando ou uma estrutura mais formalizada (PHILLIPS, 2016; SCHMIDINGER, 2019). Por isso, apesar de tentativas de passar uma imagem de um grupo organizado com a capacidade de desafiar o regime, para conseguir um maior apoio estrangeiro

e uma maior adesão, o FSA vai perder sua influência e sua posição de principal grupo de oposição pouco tempo após a sua concepção. Essa situação pode ser exemplificada pelo ataque em Aleppo em julho de 2012 que foi iniciado por uma milícia formada no dia anterior e sem nenhuma coordenação com as outras milícias participantes do FSA (PHILLIPS, 2016).

Como resultado das falhas do FSA, em meados de 2012 apenas metade das milícias ativas no conflito eram parte do grupo, já que muitas brigadas se desligaram para formar grupos independentes, que agora também possuíam uma ideologia islâmica e uma maior disciplina em relação a sua estrutura. Além disso, muitas dessas milícias também eram incentivadas pelos atores estatais estrangeiros a adotar posições mais assertivas e ideologias religiosas, por meio de financiamentos, fornecimento de armas e recursos humanos e proximidade ideológica. Assim, em meados de 2013, alguns desses grupos já dominavam grandes partes do território sírio (PHILLIPS, 2016).

Devido a isso, os patrocinadores estrangeiros, principalmente as potências ocidentais que não tinham muita inteligência no território, passaram a ter dificuldades em identificar as diferenças ideológicas dos grupos e, conseqüentemente, em confiar que as milícias que apoiadas não fossem ser radicalizadas ou que os armamentos não seriam roubados por jihadistas. Nesse sentido, apesar de haver flexibilidades em relação à formação de grupos e as suas ideologias, é possível identificar três tipos de milícias islâmicas. A primeira eram os Moderados, que são aqueles grupos que são menos radicais que os outros dois tipos e que variam entre aqueles que buscam um maior conservadorismo social, como As Brigadas *Farouq*, e aqueles que querem um governo religioso, mas com a participação da população e de minorias, como o *Tawheed*. Em 2013, no entanto, a maioria desses grupos ou se radicalizaram ou perderam a popularidade em detrimento de grupos mais radicais (PHILLIPS, 2016).

A segunda são os Salafistas, uma ideologia considerada ultraconservadora dentro do islamismo. Todos que fazem parte desse grupo buscam o estabelecimento de um Estado religioso, mas mantêm suas ambições dentro das fronteiras Sírias, um exemplo é o *Ahrar al-Sham*, que mais tarde formou a Frente Islâmica Síria com outros grupos salafistas e antigos aliados do FSA. O terceiro, por fim, são os Jihadistas, que possuem ambições transfronteiriças da formação de um Estado islâmico e lutam contra o Ocidente e outros grupos étnicos e religiosos diferentes do seu. Os grupos no contexto da síria que são jihadistas são: o Estado Islâmico (EI) e o Jabhat al-Nusra (JN). Esses grupos obtiveram sucesso devido a raiz que o seu grupo antecessor, al-Qaeda, deixou na região, o incentivo de patrocinadores privados, a maior organização e a luta contra a corrupção dentro das organizações, assim como, a falta de

engajamento inicial do regime que permitiu a sua expansão sem grandes oposições (PHILLIPS, 2016; PHILLIPS; VALBJØRN, 2018)

O Jabhat al-Nusra, especificamente, foi estabelecido no início de 2012 por Abu Mohammed al-Jaulani, um nacional sírio com ligações com a al-Qaeda, e ganhou legitimidade devido a sua oposição ao regime de Assad e a sua defesa do uso da lei islâmica no país (SHAMIEH; SZENES, 2015). O grupo se desenvolveu a partir de grupos Salafistas que surgiram a partir da al-Qaeda e das lutas contra os EUA durante a guerra civil iraquiana. Diferente do EI, o grupo abertamente apoiava a al-Qaeda e, apenas em 2016, cortou os laços com a organização para, de certa forma, ganhar uma maior legitimidade frente a alguns patrocinadores, como o Qatar e a Turquia (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016).

Em 2013, o grupo já era considerado a milícia mais bem sucedida e militarmente efetiva do conflito. Devido a isso, foi rapidamente considerada uma organização terrorista por países ocidentais, como os EUA, o Reino Unido, a Austrália e pela ONU. O maior objetivo do JN era o de tirar o regime Assad, considerado infiel, do poder e criar um Estado que seguia a lei da Sharia e estava sob um novo Califado Sunita. Além da luta contra o regime, também tinham conflitos com os curdos na região nordeste da Síria. Para ganhar apoio da população local, juntavam as suas forças militares com serviços sociais nos territórios que ocupavam. Para isso, tinham cerca de cinco mil membros, que eram organizados da mesma maneira que exércitos tradicionais (GUNTER, 2014).

Portanto, a ação estrangeira, por mais que tentou coordenar o seu apoio, criou um incentivo para que as milícias competissem entre si pelo domínio dos patrocínios, em vez de formar uma frente unida de oposição, radicalizando cada vez mais os grupos. Isso ocorria também devido a certos patrocinadores privados que se alinhavam com ideologias mais radicais e a violência utilizada pelo regime, criando um ambiente para o desenvolvimento de grupos Jihadistas e Salafistas, que sequestraram um movimento inicialmente democrático e secular (PHILLIPS, 2016; GUNTER, 2014).

4.3.2 Estado Islâmico (EI)

O Estado Islâmico é um dos ANEVs que se destaca entre os demais no conflito da Síria devido o seu alcance e as táticas que utiliza. No seu auge, o grupo era considerado o ANEV global revolucionário mais influente e contemporâneo, tendo evoluído de um grupo insurgente para uma organização terrorista que possui vínculos clandestinos criminais. Assim, é possível classificar o grupo em três das categorias de ANEVs: organização terrorista, insurgência e

organização criminosa, em que a primeira é a mais prevalente em relação ao impacto e à ação do grupo (OKTAV; DAL; KURŞUN, 2018)

O principal objetivo do grupo é retomar o Califado existente antes do Acordo Sykes-Picot, quando não havia a separação da região (SHAMIEH; SZENES, 2015). Para isso, utilizam a religião e não a nacionalidade como o argumento unitário dessa formação territorial e política que buscam e usam a Síria e o Iraque como um ponto de partida para melhor se organizar e adquirir poder. O EI, dessa maneira, possui aspirações de ter o domínio das regiões da Síria, do Iraque, do Líbano, da Jordânia e da Palestina como o núcleo de um império islâmico, ao mesmo tempo que cultua relações nas regiões do Oriente Médio e Norte da África (MENA) e da Ásia Central e que promove ataques no restante do mundo (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016; SHAMIEH; SZENES, 2015). Assim, o EI possui uma jihad transnacional, movendo através de fronteiras e não se limitando a elas, de forma a não participar somente da estrutura nacional do conflito e a apelar para os desejos de “muitos muçulmanos devido a autenticidade cultural, a pureza religiosa e a unidade política, após um século de dominação ocidental e pilhagem do Oriente Médio” (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016, p.227).

Devido ao seu objetivo de construção de um califado, o EI tem uma relação com o território que domina diferente da maioria das organizações terroristas. Para o grupo, a função do território vai para além de um santuário das forças que combatem, mas também é a da oportunidade de se engajar em atividades administrativas e leis de controle sobre a população que se desenvolvem em direção à formação de um protoEstado. O grupo, além disso, só possui continuidade territorial em partes da Síria e do Iraque, mas o EI não se define pelas fronteiras que ocupa, por isso, diz representar o Islã como um todo e encoraja uma expansão que não reconhece fatores étnicos, religiosos e sectaristas (OKTAV; DAL; KURŞUN, 2018; BECCARO, 2018).

O EI vai surgir a partir de outros movimentos jihadistas atuantes no Iraque e na Jordânia durante o fim dos anos 90 e o início dos anos dois mil, sendo a al-Qaeda (AQAP) o mais conhecido devido ao onze de setembro. Em 2006, então, foi formado o Estado Islâmico do Iraque (ISI), que continuava a ter aliança com a AQAP, mas que possuía uma certa autonomia. Depois da intervenção estadunidense no Iraque, o ISI ficou enfraquecido, mas conseguiu sobreviver. Foi, então, com o início do conflito armado na Síria que esse ANEV teve a oportunidade de se reconstruir e expandir, resultando em 2014 no fim da aliança com a al-Qaeda e na conquista generalizada de territórios na Síria e no Iraque (ERGUN, 2018; PUSANE, 2018). Com esses acontecimentos em 2014, a Guerra Civil passou a ter maiores atores estrangeiros dispostos a intervir de alguma maneira no território da Síria devido à ameaça

representada, à capacidade de expansão e à violência do EI, principalmente os países ocidentais e a Rússia (PHILLIPS, 2016).

Com o conflito no país vizinho, o ISI mandou membros do grupo através da fronteira para infiltrar em territórios onde o governo central não era muito presente ou apoiado e formar células para coletar inteligência e recrutar participantes (ÜNVER, 2018). Em 2013, já havia apoiadores e membros, na Síria e em outras regiões do mundo, o suficiente para o ANEV trocar de nome para Estado Islâmico do Iraque e do al-Sham, para melhor encompassar a situação do grupo, que agora também estava presente na Síria (PHILLIPS, 2016). Essa difusão ocorreu devido a três fatores: estruturais, políticos e sectaristas. O primeiro é o motivador da entrada do EI em território Sírio, já que a existência de um Estado fraco, quase falido, é de interesse para a expansão de qualquer ANEV. O segundo beneficiou a expansão do EI, já que no contexto de uma crescente disputa de poder entre ANEVs levou a grupos menores a unir-se àqueles que eram mais capazes política e militarmente (DAL, 2018). O terceiro e último fator serviu para renovar a força do EI, devido à frustração da população em relação ao governo e à política internacional, que impulsionou a participação e o apoio de dissidentes do partido Ba'athista e de jovens extremistas sunitas na jihad do grupo (NEER; O'TOOLE, 2014; MEHMETCIK; KURŞUN, 2018).

Nesse sentido, o EI tem laços fortes com a população local dos territórios que domina e, devido ao controle que possui, criou um modelo econômico autossuficiente. Além da exploração de recursos naturais, como reservas de óleo e gás, minerais e produtos agrícolas, o grupo também pratica atividades criminais, como extorsão, roubo, tráfico humano, sequestro para dinheiro de resgate e o comércio de artefatos histórico-culturais para se manter economicamente de maneira a não depender das doações que recebe de indivíduos, de organizações sem fins lucrativos, de organizações criminosas e de alguns países do golfo (BECCARO, 2018; OKTAV; DAL; KURŞUN, 2018). Devido a isso, as ações financeiras de contraterrorismo utilizadas por países ocidentais não têm muito impacto na economia do EI. Isso só foi atingido em 2015, quando a coalizão internacional fisicamente atuou, através do lançamento de mísseis, para atingir alguns recursos financeiros do grupo, principalmente aqueles relacionados com a exploração de recursos naturais. Essa foi uma tendência que continuou a partir de 2016, com a intensificação de uso de mísseis por parte da coalizão e da Rússia (OKTAV; DAL; KURŞUN, 2018).

O EI, também, obteve muito sucesso em recrutar indivíduos devotos a sua causa em uma capacidade internacional, com indicações de que o grupo possui mais de 30 mil membros de 85 países diferentes, como os países da União Europeia, os EUA, o Canadá, a Austrália e a

Rússia. Além disso, os países que mais exportam membros para o EI são: Tunísia, Arábia Saudita, Rússia, Turquia e Jordânia. A maioria desses membros não possuem nenhum tipo de conexão com a Síria ou o Iraque, resultando numa rede de indivíduos que estão dispostos a atuar tanto no território do conflito, quanto no seu país de origem (OKTAV; DAL; KURŞUN, 2018; MEHMETCIK; KURŞUN, 2018). Por isso, o grupo atua de forma híbrida, onde há o uso de diferentes tipos de tecnologias, por meio das redes sociais e outros meios de comunicação e de propaganda online (BECCARO, 2018; OKTAV; DAL; KURŞUN, 2018). Para isso, o EI fundou os institutos *Al-Furqan* e *Al-Hayat*, para a produção e divulgação de mídias em diferentes línguas, incluindo a revista digital *Dabiq*, e faz uso da rede social *Twitter* (OKTAV; DAL; KURŞUN, 2018).

Outro ponto que faz parte da identidade do EI e que o destacou frente a comunidade internacional é o uso de violência extrema. Nesse sentido, o grupo raramente faz a distinção entre combatentes e civis e, por causa disso, gera um medo generalizado entre a população local e os combatentes, que muitas vezes preferem desistir do combate e fugir, do que perder e ser capturado pelo grupo. Isso ajuda a legitimar a causa, provando que através das táticas utilizadas, é possível atingir o Califado. Além disso, de forma a controlar a sua imagem e a narrativa contada, utiliza as suas mídias, citadas anteriormente, para divulgar os seus atos violentos. Exemplo disso são as decapitações de prisioneiros, que são gravadas e divulgadas. Um grupo de pessoas bastante afetadas são as mulheres, que tem sua posição marginalizada no conflito piorada por serem sequestrados e depois sofrerem de violência sexual, serem vendidas ou utilizadas como uma forma de recompensa para os combatentes (NEER; O'TOOLE, 2014).

Além da violência no território que invadem e ocupam, o EI também utiliza o terrorismo como uma forma de projetar o seu poder e criar medo em torno da sua atuação internacionalmente. Alguns países que foram atingidos por essa tática, que é “destinada a servir a uma estratégia de coerção e é projetada de maneira a desmoralizar o inimigo e extorquir o apoio da população, ao mesmo tempo que exige sua lealdade inabalável” (BECCARO, 2018, p.213), foram: Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Suécia, Reino Unido, Turquia e Rússia. Nesse sentido, além das tensões criadas nos países em que está presente, o EI causa um impacto regional e global. No âmbito regional, o seu impacto maior está na conquista dos territórios por parte do grupo e na discordância entre os países da região em relação a como melhor reagir a essa ameaça. No âmbito global, para além das ameaças de terrorismo, o maior ponto de tensão é em relação a melhor maneira para agir com a crise de refugiados resultante do conflito e da

atuação do EI, principalmente na Europa, onde muitos países passaram a adotar políticas restritivas para impedir a imigração (OKTAV; DAL; KURŞUN, 2018).

Em relação aos territórios que domina, o EI mostrou-se um ANEV capaz de estabelecer controle sobre uma grande quantidade de território, sendo que em seu ápice, o grupo controlava mais da metade do território sírio, cerca de 40% do território do Iraque e alguns territórios na Líbia, por meio de operações militares extensivas e sofisticadas (ERGUN, 2018; BECCARO, 2018). No entanto, a partir do final de 2014, a expansão do grupo diminuiu devido à derrota em Kobanî por parte dos curdos e seus aliados e a maiores cooperações internacionais contra o EI (MEHMETCIK; KURŞUN, 2018).

Durante o conflito, o EI entrou em combate com outras milícias islâmicas que discordavam da maneira em que era feita a jihad pelo grupo ou da jihad em si. Além disso, houve muitos embates e disputas por territórios entre as milícias islâmicas e o YPG/YPJ, em especial o EI. Ambas as situações contribuíram para o enfraquecimento do grupo e sua consequente perda de território. O YPG/YPJ conseguiu, no final de 2013, tirar o controle da província de Hasakah, fronteira com o Iraque, do EI e, em 2014, capturou Tal Abyad. No entanto, no mesmo ano, o EI conseguiu recuperar esses territórios e lançou um cerco em Kobanî, a localização da sede do PYD (PHILLIPS, 2016). Inicialmente, o EI foi capaz de manter o cerco e disputar com o PYD de maneira a quase conquistar a cidade, no entanto, quando a coalizão liderada pelos EUA iniciou ataques aéreos para apoiar os curdos, o EI teve que recuar o seu ataque. Esse foi um momento de virada para a expansão do grupo, que passou a enfrentar diversas frentes, incluindo o regime, os curdos, a coalizão estadunidense e a Rússia, resultando na mudança de sua estratégia de ataque para defesa (ULUDAG, 2015).

4.3.3 Curdos, Unidades de Proteção (YPG/YPJ) e Forças Democráticas Sírias (FDS)

Os outros ANEVs que tiveram destaque na guerra síria foram as Unidades de Proteção Popular dos Curdos (YPG) e as Unidades de Proteção das Mulheres (YPJ). Esses, em conjunto com o partido curdo PYD, inicialmente se posicionavam como uma terceira frente do conflito, já que buscavam atuar de forma a usar a Autodefesa legítima em relação aos outros atores do conflito. Apesar de existirem questões históricas que justificariam a união dos curdos com a oposição ao regime, o grupo não confiava nas milícias, por serem muito radicalizadas e, portanto, não entrou em conflito com o governo de Assad durante a guerra (PHILLIPS; VALBJØRN, 2018). Além disso, nenhum desses atores reconheciam as demandas e os direitos

curdos ou apoiavam o movimento do grupo (AZIZ, 2015). Dessa forma, os curdos apoiavam a resistência ao regime no âmbito político, em busca de uma reforma e mudanças democráticas, mas queriam evitar uma militarização do conflito (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016).

A partir da saída do regime das regiões curdas em 2011, a criação de organizações aos moldes do Confederalismo Democrático de Öcalan foi encorajada por diversos grupos. Nesse sentido, diferentes partidos criaram conselhos multiétnicos, cortes, forças securitárias, cooperativas econômicas e organizações femininas ao longo do ano. No entanto, havia discordâncias entre os curdos, em que alguns apoiavam as milícias de oposição ou buscavam se organizar de maneira paralela ao PYD. Mas, o PYD ao longo do conflito prevaleceu como o partido que representava os interesses curdos e, a partir de 2011, criou o Conselho Popular do Curdistão Ocidental (MGRK), para melhor organizar politicamente o movimento e, de certa forma, tentar unir as diferentes visões curdas, o que falhou (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016). Além disso, o partido também desenvolveu a partir do YXG, em 2011, a YPG, como forma de se proteger contra as ameaças do conflito que estava escalando em violência, tornando-o o único partido curdo sírio com um braço armado. Em 2013, o PYD criou a YPJ, fazendo com que todas as mulheres que eram parte das unidades mistas (YPG) automaticamente passassem a fazer parte das novas unidades exclusivamente femininas (SCHMIDINGER, 2018).

Em 2014, dessa forma, cada um dos Cantões - Afrîn, Kobanî e Cizîrê - que faziam parte das regiões curdas estabeleceram uma Administração Democrática Autônoma, em que passaram a se autogovernar por meio de um modelo de transição. Como resultado, em 2016 o Sistema Federal de Rojava ou do Norte da Síria foi declarado, unindo os três cantões curdos, assim como outras regiões com maior diversidade étnica que tinham sido liberadas do EI, em uma administração governamental única. Essa declaração foi aceita pela Rússia, que fazia esforços para incluir os curdos em negociações políticas, mas foi recusada pelos Estados Unidos, que não tinham intenção de apoiar o grupo politicamente (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016). O principal país opositor à autonomia curda, no entanto, foi a Turquia. O país via, principalmente, dois problemas com a proximidade de uma região autônoma curda perto das suas fronteiras, sendo eles: as ligações entre o PYD e o PKK, em que essa nova autonomia poderia servir de modelo para os curdos na Turquia ou até mesmo a possibilidade da criação de uma base de cooperação entre os dois partidos na Síria; e a eficiência militar do YPG/YPJ, que representava uma ameaça à segurança nacional, já que o grupo também era considerado terrorista (GUNTER, 2014; AZIZ, 2015).

Em relação ao seu status como ANEV, o YPG/YPJ também pode ser classificado em mais de uma categoria, mesmo que uma seja muito mais sobressalente que as outras. Ou seja, o grupo é uma insurgência, em termos de impacto, com características de força paramilitar e de organização terrorista. Além disso, o YPG/YPJ mostra-se um ANEV mais limitado em relação ao seu alcance geográfico, já que possui uma relação com o território mais comunitário, com base étnica, e que não possui uma visão expansionista globalizada. Por isso, o grupo busca atuar geograficamente de maneira a se defender e construir uma comunidade, se diferenciando dos demais ANEVs no conflito, que se extremizaram como meio de ação. Isso resulta em uma maior legitimação do movimento em frente à comunidade internacional e permite o YPG/YPJ atuar, por meio do PYD, em atividades administrativas e flexibilizar a comunidade a quem atende (OKTAV; DAL; KURŞUN, 2018).

Em relação ao âmbito militar, o YPG/YPJ possui uma estrutura organizada que atua no território sírio por meio de uma combinação de táticas convencionais e de guerrilha (PUSANE, 2018). Muito da organização do grupo ocorre devido a causa comum, muito difundida e desenvolvida ao longo das últimas décadas, e ao perigo iminente, que resulta na necessidade de proteger a população e o território que pertencem (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016). Esses fatores também contribuem para o financiamento do grupo que, além das vendas de petróleo das regiões que dominam, depende da arrecadação de fundos, dos laços com o PKK, de doações e de investimentos voluntários (OKTAV; DAL; KURŞUN, 2018).

O YPG/YPJ é, também, capaz de gerar impactos regionais, mesmo que não seja visto como uma ameaça securitária por todos os países da região. Em grande maioria, os países regionais atuam de forma neutra em relação ao grupo, sem apoiar diretamente o seu projeto político e sem seguir as políticas turcas de opressão e combate. No âmbito internacional, o ANEVs ganhou bastante legitimidade como importante ator do conflito, principalmente devido a sua luta contra grupos jihadistas e salafistas (OKTAV; DAL; KURŞUN, 2018). Além disso, o YPG/YPJ é bastante aberto à cooperação com diferentes atores internacionais que estão envolvidos no conflito, o que se intensificou após o apoio estadunidense durante o cerco de Kobani (ERGUN, 2018). Por esses motivos, o YPG/YPJ é visto, principalmente pelas potências ocidentais, como um ator confiável capaz de atuar no território sírio e derrotar o EI por meio de apoio internacional (OKTAV; DAL; KURŞUN, 2018). Nesse sentido, os níveis de organização política e militar e o reconhecimento internacional conquistados pelo grupo, mostram a emergência do YPG/YPJ como um importante ator para o conflito e para a região como um todo (PUSANE, 2018).

Apesar da legitimidade que foi conquistada pelo YPG/YPJ internacionalmente, o conflito gerado entre a Turquia e seus aliados ocidentais devido ao apoio dado ao grupo fez com que, em 2015, fosse formada as Forças Democráticas Síria (FDS) (OKTAV; DAL; KURŞUN, 2018). A FDS é uma organização guarda-chuva com o intuito de unir cerca de 30 grupos armados que possuem membros de diversas etnias, incluindo curdos, sírios e árabes, para liberar a Síria do domínio do EI e estabelecer um governo democrático no país (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016). A organização, no entanto, é majoritariamente composta por curdos e foi criada após a formação da aliança do YPG/YPJ com os EUA, porque esse queria enfatizar a natureza democrática dos aliados e amenizar as tensões com a Turquia (PHILLIPS; VALBJØRN, 2018).

Os territórios curdos, inicialmente, não sofreram muitas alterações. No entanto, a partir do final de 2012, o YPG passou a ter conflitos com os grupos de oposição do governo. Isso ocorreu devido aos desentendimentos entre o PYD e a FSA, em que o partido curdo era acusado de colaborar com o regime e a FSA de ser controlada pela Turquia, o que resultou na perda de alguns territórios do PYD para a FSA, que era apoiada pelo JN (PHILLIPS, 2016; SCHMIDINGER, 2018). Após isso, em 2013, o YPG/YPJ atacou e conseguiu recuperar os territórios do Jabhat al-Nusra e do FSA perto da fronteira turca, resultando também numa expansão do território curdo para o oeste em direção a Tal Abyad (GUNTER, 2014). Essa tendência continuou e, em 2013 e 2014, grupos jihadistas passaram a ter vários ganhos sobre territórios sírio, principalmente o EI e o JN, e começaram a disputar entre si o domínio de poder sobre o país, incluindo as regiões curdas, gerando uma escalada de violência entre os ANEVs (ULUDAG, 2015; LAWSON, 2018). Os embates entre os grupos islâmicos e o YPG/YPJ continuaram ao longo desses dois anos, fazendo o território flutuar sob o domínio de diferentes grupos. Os curdos eram o grupo mais ameaçado, já que não se aliavam com as milícias islâmicas e, como consequência, precisavam lutar em várias frentes (LAWSON, 2018)

Essa situação mudou em meados de 2014, quando o EI formou um cerco em torno de Kobanî. Nesse contexto, o EI capturou diversos vilarejos e assassinou diversos civis, chegando perto da cidade central. Outro ataque foi iniciado em setembro, quando o EI teve sucesso em ocupar todo o cantão e grande parte da cidade de Kobanî. Por muito tempo o YPG/YPJ resistiu, com apoio dos curdos do Iraque, mas estavam quase sendo derrotados. Além disso, a Turquia estava impedindo a saída do PKK pela fronteira do país, impedindo que esses pudessem dar apoio ao YPG/YPJ. O que mudou a balança dessa situação, foi a coordenação entre o YPG/YPJ com os EUA, que conseguiram organizar ataques aéreos em pontos estratégicos do EI, assim como, o envio de suprimentos que conseguiu aumentar a quantidade de armamentos para as

Unidades de Proteção. Como resultado, no início de 2015, o YPG/YPJ conseguiu recuperar o domínio sobre o cantão (SCHMIDINGER, 2018).

A partir desse momento, houve mais alguns conflitos com grupos armados, principalmente com a JN e a FSA, mas devido à aliança melhorada com os EUA, o YPG/YPJ foi capaz de expandir o seu território e remover, de maneira a quase unificar os cantões de Afrîn e Kobanî em 2016, e de remover os grupos jihadistas de Aleppo, importante cidade da Síria. Essa expansão do grupo em direção à fronteira não foi bem recebida pela Turquia, que lançou a Operação Escudo Eufrates. Para ganhar apoio dos EUA contra os ataques turcos, o YPG/YPJ teve que se concentrar no sul do país para derrotar Raqqa, a capital do EI e, conseqüentemente, deixar o corredor que estava criando entre os cantões vulneráveis às forças turcas e seus aliados, que conseguiram reconquistar esses territórios em 2017 (SCHMIDINGER, 2018).

Além disso, em 2018, a Turquia começou ofensivas militares contra o cantão de Afrîn e outras regiões curdas, por meio da Operação Ramo de Oliveira (*Operation Olive Branch*), em que conseguiu conquistar a cidade central. Desde essa ofensiva, a situação dos curdos no cantão tem se mostrado bastante precária, tendo rumores de abusos massivos da população civil, por meio de sequestros, conversões forçadas, execuções e violência sexual (SCHMIDINGER, 2019). Os curdos, também, argumentaram que devido a necessidade de se proteger contra os ataques turcos, eles estão sendo impedidos de vigiar os prisioneiros do EI e de outros grupos jihadistas (AZIZ, 2015). Portanto, é possível que os medos turcos não sejam concretizados e que os curdos apenas sejam beneficiados devido a um contexto de conflito, mas que não sejam capazes de manter a sua autonomia (GUNTER, 2014).

5 INSERÇÃO E AGÊNCIA DAS MULHERES CURDAS NA GUERRA DA SÍRIA

A partir do histórico apresentado no terceiro capítulo e do contexto no capítulo anterior é possível analisar como ocorre a inserção das mulheres curdas na Guerra da Síria. Isso vai ocorrer por meio da sua luta armada e organização política, ampliadas durante o contexto do conflito, que legitimam o projeto social do movimento curdo liderado pelas mulheres na região de Rojava e influenciado pelo histórico da luta de suas parceiras.

As mulheres curdas sofrem com diversos tipos de violência nas quatro partes do curdistão, devido a sistemas interseccionais de poder e autoridade gerados pelas potências coloniais, pelo sistema Estatal-capitalista e pelo patriarcado, tanto na esfera individual quanto na pública (KONGRA STAR, 2020; DIRIK, 2017). Entende-se que esses sistemas, que se

correlacionam fazem com que as mulheres curdas sejam suscetíveis a violências étnicas, socioeconômicas e de gênero, levando a uma dupla exclusão da sua história e voz, tanto por esses sistemas, quanto pelas ideologias feministas que apoiam e reforçam as ideias do Estado Nação e do Capitalismo (DIRIK, 2017).

Diante desse contexto, as mulheres que possuem um papel de liderança hoje em Rojava são resultado de uma longa história de participações e reivindicações de mulheres curdas nos seus movimentos étnicos, principalmente nas guerrilhas e outras organizações do PKK, que foram capazes de construir um espaço de atuação próprio, resistindo à situação em que se encontravam (FERREIRA; SANTIAGO, 2018). Essas mulheres, após décadas de participação na luta, passaram a se posicionar de forma mais assertiva contra os papéis simbólicos dados a elas, buscando fazer parte do processo decisório de todos os níveis dentro do Movimento Curdo (AL-ALI; TAS, 2021). Por isso, em Rojava, tendo como vantagem o vácuo de poder deixado pelo regime na região e as décadas de organização políticas ilegais na Síria, as mulheres curdas tomaram a liderança da Revolução e conseguiram colocar em prática o sistema de Confederalismo Democrático (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016; DIRIK, 2017).

Mesmo que as mulheres fossem parte das revoltas sociais consequentes da Primavera Árabe, na maioria das vezes elas não eram inclusas nas mudanças de regime ou até ficavam em uma situação menos favorável do que antes. Por isso, para evitar esse resultado, as mulheres curdas buscaram não só fazer parte da mudança social, mas também criar organizações próprias, tanto políticas quanto militares, e estar na liderança na criação de uma nova ordem. Nesse sentido, o movimento feminino curdo busca superar a maneira em que os sistemas vigentes acumulam poder através da separação feminina, empreendendo uma luta pela libertação de todas as mulheres e da utilização da Jineologî, para construir espaços femininos que reconfiguram a estética e a cultura capitalista e patriarcal (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016).

Como resultado, temos uma mudança da sociedade local em relação ao entendimento do papel da mulher, incluindo a participação de mulheres de religiões conservadoras em assembleias sobre questões femininas. Nesse mesmo sentido, os participantes do YPG/YPJ são ensinados sobre política e feminismo, para que as transformações da Revolução sejam duradouras (COMITÊ, 2016a). A Revolução, como resultado, conseguiu gerar mudanças para a vida das mulheres em Rojava, mesmo quando essas não participavam ativamente de organizações políticas ou de guerrilhas. Uma das maiores repercussões foi em relação a violência sexual, que ocorria tanto por parte de oficiais do Estado, quanto em casamentos e era tolerada pelo regime. Além disso, a violência doméstica era bastante comum, já que muitas mulheres viam o casamento como a única opção financeira e social, resultando na exclusão das

mulheres da esfera pública. Essas práticas passaram a ser criminalizadas por legislações passadas já no início da Revolução e as mulheres que eram abusadas passaram a ser acolhidas e apoiadas por instituições especializadas, como as Casas de Mulheres ou *Mala Jin* (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016).

Assim, havia uma busca por igualdade de gênero generalizada, que estava sendo institucionalizada em diversos mecanismos políticos, sociais e legais, promovendo espaços intelectuais e sociais capazes de se distanciar da dominação patriarcal (DIRIK, 2018; KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016). Um desses espaços é o Kongreya Star (fundado com o nome de *Yekîtiya Star*), um movimento que organiza as comunas, reuniões, assembleias e conselhos exclusivamente femininos e promove cursos sobre feminismo e autodefesa, com o intuito de fortalecer as mulheres ideologicamente (COMITÊ, 2016a). Além disso, esse movimento também é responsável, segundo TANK (p. 422, 2017), pela “mobilização social e política, de modo que, mesmo em um conflito, a legislação foi aprovada para criminalizar os casamentos forçados, violência doméstica, crimes de honra, poligamia, casamento infantil e a precificação de noivas”. Os conselhos autônomos femininos vão existir em paralelo aos conselhos mistos, possuindo poder de veto sobre as decisões coletivas que possam afetar negativamente as mulheres e podendo barrar a eleição de homens que tenham histórico de violência contra a mulher em cargos políticos do governo autônomo (FERREIRA; SANTIAGO, 2018; COMITÊ, 2016a).

Essas instituições femininas, por mais que partam do movimento curdo e sejam majoritariamente ocupadas por curdas, também buscam a colaboração com mulheres de diferentes etnias na região de Rojava, resultando na fundação da Associação de Mulheres Sírias em 2013, para promover a conversa entre curdas, sírias, árabes e yazidis (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016). Essa mobilização feminina no âmbito político tem ajudado a conseguir maior apoio dos homens do movimento, ao mesmo tempo que atrai um maior número de mulheres que querem participar da causa, principalmente no âmbito militar (TANK, 2017; DIRIK, 2017). Com o início da Revolução, mulheres de todo Curdistão foram para Rojava para apoiar o novo projeto, trazendo consigo experiências de organização e luta, incluindo da YJA Star. (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016) Isso ocorre porque a luta das mulheres curdas não é somente contra as ameaças imediatas, representadas pelo EI e o Estado turco, mas contra todas as formas de opressão que sofrem, unindo-as através de um ideal comum que vai muito além das suas capacidades em táticas de guerra (COMITÊ, 2016b).

Para isso, as mulheres vão atuar na sua defesa por meio da Unidades de Proteção (YPJ), criada como uma resposta à necessidade da autonomia das mulheres contra as ameaças

específicas que sofriam na região. Anterior a criação da YPJ, a participação das mulheres nas Unidades mistas (YPG) ainda era vista com desconfiança por muita da sociedade, principalmente por famílias que não queriam que as filhas se unissem à luta armada. No entanto, com o aumento da violência da guerra e maiores reivindicações femininas em conjunto com o retorno de mulheres com experiência em guerrilhas no YJA Star, foi percebido e aceito o potencial feminino para organizar a sua autodefesa pelo movimento curdo na Síria (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016). Assim, um grupo de mulheres que já eram membros das forças armadas realizaram uma conferência e criaram a YPJ em 2013 (TOPALIAN, 2017).

A partir desse momento, houve um crescimento gradativo da participação do YPJ na região de Rojava, resultando na constituição de centros do YPJ em quase todos os distritos, na frequente formação de novas unidades para absorver as novas participantes e na construção de academias de defesas femininas (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016). Essas academias têm um papel fundamental não só no treinamento militar, mas também na construção da ideia de autodefesa entre as participantes do YPJ e na reafirmação que a militarização é necessária devido ao contexto, não como algo que deva ser contínuo (DIRIK, 2018). Atualmente, estima-se que o YPJ constitui cerca de 35% das forças armadas de Rojava, tendo entre 7 e 10 mil voluntárias de várias partes do Oriente Médio, incluindo Árabes e Assírias, e da diáspora com 18 a 40 anos (COMITÊ, 2016b; THUE, 2020). Além disso, o YPJ foi um dos componentes fundadores do SDF, por onde Comandantes do grupo, que são eleitas pelas membros do batalhão, lideram algumas das operações e membros lutam nas linhas de frente contra as milícias radicais opositoras (TOPALIAN, 2017; DIRIK, 2018).

Há, ainda, conflito entre a binaridade de gênero, já que a participação das mulheres na luta armada desafia as “construções sociais de masculinidade e feminilidade, a fronteira entre as esferas pública e privada e a divisão sexual nela implicada, bem como o caráter militarizado da política”. (FERREIRA; SANTIAGO, 2018, p. 480). Além disso, há uma visão de que atores não-estatais, que precisam de ajuda e proteção contra violências étnicas e econômicas são “femininos”, enquanto os Estados fortes, “masculinizados”, possuem poder e autoridade. Ambas essas visões, geram certa hostilidade em relação a imagem da mulher guerreira, que já não está mais sob o domínio patriarcal e estatal e, portanto, ameaçam o status quo (TICKNER, 1992). A participação das mulheres na luta armada é estratégica, nesse sentido, principalmente porque ela legitima a luta por igualdade de gênero nos outros âmbitos da sociedade ao concretizar a sua capacidade de organização e liderança e criar um espaço de emancipação, principalmente em relação aos ideais patriarcais, que tornam possível a atuação feminina em posições não tradicionais (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016).

A necessidade de espaços em que as mulheres protagonizavam a sua própria defesa foi percebida pelas mulheres do PKK, que organizaram as suas próprias instituições com o intuito de criar paradigmas capazes de erradicar o patriarcado em todos os meios sociais (DIRIK, 2017). Foi nesse contexto que a autodefesa passou a ser ponto central para a luta das mulheres curdas. Levando em consideração a violência sofrida pelas mulheres curdas, a Autodefesa é vista como fundamental para a construção da liberdade, principalmente porque as mulheres estão sob o domínio em diversas esferas da vida. Além disso, a Autodefesa é tida como uma resposta às instituições que oprimem as mulheres ao mesmo tempo que alegam fazer a sua defesa, sejam elas a família, o Estado ou o capitalismo (KONGRA STAR, 2020). Por isso, a atuação feminina na guerra da Síria representa uma continuação da Autodefesa na sua forma mais latente, quando os Estados e outros atores tomam a forma militar para violentar as mulheres (GUPTA; TAYLOR, 2017).

Nesse contexto específico da guerra, as ameaças contra as mulheres são exacerbadas, podendo ser tanto tangíveis, quanto intangíveis. Em relação às ameaças tangíveis, as mulheres curdas, mais especificamente o YPJ, resistem militarmente contra as milícias islâmicas radicais, principalmente representadas pelo EI, e contra o aparato militar e econômico do Estado turco, que ataca diretamente os curdos e apoia outros atores que se posicionam contra os curdos (THUE, 2020). Ambos os atores possuem um tipo de guerra direcionada às mulheres, principalmente devido à liderança conquistada nesse contexto (OPPENHAIMER, 2019). Então, não são somente as ameaças físicas apresentadas pelo EI e pela Turquia que as mulheres lutam contra, mas também contra o que eles representam em termos de opressão feminina, militarização e projeto de sociedade. Além disso, as mulheres curdas enfrentam uma guerra contra o sistema patriarcal e todo tipo de violência de gênero estrutural, que se apresenta de formas extremas em contextos de conflitos (COMITÊ, 2016b).

O Estado Islâmico possui objetivos políticos e territoriais que resultariam no avanço de várias formas de dominação masculina, como pode ser observado nas suas práticas contra as mulheres em territórios que ocupam. Por isso, a luta das mulheres curdas, por meio do YPJ, contra esse grupo não ocorre somente como forma de se proteger fisicamente dos ataques militares em um contexto de guerra, mas também para evitar o desenvolvimento de um projeto político opressor que possa ser duradouro e atinja mulheres em toda a região. (COMITÊ, 2016b). Como resultado, as mulheres curdas têm estado nas linhas de frente e no comando das operações contra o EI e outros grupos que possuem objetivos similares, como o al - Nusra. (BENGIO, 2016).

Nos anos de 2013 e 2014, o EI passou a se expandir e, como resultado, ocupou diversas cidades da região curda na Síria. A partir dessas ofensivas, que as mulheres curdas, por meio do YPJ, passaram a combater diretamente o EI, ajudando a libertar as cidades e as mulheres que estavam sendo mantidas reféns (KONGRA STAR, 2020). Uma dessas ofensivas do EI, o cerco de Kobanî em 2014, teve importantes consequências para o movimento curdo feminino. Além de resultar no apoio e legitimação internacional das forças armadas do YPJ, o cerco de Kobanî posicionou as mulheres curdas como atores com importante capacidade militar, promovendo liderança delas nas operações contra o terrorismo e a maior adesão de mulheres da região na luta armada (BENGIO, 2016; DIRIK, 2017). Além disso, o YPJ passou a ser construído como oposição direta e a solução, física e ideológica, contra o EI (OPPENHAIMER, 2019). Isso é exemplificado pelo hasteamento da bandeira do YPJ em Kobanî, após a libertação, que simboliza não só vitória contra o EI, mas também contra as ideias patriarcais do grupo (KONGRA STAR, 2020).

Devido a competência do YPJ e a consequente reputação ganhada pelas combatentes femininas, Nisreen Abdullah e Rodja Felat, comandantes do YPJ, passaram a liderar em nome do grupo a ofensiva contra Raqqa, capital do EI, lançada em conjunto com os EUA, o FDS e o YPG em novembro de 2016. Ambas as comandantes foram escolhidas devido às suas experiências em outras operações de sucesso, como a da libertação de Tal Abyad, mas também pela disposição das mulheres combatentes em participar da luta contra o EI, de forma a se vingar de todo o tipo de violência que o grupo usou contra mulheres, assim como, para libertar mulheres Yazidi que tinham sido capturadas e eram reféns do EI (ZAIDOU, 2017; HAMID, 2017). A ofensiva, chamada “Operação Ira do Eufrates”, também contava com a participação das Unidades de Proteção Feminina de Sinjar (YJS), formada por mulheres Yazidi para combater as ameaças do EI, principalmente devido a violência sistêmica do grupo contra as mulheres dessa etnia (DIRIK, 2017).

A operação teve sucesso em outubro de 2017, quando o EI foi derrotado em Raqqa e as mulheres Yazidi libertadas. Após a vitória, as forças que participaram da Operação enfatizaram a liderança feminina por meio de bandeiras do YPJ e da divulgação de fotos de mulheres combatentes, como pode ser visto na Figura 2 (OPPENHAIMER, 2019). Nesse sentido, o YPJ dedicou a vitória da operação a todas as mulheres do mundo e declararam que vão derrotar o EI para garantir a liberdade de todas as mulheres do Oriente Médio (DIRIK, 2017; THUE, 2020).

Figura 2 - Vitória da Operação Ira de Eufrates contra o EI em Raqqa



Fonte: YPJ...,2017.

No entanto, as vitórias curdas contra os territórios do EI geraram uma insegurança no Estado turco em relação às suas fronteiras (TANK, 2017). A Turquia representa uma grande ameaça para as mulheres curdas, não só devido a sua história de opressão no país, mas também porque essa busca um projeto político fortemente estatal, nacionalista, militarizado e conservador (COMITÊ, 2016b). Além da atuação do próprio exército contra as regiões curdas, a Turquia também apoia milícias, em especial a FSA, que agem de forma semelhante e que possuem ideologias que limitam os direitos das mulheres (KONGRA STAR, 2020).

Com o envolvimento mais direto da Turquia na guerra, em 2016 com a Operação Escudo Eufrates e em 2018 com a Operação Ramo de Oliveira, as mulheres foram alvo de ações abusivas e violentas, justamente por representarem o avanço temido pelo Estado turco e por estarem na liderança do movimento curdo na Síria. As mulheres, nesse sentido, tornavam-se o primeiro alvo das operações turcas, resultando na violação e captura de muitas mulheres (KONGRA STAR, 2020). Isso é exemplificado por meio das imagens de uma guerrilha curda, chamada Ekin Wan, morta e nua que foram expostas nas redes sociais por soldados do exército turco. Também, pelos vídeos de guerrilheiras sendo executadas e jogadas de montanhas que apareceram em redes sociais. Essas imagens também foram utilizadas como uma forma de

guerra psicológica contra as mulheres, de forma a tentar desconstruir a imagem de autonomia e impor medo nessas (DIRIK, 2017).

Além disso, a ameaça mais ampla enfrentada pelas mulheres curdas é a violência de gênero e as estruturas de poder, que passam a ter maior força em tempos de conflito. Nesse sentido, pode-se dizer que “a violência sexual e a violência infligida por causa do gênero são endêmicas em todos os lugares onde o colonialismo e a guerra se espalharam” (KONGRA STAR, 2020, p.4). Além disso, os impactos da guerra continuam mesmo após o seu fim, tendo que ser entendidos de maneira não divisível, em que a somatória entre a violência de gênero em tempos de conflito e a violência de gênero em tempos de paz são a opressão sistemática (HAMELINK; WEISS; BEGIKHANI, 2018; KONGRA STAR, 2020; THUE, 2020).

Por isso, a luta das mulheres curdas, também é contra a opressão cotidiana que ocorre dentro da sua sociedade, que se materializa através da violência doméstica, da dependência econômica, da não representação feminina em meios políticos e intelectuais, entre outros (COMITÊ, 2016b). Assim, mesmo antes da guerra, a violência contra mulheres era muito presente em Rojava, principalmente porque todas as normas sociais privilegiavam a posição do homem como proprietário das suas esposas (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016). Como resultado, mulheres enxergam na guerrilha a oportunidade de emancipação imediata e na Revolução a chance da construção de uma sociedade em que não sejam subordinadas e dependentes de homens e maridos (GUPTA; TAYLOR, 2017; KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016).

Com a guerra, então, as violências de gênero foram transformadas em um instrumento contra as mulheres e as suas comunidades, principalmente as violências sexuais como o estupro. Nesse sentido, há, de forma geral, quatro explicações para a violência sexual: desigualdade de gênero, em que existem relações hierarquizadas em relação as mulheres; etnia, em que as mulheres representam a honra da comunidade e a violência torna-se algo estratégico para constranger os homens da sua etnia e a sua comunidade em geral; oportunidade e colapso social; e, por fim, militarização social (GERECKE, 2010). É perceptível que as mulheres curdas se encontram em todas essas condições que as tornam mais vulneráveis a violência sexual, o que enfatiza também a necessidade e importância da Autodefesa. Esse e outros tipos de violência demonstram a falta de respeito em relação à integridade física e pessoal das mulheres, servindo como um instrumento de humilhação e destruição ao gerar um impacto mais duradouro e simbólico na comunidade (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016; OPPENHAIMER, 2019; ŞİMŞEK; JONGERDEN, 2021).

Além disso, no contexto da guerra, as potências regionais e globais apoiam, de forma direta ou indireta, o genocídio e o feminicídio ao patrocinar diferentes atores em benefício dos seus interesses, sem conseguir ter controle sobre a ação e o impacto desses na vida da população. Por isso, o Estado-nação, o capitalismo e o imperialismo, não só perpetuam a violência de gênero, como a utilizam como arma para atingir os seus objetivos, tendo o corpo da mulher como a sua principal ocupação colonial (KONGRA STAR, 2020). A guerra, também, está fortemente alinhada com o patriarcado, em que a violência é relacionada com a ação masculina e a mulher é ou posta no papel de vítima ou é invisibilizada. Isso é exemplificado na representação das mulheres curdas na mídia ocidental, em que são compartilhadas imagens das combatentes como um avanço do feminismo secular contra os jihadistas radicais, sem apresentar realmente o projeto anticapitalista, anti-Estatal e antipatriarcal que o movimento defende. Ou seja, “enquanto seus corpos se tornaram visíveis ao olhar do leitor, suas vozes foram silenciadas e sua atuação na região tornou-se invisível” (ŞİMŞEK; JONGERDEN, 2021, p. 1029).

A participação e organização das mulheres curdas, nesse sentido, seja ela na luta política ou nas frentes militares, estão ajudando a mudar toda a sociedade de Rojava e estão servindo de inspiração para mulheres de toda região do Oriente Médio e do resto do mundo. A organização, a partir de instituições fortes, esclarece qual é a vontade das mulheres em relação a sua posição na sociedade e permite a resistência contra as formas estruturais de opressão (KNAPP; FLACH; AYBOĞA, 2016). Assim, a mobilização feminina na revolução de Rojava “é herdeira de quase quatro décadas de resistência de mulheres curdas enquanto cidadãs, ativistas políticas, combatentes, prisioneiras, dirigentes de levantes populares e manifestantes incansáveis de seus direitos” (COMITÊ, 2016b, p. 114). Ou seja, a atuação feminina nesse contexto posiciona as mulheres curdas em uma luta contra estruturas patriarcais, capitalistas e Estatais, sejam elas na forma mais direta, representadas pelas hierarquias familiares e os grupos militares que ameaçam a vida das mulheres na região, ou de forma mais ampla, representadas pelas ideologias e ações que buscam limitar a agência feminina em relação a sua defesa e organização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança nas Relações Internacionais que ocorreram devido ao fim inesperado da Guerra Fria, permitiu o surgimento de novos atores dentro do Sistema Internacional, assim como uma atualização nas temáticas da disciplina. Em relação aos novos atores, passou-se a incluir a participação de diversas entidades não-Estatais, como ONGs, OIs, movimentos sociais, exércitos privados, entre outros. A disciplina, por sua vez, ampliou os seus estudos para temas além de Estados, desfazendo-se de certos pressupostos das teorias tradicionais.

A partir disso, surgiram teorias feministas de RI, que foram desenvolvidas de modo a identificar como as desigualdades de gênero são transmitidas do âmbito privado e são transmitidas para o âmbito público e, conseqüentemente, para a construção de políticas. Nessa mesma linha, foram desenvolvidos paradigmas contemporâneos feministas, que buscam fazer análises através de uma visão interseccional, sendo eles: o feminismo negro estadunidense, o feminismo transnacional e o feminismo Decolonial.

Nesse contexto geral, estão inseridos os curdos, que a partir do final da primeira guerra mundial, passaram a ter seu território e povo divididos entre quatro países: Turquia, Síria, Irã e Iraque. Esse momento marcou a intensificação da luta desse grupo pela sua sobrevivência dentro de Estados-nação que buscavam apagar a sua cultura, em especial na Turquia. Devido a isso, os curdos se organizaram política e militarmente para lutar contra a opressão Estatal e formaram um movimento, inicialmente separatista, por meio do Partido dos Trabalhadores (PKK). Esse partido, em grande parte atuava na Turquia, onde a repressão era mais intensa, mas também mantinha laços com o movimento curdo na Síria. Isso foi extremamente importante, principalmente a partir da virada ideológica após a prisão do Öcalan, para o desenvolvimento das instituições curdas na Síria.

Foram essas instituições que formaram a resistência contra os diferentes ataques sofridos pelos curdos durante a Guerra da Síria. Essa Guerra foi marcada pela atuação de diversos atores Estatais e não-Estatais, que fizeram com que o conflito se tornasse mais longo e mais violento. Nesse sentido, o conflito foi utilizado por diversas potências locais e globais para atingir os seus objetivos por meio de Guerras Proxy, assim como, os ANEVs tiraram proveito da situação para constituir seus projetos políticos e sociais.

Os curdos estavam incluídos nesse grupo de Atores Não-Estatais Violentos, por meio das suas unidades de proteção (YPJ e YPG). O grupo atuou em diversas frentes contra o Estado Turco e grupos jihadistas, como o EI e o JN, além de sofrer com as alianças instáveis dos Estados-nação, que uma hora os apoiavam e outra, apoiavam os seus opositores. As mulheres

curdas, nesse sentido, formam um grupo que tem estado especialmente vulnerável nesse contexto e, a partir de uma luta e organização histórica, passaram a liderar a defesa do seu território e da população local.

Uma análise sobre a inserção das mulheres curdas, por meio das suas organizações, em especial o YPJ, mostra que elas enfrentam diversos tipos de ameaças, tanto no contexto da guerra, quanto no contexto da própria sociedade. Em relação à Guerra, elas enfrentam as forças Estatais do Estado Turco e os seus aliados, assim como, as milícias jihadistas, em especial o EI. Esses atores, além das suas ofensivas militares como táticas de guerra, utilizam de meios para constranger e oprimir as mulheres, seja devido a sua ideologia e a consequente implementação de políticas que removem os direitos das mulheres ou a violências de gênero e sexuais que utilizam a mulher como um instrumento para atingir seus objetivos na guerra.

Ainda, em relação à sociedade, as mulheres curdas tiveram que superar a opressão sistêmica que ocorre devido a sua etnia e ao seu gênero. Essas opressões se manifestam por meio das instituições patriarcais, capitalistas e Estatais, que têm a mulher como a principal ocupação tanto de maneira ideológica, quanto física. As instituições, sejam elas a família, o Estado ou o exército, impedem a plena participação das mulheres curdas e de todo o mundo na vida pública e, conseqüentemente, na liderança das próprias decisões.

Por isso, as organizações exclusivamente femininas criadas pelo movimento de mulheres curdas são extremamente importantes para a emancipação delas em relação a esses sistemas. Nessas organizações é possível a criação de políticas para a resolução de problemas enfrentados pelas mulheres devido a sua posição social. Além disso, através da Jineologî e da Autodefesa, essas mulheres retomam o seu poder sobre as suas decisões, proteção, história e arte, além de incentivar a criação de uma sociedade melhor para as outras mulheres e pessoas em geral. A Jineologî, nesse sentido, reforça particularmente a desconstrução de preceitos baseados no capitalismo, sexismo e Estatismo e, conseqüentemente, a promoção da narrativa e da liderança feminina. A Autodefesa, por seu turno, garante a proteção das mulheres em relação a diferentes tipos de ameaças tangíveis e intangíveis, por meio de práticas baseadas na Jineologî

O trabalho abordou a problemática da inserção das mulheres curdas na guerra da Síria, lucidando, em um primeiro momento, os atores Estatais e não-estatais envolvidos no conflito para, em seguida, dar destaque à situação das mulheres curdas dentro desse contexto. Dessa forma, buscamos não apenas contribuir com a sistematização histórica da organização dessas mulheres, assim como com a repertorização das repercussões de suas ações e ativismo. Ao mesmo tempo, buscamos contribuir para o entendimento das particularidades da

vulnerabilidade feminina em situação de guerra, bem como a particularidade das mulheres curdas especificamente face ao conflito supracitado.

Todavia, vislumbra-se a ampliação e aprofundamento deste primeiro esforço de pesquisa. Nesse sentido, sugere-se, por exemplo, uma pesquisa que investigue os paralelos entre o YPJ e outros movimentos femininos inseridos nesse contexto, na região ou em outros países, como o YJS e o YJA-Star citados anteriormente. Além disso, é possível fazer uma análise da participação das mulheres, especificamente em relação às suas motivações, em milícias jihadistas como o Estado Islâmico e de que maneira essas se assemelham ou diferem do movimento feminino curdo. Por fim, não foi abordado nessa pesquisa a situação da Revolução e como as mulheres curdas foram afetadas com a retiradas das tropas estadunidenses da Síria, que resultou na intensificação da ofensiva turca na região de Rojava e na fuga de prisioneiros do EI que estavam aprisionados nas regiões curdas. Este seria, portanto, mais um aspecto a ser explorado em uma agenda de pesquisas futuras.

Ainda que sem pretensão de ter encerrado o tópico central aqui abordado, qual seja, a atuação das mulheres curdas no conflito da Síria, esta pesquisa espera contribuir com um campo de pesquisas que alie as teorias feministas e decoloniais para análises de Política Internacional e Segurança, abordagem teórico-metodológica que acreditamos emergente para o campo das Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS

- AKKAYA, Ahmet Hamdi; JONGERDEN, Joost. **Reassembling the Political: The PKK and the project of Radical Democracy.** *European Journal of Turkish Studies*, [s. l.], 2012. DOI <https://doi.org/10.4000/ejts.4615>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ejts/4615>. Acesso em: 22 jul. 2021.
- AL-ALI, Nadje; KÄSER, Isabel. **Beyond Feminism?** Jineolojî and the Kurdish Women's Freedom Movement. *Politics & Gender*. Cambridge University Press, Cambridge . 2020. Disponível em: doi:10.1017/S1743923X20000501. Acesso em: 5 maio 2021
- AL-ALI, Nadje; TAS, Latif. **Kurdish women's struggles with gender equality: from ideology to practice.** *Third World Quarterly*, [s. l.], p. 2133-2151, 2021. DOI 10.1080/01436597.2021.1906642. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2021.1906642?tab=permissions&scroll=top>. Acesso em: 22 out. 2021.
- ALCOFF, Linda Martín. **Decolonizing Feminist Philosophy.** In: MCLAREN, Margaret. *Decolonizing Feminism: Transnational Feminism and Globalization*. Rowman & Littlefield International Ltd, Lanham. 2017
- AOYAMA, Hiroyuki. **Syria: Strong State Versus Social Cleavages.** In: MATAR, Linda; KADRI, Ali. *Syria: From National Independence to Proxy War*. 1. ed. Suíça: Palgrave Macmillan, 2019. v. 1, cap. 4, p. 71 - 92. ISBN 978-3-319-98457-5.
- AZIZ, Lara. **The Syrian Kurds in the US foreign policy: long-term strategy or tactical ploy?.** *Centre d'étude des crises et conflits internationaux*, [s. l.], 2015. Disponível em: http://cecrilouvain.be/wp-content/uploads/2020/01/Note-danalyse_LaraAziz_Version-finale.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.
- BECCARO, Andrea. **Modern Irregular Warfare: The ISIS Case Study.** *Small Wars & Insurgencies*, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 207-228, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09592318.2018.1433469>. Acesso em: 1 set. 2021.
- BENGIO, Ofra. **Game Changers: Kurdish Women in Peace and War.** *The Middle East Journal*, [s. l.], v. 70, n. 1, p. 30-46, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.3751/70.1.12>. Acesso em: 11 out. 2021.
- BUENO-HANSEN, Pascha; FALCÓN, Sylvanna M. **Indigenous/Campesina Embodied Knowledge, Human Rights Awards, and Lessons for Transnational Feminist Solidarity.** In: MCLAREN, Margaret. *Decolonizing Feminism: Transnational Feminism and Globalization*. Rowman & Littlefield International Ltd, Lanham. 2017
- ÇAHA, Ömer. **The Kurdish Women's Movement: A Third-Wave Feminism Within the Turkish Context.** *Turkish Studies*, [s. l.], p. 435-449, 2012. DOI 10.1080/14683849.2011.604211. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14683849.2011.604211>. Acesso em: 27 ago. 2021.

CARPENTER, Ted Galen. **Tangled Web: The Syrian Civil War and Its Implications.** Mediterranean Quarterly, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 1-11, 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/502429/summary>. Acesso em: 1 set. 2021.

COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA POPULAR CURDA (São Paulo). **Confederalismo Democrático: Organizando uma Sociedade sem Estado.** In: ŞORESAs Rojavayê: Revolução, uma palavra feminina. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2016a. cap. 5, p. 77 - 102. *E-book* (224p.).

COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA POPULAR CURDA (São Paulo). **Palavras de Mulheres Revolucionárias.** In: COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA POPULAR CURDA (São Paulo). Şoresa Rojavayê: Revolução, uma palavra feminina. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2016b. cap. 6, p. 103 - 128. *E-book* (224p.).

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics.** 1989. The University of Chicago Legal Forum 140:139-167. Disponível em: <https://philarchive.org/rec/CREDTI>. Acesso em: 12/11/2021

DAL, Emel Parlar. **The Contagion of the Syrian Civil War into Turkey Under the Impact of ISIS and YPG Cases: Conditioning factor and diffusion mechanisms.** In: OKTAV, Özden Zeynep; DAL, Emel Parlar; KURSUN, Ali Murat. Violent Non-state Actors and the Syrian Civil War: The ISIS and YPG Cases. 1. ed. Suíça: Springer International Publishing, 2018. v. 1, cap. 11, p. 211 - 235. ISBN 978-3-319-67527-5.

DIRIK, Dilar. Kurdish Women's Radical Self-Defense: Armed and Political. **Internationalist Commune**, [s. l.], 2015. Disponível em: <https://internationalistcommune.com/kurdish-womens-radical-self-defense-armed-and-political/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

DIRIK, Dilar. **Self-Defense Means Political Autonomy!** the Women's Movement of Kurdistan Envisioning and Pursuing New Paths for Radical Democratic Autonomy. Development (Basingstoke). 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41301-017-0136-3>. Acesso em: 22 mai 2020

DIRIK, Dilar. **The Revolution of Smiling Women: Stateless democracy and power in Rojava.** Routledge Handbook of Postcolonial Politics, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://www.routledgehandbooks.com/doi/10.4324/9781315671192-19>. Acesso em: 20 out. 2021.

DIYAR, Zilan. **What is jineoloji?** Jineoloji. 2018. Disponível em: <https://jineoloji.org/en/2018/12/14/what-is-jineoloji/>. Acesso em: 03 mar 2020

DOWALL, Mc. **History of the Kurds.** [S. l.: s. n.]. v. 1. 2015 Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>. 12 maio 2020.

EGRET, Eliza; ANDERSON, Tom. **Uma breve história das lutas Curdas.** In: COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA POPULAR CURDA (São Paulo). Şoresa Rojavayê: Revolução, uma palavra feminina. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2016. p. 49 - 68. *E-book* (224 p.).

ERGUN, Doruk. **External Actors and VNSAs: An Analysis of the United States, Russia, ISIS, and PYD/YPG.** *In:* OKTAV, Özden Zeynep; DAL, Emel Parlar; KURSUN, Ali Murat. *Violent Non-state Actors and the Syrian Civil War: The ISIS and YPG Cases.* 1. ed. Suíça: Springer International Publishing, 2018. v. 1, cap. 8, p. 129 - 148. ISBN 978-3-319-67527-5.

ERTEM, Helin Sari. **Surrogate Warfare in Syria and the Pitfalls of Diverging US Attitudes Toward ISIS and PYD/YPG.** *In:* OKTAV, Özden Zeynep; DAL, Emel Parlar; KURSUN, Ali Murat. *Violent Non-state Actors and the Syrian Civil War: The ISIS and YPG Cases.* 1. ed. Suíça: Springer International Publishing, 2018. v. 1, cap. 7, p. 129 - 148. ISBN 978-3-319-67527-5.

FERREIRA, Bruna; SANTIAGO, Vinícius. **The Core of Resistance: Recognising Intersectional Struggle in the Kurdish Women's Movement.** *Contexto Internacional*, [S. l.], v. 40, n. 3, p. 479–500, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-8529.2018400300004>. 25 mar. 2020

FULTNER, Barbara. **The Dynamics of Transnational Feminist Dialogue.** *In:* MCLAREN, Margaret. *Decolonizing Feminism: Transnational Feminism and Globalization.* Rowman & Littlefield International Ltd, Lanham. 2017

GERECKE, Megan. **Explaining sexual violence in conflict situations.** *In:* SJOBERG, LAURA; VIA, SANDRA (ed.). *Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives.* 1. ed. California: ABC-CLIO, 2010. ISBN 978-0-313-39143-9.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUNTER, Michael M. **Out of nowhere: The kurds of Syria in peace and war.** 1. ed. Londres: C. Hurst & Co. Ltd, 2014. 184 p. v. 1. ISBN 978-1-84904-435-6.

GUPTA, Rahila; TAYLOR, Kimmie. **Women on the front at Raqqa: an interview with Kimmie Taylor.** *In:* **Open Democracy.** [S. l.], 14 fev. 2017. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/5050/women-on-front-at-raqqa/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

HAMELINK, Wendelmoet; WEISS, Nerina; BEGIKHANI, Nazand. **Theorising women and war in Kurdistan: A feminist and critical perspective.** *Kurdish Studies*, [s. l.], 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325813325_Theorising_women_and_war_in_Kurdistan_A_feminist_and_critical_perspective. Acesso em: 21 ago. 2021.

HAMID, Massoud. **Meet the Kurdish woman leading battle against IS in northern Syria.** *In:* Al-monitor. [S. l.], 1 jun. 2017. Disponível em: <https://www.al-monitor.com/originals/2017/06/syria-north-raqqa-female-kurdish-fighter-islamic-state.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

HINNEBUSCH, Raymond. **What went wrong: Understanding the Trajectory of Syria's Conflict.** *In:* MATAR, Linda; KADRI, Ali. *Syria: From National Independence to Proxy War.* 1. ed. Suíça: Palgrave Macmillan, 2019. v. 1, cap. 2, p. 29 - 52. ISBN 978-3-319-98457-5.

HUGHES, Geraint Alun. **Syria and the perils of proxy warfare**. *Small Wars & Insurgencies*, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 522 - 538, 2014. DOI <https://doi.org/10.1080/09592318.2014.913542>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09592318.2014.913542>. Acesso em: 1 set. 2021.

HURRELL, Andrew. **Rising powers and the emerging global order**. In: OWENS, Patricia; BAYLIS, John; SMITH, Steve. *The Globalization Of World Politics: an introduction to international relations*. Oxford University Press, Oxford. 7ed. 2017

JACKSON, R.; ROSEBERG, C. **Why Africa's Weak States Persist: The Empirical and the Juridical in Statehood**. *World Politics*, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 1-24, 1982. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/abs/why-africas-weak-states-persist-the-empirical-and-the-juridical-in-statehood/8CABE92B762A7B6871E1FA7F400EE20F>. Acesso em: 1 set. 2021.

JONGERDEN, Joost. **Gender equality and radical democracy: Contractions and conflicts in relation to the “new paradigm” within the Kurdistan Workers’ Party (PKK)**. *Anatoli*, [s. l.], 2017. DOI <https://doi.org/10.4000/anatoli.618>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/anatoli/618>. Acesso em: 22 jul. 2021.

JOSSELIN, D; WALLACE, W. **Non-state Actors in World Politics: a Framework**. In: JOSSELIN, D; WALLACE, W. *Non-state Actors in World Politics*. Palgrave Macmillan, Londres. 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9781403900906_1. Acesso em: 25 maio 2021

KADRI, Ali; MATAR, Linda. **Introduction: Syria in the Imperialist Cyclone**. In: MATAR, Linda; KADRI, Ali. *Syria: From National Independence to Proxy War*. 1. ed. Suíça: Palgrave Macmillan, 2019. v. 1, cap. 1, p. 1 - 26. ISBN 978-3-319-98457-5.

KELLER, Evelyn Fox. **Reflections on Gender and Science**. Yale University Press, New Haven. 1996

KIENLE, Eberhard. **The New Struggle for Syria and the Nature of the Syrian State**. In: MATAR, Linda; KADRI, Ali. *Syria: From National Independence to Proxy War*. 1. ed. Suíça: Palgrave Macmillan, 2019. v. 1, cap. 3, p. 53 - 70. ISBN 978-3-319-98457-5.

KNAPP, Michael; FLACH, Anja; AYBOĞA, Ercan. **Revolution in Rojava: Democratic Autonomy and Women’s Liberation in Syrian Kurdistan**. 1. ed. Londres: Pluto Press, 2016. 321 p. v. 1. ISBN 978 0 7453 3659 6.

KONGRA STAR. **L’autodéfense comme réponse aux violences sexistes**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://womendefendrojawa.net/fr/2020/03/25/lautodefense-comme-reponse-aux-violences-sexistes/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

KRAHMANN, E. **From State to Non-State Actors: The Emergence of Security Governance**. In: KRAHMANN, E. (eds) *New Threats and New Actors in International Security*. Palgrave Macmillan, Nova Iorque. 2005. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1057/9781403981660_1. Acesso em : 25 maio 2021

LAMONT, Christopher K. **Research methods in international relations**. 1. ed. Los Angeles: Sage. 2015. Acesso em: 13 jun. 2020

LAWSON, Fred H. **The Assistance Front Versus the Popular Protection Units Versus the Islamic State: Reciprocal Mobilization and the Ascendance of Violent Non-state Actors in the Syrian Civil War**. In: OKTAV, Özden Zeynep; DAL, Emel Parlar; KURSUN, Ali Murat. *Violent Non-state Actors and the Syrian Civil War: The ISIS and YPG Cases*. 1. ed. Suíça: Springer International Publishing, 2018. v. 1, cap. 5, p. 91 - 108. ISBN 978-3-319-67527-5.

LELE, Ajey. **Asymmetric Warfare: A State vs Non-State Conflict**. OASIS: Observatorio de Análisis de los Sistemas Internacionales, 2014. Disponível em: <https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/oasis/article/view/4011>. Acesso em: 28 mar 2020.

MCGREW, Anthony. **Globalization and Global Politics**. In: OWENS, Patricia; BAYLIS, John; SMITH, Steve. *The Globalization Of World Politics: an introduction to international relations*. Oxford University Press, Oxford. 7ed. 2017

MEHMETCIK, Hakan; KURSUN, Ali Murat. **Making Sense of the Territorial Aspirations of ISIS: Autonomy, Representation, and Influence**. In: OKTAV, Özden Zeynep; DAL, Emel Parlar; KURSUN, Ali Murat. *Violent Non-state Actors and the Syrian Civil War: The ISIS and YPG Cases*. 1. ed. Suíça: Springer International Publishing, 2018. v. 1, cap. 3, p. 52 - 72. ISBN 978-3-319-67527-5.

MESSARI, Nizan; NOGUEIRA, João Pontes. **Perspectivas alternativas: feminismos e pós-colonialismos**. In: MESSARI, Nizan; NOGUEIRA, João Pontes. *Teorias das Relações Internacionais - correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MINGST, Karen. In: MINGST, Karen. **Princípios de Relações Internacionais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2014. v. 1, cap. 6

MINGST, Karen. **Questões transnacionais: meio ambiente, saúde mundial e crime**. In: MINGST, Karen. **Princípios de Relações Internacionais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2014. v. 1, cap. 11

MIRANDA, Sarah Siqueira de. **"Women, Life, Freedom": The Struggle of Kurdish Women to Promote Human Rights**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Institute of Commonwealth Studies University of London, Londres, 2015. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/%22Women%2C-Life%2C-Freedom%22%3A-The-Struggle-of-Kurdish-to-Miranda/19e31060b3b9e6e83b8a482509ed05f864a65ac8>. Acesso em: 9 ago. 2021.

MONTE, Izadora Xavier. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais**. Scielo, {s;l}. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/r3pc8yVXBf6FqHPBBcH9Xxy/?lang=pt#> . Acesso em: 2 jun 2021

MOUBAYED, Sami. **Kurdistan dream languished on bed of broken promises**. Gulf news, [S. l.], 23 set. 2017. Disponível em: <https://gulfnews.com/world/mena/kurdistan-dream-languished-on-bed-of-broken-promises-1.2093071>. Acesso em: 19 ago. 2021.

NEER, Thomas; O'TOOLE, Mary Ellen. **The Violence of the Islamic State of Syria (ISIS): A Behavioral Perspective.** *Violence and Gender*, [s. l.], v. 1, n. 4, 2014. Disponível em: <https://www.liebertpub.com/doi/full/10.1089/vio.2014.0037>. Acesso em: 1 set. 2021.

ÖCALAN, Abdullah. **Democratic Confederalism.** 1. ed. [S. l.]: International Initiative Edition, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctt1n7qkks.6>. Acesso em: 12 mar. 2020.

ÖCALAN, Abdullah. **Guerra e Paz no Curdistão:** Perspectivas para uma solução política da questão Curda. 1. ed. [S. l.]: International initiative Edition, 2008. Disponível em: <http://www.freedom-for-ocalan.com/linguas/hintergrund/schriften/Ocalan-Guerra-e-paz-no-Curdistao.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

ÖCALAN, Abdullah. **Liberating Life: Woman's Revolution.** 1. ed. [S. l.]: International Initiative Edition, 2013. Disponível em: <http://www.freeocalan.org/wp-content/uploads/2014/06/liberating-Lifefinal.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

OKTAV, Özden Zeynep; DAL, Emel Parlar; KURSUN, Ali Murat. **Reframing and Reassessing the VNSAs in Syrian Conflict: An Introduction.** *In:* OKTAV, Özden Zeynep; DAL, Emel Parlar; KURSUN, Ali Murat. *Violent Non-state Actors and the Syrian Civil War: The ISIS and YPG Cases.* 1. ed. Suíça: Springer International Publishing, 2018. v. 1, cap. 3, p. 52 - 72. ISBN 978-3-319-67527-5.

OKTAV, Özden Zeynep. **Understanding Iran's Approach to Violent Non-state Actors: The ISIS and YPG Cases.** *In:* OKTAV, Özden Zeynep; DAL, Emel Parlar; KURSUN, Ali Murat. *Violent Non-state Actors and the Syrian Civil War: The ISIS and YPG Cases.* 1. ed. Suíça: Springer International Publishing, 2018. v. 1, cap. 10, p. 193 - 210. ISBN 978-3-319-67527-5.

OPPENHAIMER, Shaina. **These Kurdish Women Fought on the Frontlines Against ISIS. Now They're the No. 1 Target in Syria.** *In:* **Haaretz.** [S. l.], 17 nov. 2019. Disponível em: <https://www.haaretz.com/middle-east-news/syria/.premium.MAGAZINE-these-kurdish-women-helped-fight-off-isis-now-they-re-the-no-1-target-in-syria-1.8130721>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ÖZER, Yonca; KAÇAR, Fatmanur. **The EU's Stance Toward VNSAs During the Syrian Crisis: YPG and ISIS Cases.** *In:* OKTAV, Özden Zeynep; DAL, Emel Parlar; KURSUN, Ali Murat. *Violent Non-state Actors and the Syrian Civil War: The ISIS and YPG Cases.* 1. ed. Suíça: Springer International Publishing, 2018. v. 1, cap. 9, p. 172 - 192. ISBN 978-3-319-67527-5.

PHILLIPS, Christopher; VALBJØRN, Morten. **'What is in a Name?': The Role of (Different) Identities in the Multiple Proxy Wars in Syria.** *Small Wars & Insurgencies*, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 414 - 433, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09592318.2018.1455328>. Acesso em: 1 set. 2021.

PHILLIPS, Christopher. **The battle for Syria: International rivalry in the new Middle East.** 1. ed. New Haven: Yale University Press, 2016. 320 p. v. 1. ISBN 9780300217179.

PIERINI, Marc. **In search of an EU role in the syrian war.** *Carnegie Endowment for International Peace.*, [s. l.], 2016. Disponível em: https://carnegieendowment.org/files/CP_284_Pierini_Syria_Final.pdf. Acesso em: 1 set. 2021

POHLAUS, Gaile. **Knowing without borders and the Work of Epistemic Gathering.**In: MCLAREN, Margaret. *Decolonizing Feminism: Transnational Feminism and Globalization.* Rowman & Littlefield International Ltd, Lanham. 2017

PUSANE, Özlem Kayhan. **How to Profile PYD/YPG as an Actor in the Syrian Civil War: Policy Implications for the Region and Beyond.** *In:* OKTAV, Özden Zeynep; DAL, Emel Parlar; KURSUN, Ali Murat. *Violent Non-state Actors and the Syrian Civil War: The ISIS and YPG Cases.* 1. ed. Suíça: Springer International Publishing, 2018. v. 1, cap. 4, p. 73 - 90. ISBN 978-3-319-67527-5.

RIBEIRO, Maria Florencia. **A trajetória do movimento de mulheres no noroeste do curdistão: a institucionalização do confederalismo democrático e da jineologî (1978-2018).** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós- Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, p. 110. 2019.

RISSE, T. **Transnational Actors and World Politics.** In: ZIMMERLI W., HOLZINGER M., RICHTER K. (eds) *Corporate Ethics and Corporate Governance.* Springer, Berlim. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-540-70818-6_19. Acesso em: 25 maio 2021

SCHMIDINGER, Thomas. **Rojava: Revolution, War, and the future of Syria's Kurds.** 1. ed. Londres: Pluto Press, 2018. 321 p. v. 1. ISBN 978 0 7453 3772 2.

SCHMIDINGER, Thomas. **The Battle for the Mountain of the Kurds: Self-Determination and Ethnic Cleansing in the Afrin Region of Rojava.** 1. ed. California: Pm Press, 2019. 177 p. v. 1. ISBN 978-1-62963-651-1.

SHAMIEH, Luna; SZENES, Zoltán. **The Rise of Islamic State of Iraq and Syria (ISIS).** *AARMS*, [s. l.], v. 14, n. 4, p. 363-378, 2015. Disponível em: <https://folyoirat.ludovika.hu/index.php/aarms/article/view/1941/1228>. Acesso em: 1 set. 2021.

ŞİMŞEK , Bahar; JONGERDEN, Joost. **Gender Revolution in Rojava: The Voices beyond Tabloid Geopolitics.** *Geopolitics*, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 1023 - 1045, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14650045.2018.1531283>. Acesso em: 11 out. 2021.

ŞİMŞEK, Bahar. **Militancy, Reconciliation, Motherhood: A History of Kurdish Women's Movements.** In: NIMNI, Ephraim; AKTOPRAK, Elçin. *Democratic Representation in Plurinational States: The Kurds in Turkey.* [S. l.]: Palgrave Macmillan, 2018. p. 229-251. ISBN 978-3-030-01108-6. E-book (255 p.).

SMITH, Sharon. **Black feminism and intersectionality.** *International Socialist Review*, [S. l.], n. 91, 1 set. 2021. Disponível em: <https://isreview.org/issue/91/black-feminism-and-intersectionality/>. Acesso em: 1 nov. 2021.

SMITH, Steve; ZALEWSKI, Marysia. **International Theory: Positivism and beyond.** Cambridge University Press, Cambridge. 1996. p. 254-278

SOLACE GLOBAL. **Syria: Foreign Actor and Their Interests.** *In:* *Armed conflict risk.* [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.solaceglobal.com/wp-content/uploads/2017/03/20170320-Special-Advisory-Syria-Foreign-Actors-and-Their-Interests.pdf>. Acesso em: 1 set. 2021.

SOTTIMANO, Aurora. **Syria in the ‘Resistance Front’**: Persistence Through Reconfiguration?. *In*: MATAR, Linda; KADRI, Ali. Syria: From National Independence to Proxy War. 1. ed. Suíça: Palgrave Macmillan, 2019. v. 1, cap. 8, p. 161 - 182. ISBN 978-3-319-98457-5.

STRANGERS IN A TANGLED WILDERNESS. **O rio de uma montanha tem muitas curvas**: uma introdução à revolução de Rojava. *In*: COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA POPULAR CURDA (São Paulo). Şoresa Rojavayê: Revolução, uma palavra feminina. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2016. p. 13-48. *E-book* (224 p.).

SYLVESTER, Christine. **The contributions of Feminist Theory to International Relations**. *In*: SMITH, Steve; ZALEWSKI, Marysia. International Theory: Positivism and beyond. Cambridge University Press, Cambridge. 1996. p. 254-278

TANK, Pinar. **Kurdish Women in Rojava**: From Resistance to Reconstruction.. Die Welt des Islams, Oslo, p. 404-428, 2017. DOI <https://doi.org/10.1163/15700607-05734p07>. Disponível em: https://brill.com/view/journals/wdi/57/3-4/article-p404_7.xml. Acesso em: 27 ago. 2021.

TAWADROS, Amira S.N.; SOLIMAN, Sally. **Identifying key actors in an international crisis using dynamic network analysis**: Syrian crisis case study. Journal of Humanities and Applied Social Sciences , [s. l.], 2019. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/publication/issn/2632-279X>. Acesso em: 1 set. 2021.

TAYLOR, Ula Y. **Making Waves**: The Theory and Practice of Black Feminism. The Black Scholar, [s. l.], n. 2, ed. 28, p. 18-18, 1998. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00064246.1998.11430912>. Acesso em: 1 nov. 2021

TEJEL, Jordi. **Syria’s kurds**: History, politics and society. [S. l.: s. n.]. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203892114>. Acesso em: 12 maio 2020.

THUE, Kristin. **Women at War in the Middle East**: Gendered Dynamics of ISIS and the Kurdish YPJ. *In*: E-International Relations. [S. l.], 21 set. 2020. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2020/09/21/women-at-war-in-the-middle-east-gendered-dynamics-of-isis-and-the-kurdish-ypj/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

TICKNER, J. **Gender in International Relations** : Feminist Perspectives on Achieving Global Security. Columbia University Press, Nova Iorque.1992. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/31737856_Gender_in_International_Relations_Feminist_Perspectives_on_Achieving_Global_Security_JA_Tickner. Acesso em: 2 maio 2021

TOPALIAN, Nohad. Female SDF commander leads fight for al-Raqa. *In*: **Diyaruna**: Women's Rights. Beirut, 31 mar. 2017. Disponível em: https://diyaruna.com/en_GB/articles/cnmi_di/features/2017/03/31/feature-02. Acesso em: 10 nov. 2021.

UˆNVER, H. Akın. **Contested Geographies**: How ISIS and YPG Rule “No-Go” Areas in Northern Syria.. *In*: OKTAV, Oˆzden Zeynep; DAL, Emel Parlar; KURS ˆUN, Ali Murat.

Violent Non-state Actors and the Syrian Civil War: The ISIS and YPG Cases. 1. ed. Suíça: Springer International Publishing, 2018. v. 1, cap. 3, p. 52 - 72. ISBN 978-3-319-67527-5.

ULUDAG, Mekki. **Syrian Civil War: Important Players and Key Implications – A Factsheet.** Counter Terrorist Trends and Analyses, [s. l.], v. 7, n. 7, p. 4-11, 2015. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/26351370?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 8 out. 2021.

ÜSTÜNDAG, N. **Self-defense as a revolutionary practice in Rojava, or how to unmake the state.** *South Atlantic Quarterly*, [S. l.], v. 115, n. 1, p. 197–210, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/00382876-3425024>. Acesso em: 12 abril 2020.

ÜSTUNDAĞ, Nazan. **The Kurdish Movement.** [Entrevista concedida a] Güney Yıldız. *Authoritarianism and Resistance in Turkey*. Springer. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-76705-5_16. Acesso em: 27 ago. 2021.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Ubu Editora, São Paulo. 2020

WAGNER, Markus. **Non-State Actors.** Oxford University Press, Oxônia. 2009. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2661832>. Acesso em: 25 maio 2021

YILDIZ, Kerim; BREAU, Susan. **Historical background.** In: YILDIZ, Kerim; BREAU, Susan. *The Kurdish Conflict: International Humanitarian Law and Post-Conflict Mechanisms*. 1. ed. Nova Iorque: Routledge, 2010. cap. 1, p. 4-29. ISBN 0-415-56270-8. *E-book* (377 p.).

YPJ fighters announce Raqqa liberation [Gallery]. In: **Internationalist Commune.** [S. l.], 2017. Disponível em: <https://internationalistcommune.com/ypj-raqqa/>. Acesso em: 12 out. 2021.

YUICHIRO, Nagao. **Unconventional Warfare : A Historical Perspective.** [S. l.], p. 167–179, [s. d.]. Disponível em: http://www.nids.mod.go.jp/english/event/symposium/pdf/2001/sympo_e2001_6.pdf. Acesso em: 28 mar 2020.

ZAIDOU, Hussain. *When Female Fighters Lead the Charge.* In: **Washington Institute.** [S. l.], 20 jul. 2017. Disponível em: <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/when-female-fighters-lead-charge>. Acesso em: 12 out. 2021.